

# 2016 - AMÉRICA LATINA – UM NOVO TEMPO?

Coletânea – P.Timm Org.- Para uso em sala de aula

<http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/160108031717A.L. - Nova Conjuntura -2016.pdf>

## INDICE

### PARTE I – Problemas Desenvolvimento na América Latina Wilson Cano

### PARTE II – As mudanças recentes Década de 2000

#### Reversão 2015-2016

1-El fin del relato progresista en América Latina

2-¿Está llegando a su fin la ola progresista en América Latina?Reuters

3-Paulo Velasco, cientista político: 'A América Latina ainda é uma grande ficção'

4-EM MEIO A CRISE, AMÉRICA LATINA E CARIBE DEVEM REDOBRAR ESFORÇOS CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE

5-América Latina em movimento (I) (II) - *Roberta Traspadini\**

6-CARTA DO IBRE A melhora nos indicadores sociais da América Latina  
CARTA DO IBRE A melhora nos indicadores sociais da América LatinaCarta -  
IBE

Fevereiro de 2013 • C. Econômica

7-Latam: los riesgos del “latino optimismo”

8-América Latina ante la nueva guerra de divisas - Federico Steinberg

09.O futuro incerto do ciclo progressista sul-americano  
André Calixtre

10-GUILLERMO O'DONNELL: RECUENTO DE N. DAME - Claudia Maldonado Trujillo

11 - Divergencias: trayectorias del neoliberalismo en Argentina y Chile

12.América Latina: Se anuncia la apertura de un nuevo tiempo Gilberto Lopes

13 . **AMÉRICA LATINA: DE NUEVAS IZQUIERDAS A  
POPULISMOS DE ALTA INTENSIDAD - MARISTELLA SVAMPA**

**14. ¿FIN DE CICLO DE LOS GOBIERNOS PROGRESISTA EN AMÉRICA LATINA? ALBERTO ACOSTA**  
**LÍMITES Y CRISIS DEL CORREÍSMO EN ECUADOR**  
Massimo Modonesi

**15. Populismo desgastou esquerda latino-americana, diz**  
pesquisador britânico

**16 – LEITURAS**

**17 - A trágica normalidade da América Latina e a desconfiança -**  
**Aldo Fornazieri**

**18 – Criador do PODEMOS – SP – teme retrocesso na A.L.**

**PARTE III – Anexos**

## **América Latina: notas sobre a crise atual**

**Wilson Cano**

Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE. Unicamp), Campinas, SP, Brasil.  
E-mail: [cano@eco.unicamp.br](mailto:cano@eco.unicamp.br)

[Economia e Sociedade](#)

*Print version* ISSN 0104-0618

**Econ. soc. vol.18 no.3 Campinas Dec. 2009**

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182009000300008>

Tanto a "Crise de 1929" quanto a atual apresentam algumas características semelhantes, porém outras muito distintas. Ambas afetaram fortemente a América Latina, mas a primeira, pelo menos para seus principais países, reforçou um movimento de transição das estruturas econômicas, políticas e sociais que já dera alguns passos iniciais na década de 1920, desaguando, já no início da década de 1930, numa "ruptura com o passado", alterando o padrão de acumulação e instaurando um efetivo processo de industrialização e urbanização.

Mas, face à quase generalização das políticas econômicas de corte neoliberal, a atual crise, pelo que se pode ver até o momento, parece não poder utilizar as forças dinâmicas que possibilitariam uma nova ruptura para a retomada de um processo de crescimento acelerado e de transformação progressista. Lembremos, resumidamente, o significado da crise anterior.

### **1 Principais lições da "Crise de 1929"**

A economia dos EUA, entre 1921 e 1928, ao mesmo tempo em que atravessava um "boom" pelo lado real, exorbitou o crescimento pelo lado financeiro, com expansão do crédito e taxas de juros muito baixas, estimulando os mercados de valores e o imobiliário. Pelo lado real, alguns sinais já se manifestavam antes de outubro de 1929: como a reacomodação baixista dos preços agrícolas, especialmente

das commodities, ao longo do período; estouro de bolha imobiliária no sul em 1925; desaceleração da demanda de imóveis e a de automóveis já a partir de 1927-28.

Ao mesmo tempo, a Europa tentava se recuperar dos efeitos negativos da Primeira Guerra, mantendo, entretanto, políticas econômicas controversas entre vários países, especialmente entre a Inglaterra e a França. Pelo lado financeiro, lembremos que aquela década mostrava alta volatilidade internacional dos fluxos de capitais, fortes descasamentos de prazos entre aportes de capitais americanos e aplicações por europeus, notadamente pelos alemães, e, nos últimos anos, fortes estímulos para a saída de capitais, rumo à exuberância do mercado de valores dos EUA.

Era mais uma crise do sistema capitalista de produção, mas que se manifestaria com muito mais intensidade, duração e amplitude espacial do que as anteriores. Foi uma profunda depressão, contagiando todo o mundo capitalista. Embora o "estopim" da crise tivesse sido a Bolsa de Nova Iorque, um exame detido sobre os anos 20 mostraria uma série de problemas - como os acima apontados - pelo lado real da economia, que indicavam, no mínimo, forte prenúncio de desaceleração do crescimento e, pelo lado financeiro, crescente volatilidade e especulação. A maioria dos economistas de então, majoritariamente do *mainstream*, continuou a crer na prevalência do equilíbrio do mercado e no seu automático pleno emprego, não se dando conta de alguns daqueles sinais de advertência. Por exemplo, em 15/10/1929, catorze dias antes do estouro da Bolsa, o famoso Professor Irving Fisher, de Yale, afirmava: "Espero ver o mercado de valores bem mais alto do que está hoje, dentro de poucos meses".<sup>1</sup>

A predominância dessa visão liberal e neoclássica retardou a tomada de decisões para o combate à crise. As reações nacionais à crise foram muito diversas, demoradas e em muitos casos tímidas ou mesmo equivocadas. Alguns países ("Clube do Ouro"), liderados pela França reagiram tardia e equivocadamente, tentando ressuscitar o Padrão Ouro, só mais tarde introduzindo políticas anticíclicas. Os EUA, só em 1933, depois da vitória de Roosevelt, além de políticas de *welfare state*, praticaram políticas anticíclicas, mais tarde parcialmente contidas pelo Congresso.<sup>2</sup> Além disso, os EUA praticaram políticas fortemente protecionistas também sobre matérias-primas concorrentes e impuseram desastrosos "acordos" especiais a terceiros países, como o com Cuba.

A Suécia talvez tenha sido um dos poucos países a praticar uma política anticíclica mais genuína e rápida. Alemanha, Japão e Itália tiveram em comum o regime nazi-fascista e suas políticas anticíclicas tiveram o forte estímulo dos gastos militares com o pré-guerra. Alguns (como a Inglaterra, França e Japão), que exerciam o controle do colonialismo sobre áreas tuteladas, "descontaram" parte de seus desastres sobre as economias de suas colônias.

Contudo, mesmo para aqueles países que praticaram políticas de recuperação, a duração da crise foi longa, estendendo-se até 1937, e é bom lembrar que a "recuperação" que surge a partir daí (ou mesmo antes, para os EUA, Alemanha e outros) se deve em parte aos gastos crescentes com a preparação da II Grande Guerra.

### **- As circunstâncias internas**

Vejam algumas das circunstâncias internas da América Latina naquela crise. Sua base produtiva econômica era, fundamentalmente, primário exportadora com incipiente grau de industrialização, setor esse de maior destaque na Argentina, Brasil e México. Salvo a Argentina, que já contava alto grau de urbanização, os demais países eram predominantemente rurais, e em todos predominava o poder político da oligarquia rural.<sup>3</sup> A condução da política econômica era livre cambista, com raras intervenções do Estado e estávamos atrelados ao Padrão Ouro, embora não de forma plena.

A crise nos afetou pesadamente, reduzindo fortemente o volume das exportações, cujos preços caem em torno de 60% dos níveis de 1928. Com isso, e a drástica redução das importações, as finanças públicas foram muito afetadas, dado que a base fiscal dos estados nacionais estava lastreada nos impostos sobre o comércio exterior. A grande queda da capacidade para importar, a redução do financiamento externo e a rápida fuga de capitais externos, aprofundaram o desequilíbrio cambial. Precipitou-se assim, a queda da renda e do emprego, mais agravados nos países onde o setor da mineração era predominante (Bolívia, Chile, Peru e, em parte, o México).

As reações na América Latina foram diversas.<sup>4</sup> Equador, Venezuela e quase toda a América Central e Caribe, pouco ou nada fizeram, mantendo-se atrelados à área do dólar e só alterando sua forma de ação de governo e de política econômica muito depois dos demais. Obviamente, ali a crise foi mais longa, e menores as transformações da economia. Cuba, colônia de fato dos EUA, talvez tenha sido o que

piores resultados teve, graças à imposição, pelos EUA, de nefando "tratado" comercial.<sup>5</sup>

Outros, principalmente Brasil, Argentina, México, Chile e Colômbia, reagiram mais rápido, graças às mudanças institucionais e políticas que sofreram e praticaram.<sup>6</sup> Seja por revoluções, golpes ou eleições, mudaram radicalmente a condução política e econômica de seus países: abandonaram o padrão-ouro e o livre câmbio; instituíram fortes controles de câmbio e de comércio exterior; elevaram tarifas; desvalorizaram o câmbio, praticaram moratórias na dívida externa, etc. Acima de tudo, deram início à construção de um estado intervencionista, de uma embrionária política de desenvolvimento, da formação de quadros técnicos na burocracia estatal e do sistema de planejamento. Dessa forma, todos avançaram, industrializando e urbanizando nossos países.

Entendamos, como nos advertiu Prebisch, que a industrialização subsequente à crise, não foi "espontânea" ou "não intencional". Se não tivéssemos abandonado o livre câmbio, reestruturado o Estado Nacional para as novas tarefas exigidas pela política de desenvolvimento, e realizado forte intervenção na economia, nossa industrialização teria sido abortada, passada a crise (Prebisch, 1986). Esse trabalho, realizado ao longo dos 45 anos que se seguiram a 1929, foi fundamental, mostrando do que éramos capazes de pensar e fazer.

Para isso, convém lembrar, fomos beneficiados pelos "graus de liberdade" criados pelas circunstâncias externas, como abaixo menciono.<sup>7</sup> Mas, acima de tudo, tivemos muita vontade política para fazê-lo.

## **2 A longa crise que nos assola (1979-...). Será o fim do sonho?**

Após o desastre bélico da II Guerra Mundial, a bipolaridade entre os EUA e a URSS modificariam radicalmente as condições geopolíticas internacionais. Por outro lado, houve enorme empenho dos EUA para a reconstrução européia, Alemã e Japonesa, fazendo com que seus interesses imediatos e maiores se situassem nessa área, deixando as demais - notadamente a América Latina -, um pouco "mais livres" para agir. Criaram-se assim, "brechas" no manejo das políticas nacionais e internacional, desde 1930. Tais graus de liberdade, ainda que tendo sofrido alguns percalços e interrupções, estender-se-iam até a década de 1970.

Contudo, tivemos fortes ameaças ou mesmo sofremos golpes de direita, na segunda metade da década de 1950 e na primeira da de 1960, mas prosseguimos, mesmo com atritos crescentes com os EUA, a partir da Guerra Fria. O impasse se deu na primeira metade dos anos 60 quando os efeitos da modernização agrícola amplificaram o êxodo rural-urbano e o avanço da industrialização acelerava a urbanização de nossos países, fazendo com que crescentes pressões sociais passassem a se manifestar publicamente. Isso provocou a reação da direita - sempre apoiada pelos EUA -, que desencadeou golpes em vários de nossos países.

Porém, e certamente graças ao enfraquecimento da economia dos EUA, à extroversão do investimento externo europeu e da oferta internacional de financiamento externo a juros baixos, pudemos avançar a industrialização. A própria direita golpista, no caso brasileiro, acelerou o crescimento na década de 1970.

Mas o golpe de mestre dado pelos EUA em fins de 1979, elevando sobremaneira a taxa de juros quebrou financeiramente os países subdesenvolvidos e alguns socialistas. Ingressávamos, assim, na torturante década de 1980 - a da "Crise da Dívida", com alta inflação e estagnação produtiva e tecnológica. Mas o pior estava por vir: as reformas neoliberais impostas pelos EUA a partir de fins da década de 1980. A própria adesão à OMC e ao neoliberalismo reduziu ou mesmo eliminou os poucos graus de liberdade que tínhamos em termos de tarifas protecionistas, acordos bilaterais, controles sobre capital forâneo, câmbio, etc.<sup>8</sup>

Entre 1980 e 2003 continuamos estagnados: até o início da década de 1990 com alta inflação, e, a partir daí, com os ajustes neoliberais, com baixa inflação, mas com alto desemprego. De 2003 a 2008, vivemos a ilusão da falsa recuperação do processo de desenvolvimento, graças ao chamado "efeito China". Mas a ilusão se desfez já desde meados de 2008, com a desaceleração do comércio internacional e com a "crise anunciada" do mercado financeiro nos EUA.

Tivemos, ao longo de todo esse período, não só baixo crescimento médio do PIB e do emprego, mas também sua precarização e fortes indícios de desindustrialização (Unctad, 2003). Daí considerarmos o curto período 2003-2008 como excepcional, pois estamos convivendo com uma crise estrutural de quase 30 anos!

### 3 A crise atual

A crise atual ocorre num período em que a **globalização mercantil e a financeira** atingem elevados patamares, nunca vistos na economia mundial. Tais fatos e a desregulamentação financeira permitiram e estimularam uma enorme volatilidade e especulação internacional de bens e valores. Daí que sua propagação tem sido mais intensa e extensa do que as anteriores. Contudo as políticas anticíclicas aplicadas nesta crise têm se voltado muito mais para evitar maiores quebras do sistema financeiro e de grandes corporações do que para objetivos sociais e de emprego. Por isso mesmo, e pelas lições que se pode tirar da crise de 1929 e das que ocorreram a partir da década de 1980, a atuação do Estado, desta vez, tem sido mais rápida.

Mas, tal como na crise de 1929, o *mainstream* predomina no período atual, tentando, como sempre o faz, vender o peixe do equilíbrio dos mercados, da racionalidade do capitalismo e da eficiência dos mercados. Como fez Galbraith, relatando pronunciamentos e atitudes equivocadas na crise de 29, Krugman, em artigo recente, também recolheu algumas pérolas. Como por exemplo, a de Robert Lucas (Universidade de Chicago), em 2003, que em sua posse como Presidente da Associação Econômica Americana, afirmou que "o problema central da prevenção das depressões foi resolvido"... Ou a de Alan Greenspan, em 2004, então presidente do FED, diante de advertências de outros críticos sobre a futura ocorrência de bolhas: "..uma aguda distorção nacional dos

preços ... (seria) muito improvável". Ou, ainda, em 2005, a de Ben Bernanke -atual presidente do FED -, de que o aumento dos preços dos imóveis "reflete principalmente a solidez dos fundamentos econômicos". Apesar de tais pronunciamentos, 29 deixou pelo menos uma lição importante, a de que embora não gostem da presença do Estado, ela é, para eles, indispensável, pelo menos nas crises. Por isso mesmo, a atuação do Estado, desta vez, tem sido mais rápida.<sup>9</sup>

Como em geral se manifestam as crises do capitalismo, esta também mostra duas dimensões: o lado real e o financeiro, tendo sido este último, mais uma vez, seu estopim. Dada a exacerbada desregulamentação do sistema financeiro internacional e da maioria dos nacionais, imposta pelo Consenso de Washington e por algumas das regras do Acordo de Basiléia, ela é sistêmica e pegou em cheio os grandes bancos e intermediários financeiros internacionais.<sup>10</sup>

Sua natureza é mais complexa do que a das anteriores. Sua eclosão se manifestou pelo lado financeiro, só depois atingindo o lado real da economia (o consumo, o investimento, o comércio). Contudo, há que chamar a atenção para o fato de que o lado real da economia dos EUA só aparentemente vivia uma normalidade, pois foi através da exacerbação do crédito fácil, da especulação nos mercados financeiros e do grande aumento da dívida externa (privada e pública) que a demanda efetiva pôde se manter em alto nível.<sup>11</sup>

O estopim foi o estouro financeiro no segmento de *subprime*, constituído por títulos hipotecários de famílias de baixa renda, sobre os quais emitiram *derivativos* - que receberam a nota máxima AAA das grandes empresas de *rating* - para propiciar grande alavancagem de crédito ao sistema financeiro.<sup>12</sup> Contudo, lembremos que esse segmento representa apenas uma pequena parcela desse bolo, e, portanto, não se lhe pode imputar a causa maior da quebra. Em 2007, ele representava 20% dos empréstimos hipotecários dos EUA e apenas 4% do total de ativos financeiros do país.<sup>13</sup> Embora no início a mídia a tenha chamado de "crise do *subprime*", isso tem pouco sentido, pois se assim fosse, alguns poderiam dizer que essa crise teria sido causada por empréstimos feitos aos pobres, maus pagadores...

Em certa medida, o Consumo das Famílias e o Investimento tiveram como suposto lastro, a renda fictícia e o crédito alavancado nessa desmedida expansão e especulação financeira. Foi a forma pela qual os EUA continuaram a impingir ao resto do mundo sua moeda - o *dólar flexível*, como o denominou Serrano - e suas valorizações e desvalorizações circunstanciais.<sup>14</sup> É a forma também, em que obrigam o resto do mundo a financiar parte substancial de seus déficits e sua dívida externa.

Como parte integrante desse *modelo*, expandiram sua *produção barata off shore* em outros países, como o México e principalmente a China. Com o estouro de Wall Street, o lado real também despenca, contaminado, de início, pela crescente insolvência e falta de liquidez, e, em seguida, pelo desemprego e forte desequilíbrio financeiro e operacional das empresas. Parte importante dessa "festa especulativa" foi financeiramente bancada pelos enormes e crescentes saldos comerciais que vários países têm obtido em seu comércio com os EUA, principalmente a China.

Por outro lado, e a despeito de que aparentemente "o pior já teria passado", ainda é impossível se prever o momento de

sua cura, que poderá levar, no mínimo, pelo menos mais uns 6 meses, totalizando uma duração de cerca de 30 meses! Estudo recente da Cepal, contudo, estima que a crise pode se estender até o início de 2011.<sup>15</sup> Não esqueçamos que a de 1929 foi até 1937 e, assim mesmo, a recuperação que a partir daí ocorre se deveu em grande parte ao esforço com os gastos armamentistas de pré-guerra.

Não ignoro ou subestimo a intervenção anunciada em 23/03/09, nos EUA, no valor de US\$ 1 trilhão, para tentar limpar o "lixo" acumulado em seu sistema financeiro, bem como as fortes intervenções de governos europeus e asiáticos. Mas isso, conforme a imprensa internacional, terá efeitos lentos, mesmo se positivos. O risco de que a crise assumisse a forma da curva em **L**, de que falou recentemente o economista norte-americano Roubini, parece ter se afastado.<sup>16</sup> Mas ele próprio não elimina a possibilidade de se ter ainda uma curva em **W**, dado que pairam algumas incertezas sobre questões fundamentais para a plena recuperação.

Recentemente vários articulistas apontaram algumas questões problemáticas. Uma delas, nada trivial, é que grande parte dos ativos desses agentes de crédito, não apenas nos EUA, foram ao "fundo do poço", e muitos deles ainda hoje não têm como ser precificados para uma propalada operação de "limpeza" do sistema via recompra por terceiros. A eliminação desse "lixo financeiro tóxico" é, no entanto, imprescindível para o funcionamento normal do sistema financeiro.

Outra questão, ainda de maior complexidade, é a das mudanças nas regras da (des)regulamentação financeira. A despeito de que as autoridades de vários países tenham se manifestado sobre a necessidade de uma nova regulamentação restritiva - inclusive para conter as ações dos paraísos fiscais *off shore* -, ainda é cedo para que tenhamos alguma certeza sobre a efetividade dessas intenções.

Por outro lado persistem dúvidas sobre novas reações que os principais países mais diretamente envolvidos na crise poderão tomar. Por exemplo, a China, diminuindo seus saldos comerciais com os EUA, terá condições de continuar financiando os dois déficits e parte da dívida dos EUA, como tem feito até hoje? O déficit fiscal dos EUA para 2009 está estimado em cerca de US\$ 1,5 trilhão (11% do PIB). Será financiado como tem sido ou via emissão monetária?

A crise fiscal de hoje nos EUA não se restringe ao governo federal: ela contaminou os estados e municípios. Dessa forma, esse desequilíbrio poderia desencadear um processo inflacionário ou uma nova situação recessiva, levando a crise para uma curva em W. E se isso efetivamente se manifestar, assistiremos de novo uma política de forte elevação da taxa de juros nos EUA? Se for assim, como ficará a situação do dólar?

Mas os déficits da União Européia e do Japão também não serão pequenos: entre 5% e 7% do PIB em 2009 e 2010, fazendo com que a dívida pública do G 10 salte de 78% para 114% do PIB. Por outro lado, as estimativas para o PIB são em torno de -4% em

2009 e apenas 0,6% para 2010, enquanto as do comércio mundial situam-se em -10%. Déficits altos e dívida em elevação, *vis-à-vis* contração dos superávits dos principais países credores exigirão financiamentos crescentes, diminuindo a liquidez internacional, e poderão elevar a taxa de juros. Ambos efeitos seriam muito ruins para a América Latina.<sup>17</sup>

Essas questões são cruciais para a restauração da confiança e da normalidade no sistema, e para a recuperação da economia, que, ao que se pode deduzir hoje, teria crescimento muito lento nos próximos dois ou três anos. Em recente reunião do G 20 (Londres, 4-5/9/2009) ficou clara a incerteza sobre o momento da recuperação, com o que retardou-se, para os meses futuros, a discussão sobre o término ou não das atuais medidas anticíclicas. Nela ficou transparente a diferença da posição dos EUA, que querem reforçar as condições de liquidez para os bancos, e a dos demais membros, que querem uma nova e mais rígida regulamentação sobre os bancos.

Por sua vez, a reunião dos 25 maiores Bancos Centrais, terminada na mesma semana, em Basileia, propôs um Acordo para o estabelecimento de limites para alavancagem dos bancos, redução de riscos e liquidez mínima, além de exigências extras para os bancos considerados "sistêmicos". Tal acordo propõe a negociação de um cronograma para a aplicação dessas medidas, o que deverá ser uma tarefa longa e muito difícil.

É importante lembrar, por exemplo, que a enganosa diminuição da taxa de desemprego nos EUA, entre junho e julho de 2009, de 9,5% para 9,4%, foi fortemente superada pela de agosto, de 9,7%, a mais alta desde o início da década de 1980, e que acumula 6,9 milhões de

desempregados. Na Europa do Euro, por sua vez, a média está em 9,5%, a mais alta dos últimos 11 anos. Mesmo as visões mais otimistas sobre a crise mostram que o crescimento que pode vir a partir de 2010 será baixo nos países desenvolvidos. China e Índia, embora também sofram com a crise, ainda ostentariam taxas elevadas e alguns países subdesenvolvidos recuperariam taxas em torno da média mundial.

A crise afetou todos os países, que, sem dúvida, usarão de atitudes protecionistas para se defender e tentar se recuperar. Comparados os primeiros seis meses de 2009 com os de 2008, as exportações sofreram fortes quedas, como as dos EUA (-24%), Alemanha e Japão (-35%) e China (-21%), e as deste último para Hong Kong - tradicional centro reexportador da China (-24%). Cabe indagar, portando, se a China poderia ser a "locomotiva" que daria a base para a retomada do comércio mundial em 2010 e, com isso, amparar uma firme retomada de crescimento para os países subdesenvolvidos.

É fora de dúvida que ela tornar-se-á ainda mais agressiva no mercado internacional. Deve se ter presente que, nos últimos anos, ela reestruturou seu comércio exterior com os países subdesenvolvidos, deles importando, basicamente, alimentos e matérias-primas e exportando não mais apenas vestuário, têxtil e calçados baratos, mas uma ampla gama de produtos industriais de maior complexidade tecnológica, como veículos, eletrônicos e bens de capital. Suas exportações já deslocaram fração apreciável das exportações industriais mexicanas e da América Central, mesmo as destinadas aos EUA.<sup>18</sup> Já deslocou também, em 2008-2009, parte das exportações brasileiras que iam para o México e para a Argentina.

Por outro lado, nos anos recentes ela abriu novas fontes externas de fornecimento (e de mercado) notadamente na África, onde realizou importantes investimentos para produzir petróleo, minerais e grãos para sua economia, com o que terá aumentado sua influência na determinação de alguns desses preços. Para lá enviou também, mais de 100 mil trabalhadores chineses para reforçar a empreitada....

E ela está, em 2009, - em plena crise! -, aumentando vigorosamente suas importações de grãos, petróleo, minérios e outras matérias-primas para recompor, a preços deprimidos, seus estoques. Para o Brasil, por exemplo, suas compras de ferro, soja e celulose cresceram mais de 50%, deixando otimistas as autoridades, empresários e mídia

nacionais, com essa "inequívoca" demonstração de recuperação... Uma sábia política mercantilista, a chinesa!

Contudo, e a despeito dos discursos de instituições e lideranças internacionais no sentido de que se preserve a abertura dos mercados, já se notam reações protecionistas de vários países, a exemplo dos EUA, que estão tentando eliminar empregos de estrangeiros nas instituições financeiras atendidas pelo governo, além de, como fizeram durante o *New Deal*, estimular a população a preferir as mercadorias fabricadas no país (o *Buy American Product*).

Liderados pelos EUA, serão os países desenvolvidos que acabarão reforçando os contornos das atitudes que serão tomadas. Mas até hoje se limitam, alguns, a falar, timidamente, da necessidade de voltar a se regular e controlar os sistemas financeiros nacionais e internacionais e a praticar algumas intervenções em instituições financeiras, pouco falando da necessidade de políticas anticíclicas ou de profundas reformas das atuais regras do jogo.

É fato conhecido que uma crise dessas proporções propicia mudanças na política internacional, tanto para o "bem" como para o "mal". China e Rússia ganharam patamares elevados no cenário internacional, rompendo com a unipolaridade dos EUA, sem que isso signifique o "colapso do poder americano".<sup>19</sup> Em 1929, ao mesmo tempo em que a crise abriu brechas importantes que permitiram mais ampla instituição de políticas do tipo *Welfare State* e o avanço da industrialização de parte do mundo subdesenvolvido, também propiciou o avanço do fascismo, do nazismo e da Guerra.

### **3.1 Repercussões na América Latina e no Brasil**

Grande parte de nossos países não percebeu a dimensão da crise, fazendo depoimentos otimistas, tentando dar tempo ao tempo, principalmente pelo fato de que 2009-2010 terá um calendário cheio de eleições, não só no Brasil mas em vários países da América Latina.

Assim, e a despeito de visões ingênuas ou mesmo irresponsáveis, a crise nos pegou: a Cepal estima, para a América Latina, uma queda do PIB em 2009, em torno de -2% e recuperação em 2010, quando aumentaria 3%, cifra que o Banco Mundial estima em apenas 2%. O México ostenta a pior cifra (-5% a -7%). Para o Brasil, a estimativa se situa em cerca de -1% e de 1,5% para a Argentina.

Na América Latina, a desaceleração, queda de preços, forte redução da produção industrial e das exportações, desemprego, etc. se manifestaram desde agosto-setembro de 2008. Mas as reações mais positivas e "ousadas" para seu enfrentamento só viriam à medida que a crise se agravasse. É incrível como têm ignorado a história e a boa doutrina econômica!

A crise não se precipitou de forma mais rápida e aguda. Ela só se manifestou de forma mais intensa, a partir do último trimestre de 2008 para a maioria dos países da região, embora alguns, como o México, já apresentassem sintomas de desaceleração desde antes, desde a "crise da dívida", potenciada ainda mais pela implantação das políticas neoliberais. Tomando-se o período que vem desde a crise de 1982 até 2008, houve uma taxa média anual do PIB em torno de 2,4%.<sup>20</sup> No caso do Brasil, no período 1980-2008, a taxa média anual foi de 2,6%, ou 2,3%, se considerarmos 1980-2004 e separarmos o "efeito China". Ambos, bem abaixo da média regional.

É fora de dúvida que nesta crise, e ao contrário, por exemplo, da vivida na década de 1980, os chamados *fundamentos* macroeconômicos estavam em melhor situação em termos de inflação, finanças públicas e contas externas. Mas é bom lembrar que tais *fundamentos* mais reprimiam do que facilitavam o crescimento. Justo por isso - por exemplo, por contar com altas reservas, com equilíbrio ou superávit fiscal, e praticar juros reais elevados, esses três itens puderam ter reduzidas suas dimensões quando a crise se agravou, sem, aparentemente, causar sacrifícios à política de estabilidade e de abertura comercial e financeira.

No que concerne a Reservas, estas se encontravam (em US\$ bilhões), ao final de 2008, em torno de 500 para a América Latina, 200 para o Brasil, 90 para o México e 46 para a Argentina.<sup>21</sup> Em parte, elas cresceram após a crise de 1999, pelo forte constrangimento às importações e consequente reversão do saldo em transações correntes. Mas também cresceram graças à reversão dos fluxos internacionais de capitais para a América Latina, não tanto para o investimento produtivo material, mas, sim, para serviços, aquisição de empresas nacionais e especulação em nossos mercados de valores.

Esses fatos, e a gravidade da crise internacional nos países desenvolvidos - onde a taxa real de juros hoje é negativa - explicam a inexistência da clássica fuga de capitais que ainda não sofremos. Ao contrário, o que passou a ocorrer, de forma crescente, foi a saída de capitais latino-americanos na

forma de IDE no exterior, graças às fortes valorizações cambiais que temos tido.

O caso do Brasil é o maior exemplo de toda essa situação, inclusive, por praticar, mesmo em plena crise, a maior taxa de juros reais do planeta. Ainda temos essas reservas, em parte porque o saldo comercial voltou, graças ao despencar maior das importações. Embora o financiamento externo tenha sido substancialmente cortado, ainda não temos problemas na conta financeira do balanço de pagamentos porque somos um grande *paraíso* para aplicações financeiras no mundo: continuamos a ostentar a maior taxa de juros real do planeta, e isso contribui fortemente para atrair capital e elevar as reservas.

Por isso, a fuga ainda não ocorreu na região, de forma expressiva.<sup>22</sup> Mas, mesmo mantendo os juros, não resistiremos às fugas, caso a situação nos EUA se agrave ou perdure por mais tempo, o que alias é esperado por vários economistas críticos. Por outro lado, ao persistir também a valorização cambial, o saldo comercial encolherá e os déficits em transações correntes aumentarão, repondo o problema de financiamento do balanço de pagamentos da região.

Vejamos sucintamente alguns dos principais efeitos negativos da crise sobre a região.

Com base nos dados do primeiro semestre de 2009, a Cepal estima, para o conjunto da América Latina, forte contração anual entre 2009 e 2008, da ordem de -35% a - 45% no IDE, de -5% a -10% nas remessas de emigrantes, de -29% nos preços externos de produtos básicos e de -25% no valor exportado.<sup>23</sup>

A [Tabela 1](#) mostra alguns dados das três maiores economias da região e do Chile, que, embora tenham estruturas produtivas e de exportações muito diferenciadas entre si, apresentam efeitos negativos de porte assemelhados. O total das exportações e das importações foram fortemente comprimidos, bem acima da média regional. Salvo no caso do Brasil, as quedas mais fortes se deram nas exportações de produtos básicos agropecuários, petróleo e minérios. A situação em 2009 só não foi pior, graças à retomada parcial dessas exportações para a China.<sup>24</sup>

Tabela 1

|           | Jan./jul 2009/2008 (%) *         |             |                                 |
|-----------|----------------------------------|-------------|---------------------------------|
|           | Exportações<br>Total Industriais | Importações | Produção indl.<br>manufatureira |
| Argentina | -21                              | -16         | -39                             |
| Brasil ** | -25                              | -32         | -29                             |
| Chile     | -35                              | -21         | 36                              |
| México    | -31                              | 26          | -33                             |

Fontes: Indec, Inegi, INE, IBGE e MDIC. \*Cifras arredondadas. \*\* Exp. e Imp. Totais: jan./out.; Export. Industriais e Produção Indl. jan./set.

A queda da produção da indústria de transformação foi fortemente influenciada tanto pela queda das exportações de manufaturados quanto pela contração da demanda interna. Ela só não foi maior em decorrência de medidas emergenciais de isenção de impostos e financiamentos especiais concedidos por alguns países, a vários setores, notadamente ao automobilístico.

A diferença mais pronunciada é com relação à da Argentina, que caiu pouco, não tanto porque tenha sido menos afetada pela crise - até o momento -, mas provavelmente porque sua estrutura produtiva é distinta, fazendo com que as altas perdas de alguns setores (metálicos, transporte, máquinas) fossem compensadas com taxas positivas ou pequenas negativas, de outros. Ainda, há o fato de que, nesse país, grande parte dos meses de 2008 apresentou baixo crescimento em relação aos respectivos de 2007, amortecendo, estatisticamente, parte das quedas de 2009.

A partir de julho de 2009, quando surgiam indícios de que "pelo menos o pior já teria passado" e que (provavelmente) entraríamos no caminho da recuperação, o ufanismo retornou, assim como as apostas em crescimento de 4% a 5% de 2010 em diante. Efetivamente, os indicadores financeiros passaram a mostrar dados menos ruins e as exportações deixaram de cair como estavam caindo desde setembro de 2008. Mas não se deram ao trabalho de analisar as razões dessa melhora que, obviamente, não decorre de uma recuperação do comércio internacional.

Os economistas ortodoxos, o governo, vários empresários e a mídia têm insistido, nas últimas semanas, na afirmação de que o Brasil já teria saído da crise, encontrando-se em recuperação. De fato, as exportações brasileiras cresceram de março em diante, mas em todos os meses de janeiro a setembro de 2009, seus valores se encontram abaixo dos meses respectivos de 2008, com quedas entre -6% e -38%. Comparando-se o período jan./out. 2009/2008, elas caíram -24,6%.

Mas as quedas piores são as das exportações de manufaturados: comparando-se o período de janeiro a setembro de 2009 com o de 2008, elas caíram -32%. O alento que está ocorrendo de maio para cá se deve, fundamentalmente, às exportações de produtos básicos, notadamente para a China. A reprimarização da pauta exportadora brasileira é muito clara: com a industrialização, os manufaturados, que haviam atingido 55% da pauta em 1985, estagnam nessa posição com o neoliberalismo dos anos noventa, caindo para 48% em 2008 e para 42,7% em janeiro-setembro de 2009.

No que tange à produção da indústria de transformação, as cifras oficiais mostram claramente que cerca de 50% da queda da produção se deve à forte redução das exportações de produtos industriais e o restante à contração da demanda interna. Nos nove primeiros meses de 2009, a queda acumulada e relativa ao período igual de 2008, atingiu -11,58%, e as quedas nesses meses situaram-se entre -7,16% e -14,6%, não havendo nenhuma "tendência" pronunciada de forte e segura diminuição dessas quedas.

As quedas só não foram maiores graças ao socorro financeiro que o governo prestou a vários setores e à redução temporária de impostos indiretos (notadamente para eletrodomésticos e automóveis). Mas esses incentivos terminarão ao longo do último trimestre e assim a crise do setor pode retornar tão forte como começou. Entre os setores beneficiados, o da construção civil - especialmente casas populares - teve incentivos especiais, mas sua demora em executar projetos está atrasando sobremodo o setor e indústrias complementares.

A divulgação (11/9/2009) do PIB do Brasil, do segundo trimestre de 2009 (+1,9% em relação ao primeiro), estimulou ainda mais as expectativas de que a recuperação já está em marcha. Mas parte substancial do aumento se deve ao Consumo das Famílias (+2,1%), enquanto a formação bruta de capital teve crescimento nulo, e sua relação com o PIB continua muito baixa (15,7%). Por outro lado, o PIB ainda acumula uma queda (-1,5%) desse primeiro semestre em relação ao de 2008, enquanto a cifra respectiva da produção industrial é de -8,6%.

O custo das políticas anticíclicas não tem sido pequeno. Segundo a Unctad, os países desenvolvidos, em média, alocariam, durante 1 a 3 anos, recursos públicos fiscais (isenções, subsídios, gastos, etc.) que totalizariam cerca de 3,7% do PIB anual, e recursos financeiros para socorrer instituições financeiras, em torno de 48,5% (as cifras

respectivas dos EUA seriam 5,5% e 81,1%). Para a média dos países subdesenvolvidos, as cifras respectivas seriam de 4,7% e 2,9%; para a Argentina, de 6,4% e 0,9% e para o Brasil, 5,6% e 1,5%.<sup>25</sup> Boa parte da demanda atual por residências (não só populares) se deve à retomada do crédito público e às acentuadas reversões do mercado de valores: queda acentuada do dólar e a insegurança em aplicações na Bolsa de Valores.

É sabido que as circunstâncias políticas de hoje e a manutenção de políticas econômicas de corte neoliberal constituem fortes obstáculos à tomada de decisões por parte do Estado para enfrentar mais decisivamente a crise. Refiro-me, principalmente às fortes pressões e dificuldades - notadamente políticas -, para que não se alterem as linhas gerais da política fiscal, monetária, cambial e do crédito. Contudo, vários de nossos países tomaram medidas nessas áreas, embora elas tenham sido relativamente tímidas, demoradas e apenas emergenciais. Nada, até o momento, que implique transformações estruturais. No caso do Brasil, mencione-se a adoção, a partir de outubro, de um imposto financeiro adicional (IOF) de 2% sobre aplicações de capital estrangeiro em ações e títulos de renda fixa no Brasil, e de 1,5% nas mesmas aplicações de capitais brasileiros no exterior. Contudo, o efeito disso tem sido muito pequeno, não conseguindo evitar a marcha perigosa da valorização cambial do real.

A maioria de nossos países tomou várias medidas, notadamente em questões de políticas fiscal, monetária e social. Mas só 14 dos 32 países assinalados no estudo da Cepal apresentaram medidas no campo habitacional (Cepal, 2009b). O Brasil, por exemplo, alocou, para a habitação, verba orçamentária de R\$ 16 bilhões (aproximadamente US\$ 8 bilhões) para o biênio 2009-2010 - valor que equivale cerca de 11% do que o governo paga anualmente de juros sobre suas dívidas -, para construir um milhão de residências; cifras modestas, que representam cerca de 12% do déficit habitacional.

Por outro lado, a despeito de contarem com uma ampla margem para o aumento, pelo menos emergencial, de tarifas aduaneiras, apenas Equador e Bolívia haviam feito essa prática, até junho de 2009. Note-se que, no caso do Mercosul, a tarifa consolidada é de 30% e a efetiva é de apenas 12%, havendo, portanto, alta margem não utilizada. Outros países, como o México e o Paraguai praticaram reduções, em plena crise.<sup>26</sup>

Mas, para falarmos efetivamente em recuperação, temos que indagar sobre seus mecanismos internos e externos. No plano interno, os juros reais ainda se mantêm altos e, no que concerne ao crédito, sua retomada praticamente se restringiu aos bancos públicos, o que continua a entrar tanto o consumo quanto o investimento. Em segundo lugar, a concessão de redução de impostos indiretos não tem condições de se manter, sob pena de desequilibrar ainda mais as finanças públicas, o que constitui, aos olhos do governo, da mídia e do *mainstream*, quebra arriscada das regras do Consenso de Washington. E isso a despeito do que estão praticando hoje os EUA, a UE, o Japão e a China.

Dessa forma, dificilmente o desemprego encolherá como necessário e dificilmente o investimento retomará seu patamar anterior. Resta-nos, assim, examinar o contexto externo. Mesmo que a economia dos países desenvolvidos volte a crescer a partir de 2010, as previsões internacionais são de lento crescimento nos próximos dois ou três anos. Ainda assim, esse quadro depende de soluções às questões problemáticas colocadas acima: as do "lixo tóxico" financeiro, da nova regulamentação e do financiamento do déficit fiscal (ver item 3). Além disso, cumpre examinar com cuidado o papel que resta à China, como "locomotiva" do mundo.

É claro que, crescendo a 8% anuais, a demanda internacional da China ainda exercerá forte impacto no comércio internacional. Porém, além de já não crescer a 10% como fazia, é incapaz de substituir as lacunas deixadas pela contração dos mercados dos demais países desenvolvidos. Mesmo assim, conforme assinaléi mais acima, seu comércio com os países subdesenvolvidos se caracteriza por importações de produtos primários e exportação de industriais, como a Inglaterra do século XIX. Assim sendo, nossa "recuperação", venha logo ou um pouco mais tarde, apenas recolocará nossos países na mesma trajetória do crescimento médio baixo - do vôo da galinha.

Perdurando nossas perdas de exportações industriais e nossa reduzida competitividade com as importações provenientes da China, aprofundaremos a desindustrialização. Porém, nossos governos e elites deveriam tomar cautela com o movimento a médio prazo, pois a China está construindo, nos últimos dez anos, bases internacionais produtivas como alternativas para atendimento de sua demanda de primários. Dessa forma, é difícil pensar numa retomada igual à do período 2003-2008.

#### **4 Saídas e alternativas para a América Latina**

A integração regional pode e deve ser invocada como mecanismo auxiliar importante na solução de alguns de nossos problemas. Mas não como panacéia à nossa situação de subdesenvolvimento, ou mesmo à crise atual. Lembremos que já tivemos, no passado recente, muitos problemas para fazer avançar a simples integração comercial, desde a construção da ALALC e da Aladi, tanto pela forte assimetria da maior parte dos países participantes quanto pelo fato de perdurarem problemas estruturais decorrentes de nosso subdesenvolvimento.<sup>27</sup> Por outro lado, com a adoção do neoliberalismo econômico e a adesão à OMC, restringimos fortemente vários instrumentos comerciais, cambiais, financeiros e tributários, que propiciavam acordos bilaterais e negociações regionais para expandir o comércio interregional.

Nossa subordinação às políticas econômicas neoliberais reforça ainda mais nossa fraqueza política internacional. Por exemplo, recente documento oficial da OMC, advertiu o Brasil por suas "altas tarifas de importação"! A OMC, a UE e os EUA continuam a nos pressionar para que liberemos ainda mais nosso comércio, sem, contudo, abrirem mão de seus sistemas protecionistas nacionais. O pior é que os próprios países da região, ao insistirem, como o fizeram com a Rodada Uruguai, no avanço de negociações da Rodada de Doha, abrem ainda mais o fosso neoliberal onde foram metidos.

Temos elevada dependência para com o capital forâneo e o financiamento externo, e parte de nosso problema cambial reside na rigidez de nossas pautas importadoras, típicas de países subdesenvolvidos, e onde nossa indústria tem enormes dificuldades em competir com os produtos similares dos países desenvolvidos.

Nossas pautas exportadoras são muito semelhantes, constituídas basicamente por produtos primários ou semimanufaturados, onde o México é a grande exceção - graças à sua indústria maquiladora -, secundado pelo Brasil. Temos ainda estruturas produtivas muito diferentes, com a industrialização tendo avançado mais em poucos países (como Argentina, Brasil e México), assim como diferentes dotações de recursos naturais.

Mais recentemente, a América Latina formulou e colocou em marcha planos para intensificar a integração regional - principalmente para a América do Sul -, seja em termos de comércio, de financiamento, de infraestrutura, energia e quiçá de uma coesão política maior.<sup>28</sup> Contudo, parte disso já sofreu forte contração com a crise, com o corte dos

financiamentos externos e com as baixas nos preços de quase todas as commodities, notadamente os do petróleo e gás.

Não deixa de ser emblemático que o anunciado futuro sucesso brasileiro com petróleo e gás - o chamado Pré-Sal - possa se transformar em negação para o prosseguimento de alguns daqueles projetos, notadamente os de energia, dada a alta possibilidade de obter, com as novas reservas, a autossuficiência brasileira em petróleo e gás.

Agora mesmo, diante da crise, foram instituídos vários acordos de mecanismos de financiamento do comércio regional, sem o uso de divisas.<sup>29</sup> Esta é uma medida importante, mas não supera a necessidade de financiamento em divisas, diante de grandes saldos ou crises, nem elimina o risco cambial.

Uma outra questão óbvia é a de que, sendo um grupo de países subdesenvolvidos, não há como esperar, da integração, solução para seus grandes males do comércio internacional ou de problemas de dimensão de mercado para a produção de cada país. Disso decorre o fato de que países com essas estruturas só conseguem integrar comercialmente, entre si, parcela modesta de suas exportações totais. No caso latinoamericano, as do Mercosul têm sido em torno de 14%, as da Aladi cerca de 15%, atingindo a média da região a cifra de 17%. Compare-se essas cifras com as do Nafta, da UE e do ASEAN, que se situam em torno de 65% ou mais.

O Pacto Andino não tem resistido, seja pelas crises e atitudes políticas entre Colômbia e seus vizinhos ou pela assinatura de Tratados de Livre Comércio entre os EUA e alguns de seus países-membros. A constituição da ALBA, liderada pela Venezuela envolve problemas ainda mais difíceis. O Mercosul, pelas enormes assimetrias entre os quatro países que o fundaram e os dois associados, e pelo absurdo que foi a tentativa de se instaurar um débil projeto de União Aduaneira, mostra enormes dificuldades para avançar seu processo de integração.

O México, após assinar o Nafta, perdeu grande parte do manejo de sua política econômica, e, praticamente, se converteu, de fato, em *máquina auxiliar* da produção industrial norte-americana. A maior parte da América Central, o Peru, a Colômbia e o Chile, assinaram Tratados de Livre Comércio com os EUA, uma ardilosa maneira desse país superar o fracasso pela não aprovação da Alca.

O acordo recente da Unasul tem grande importância no plano político e tem dado algumas demonstrações de resultados positivos ao tratar de alguns conflitos políticos recentes. Porém para dois deles ela não atingiu, até o momento, nenhum resultado prático. O primeiro é o golpe de Estado contra o Presidente Zelaya, de Honduras, que amargou recente exílio e que ainda permanece na Embaixada do Brasil naquele país, a despeito dos protestos de elevado número de países e dos próprios EUA. O segundo, decorre das operações do Plano Colômbia e a recente autorização da Colômbia para que os EUA usem 7 bases militares colombianas, questão esta muito perigosa para o equilíbrio político na região. Na reunião de Bariloche (28-08-2009) da cúpula da Unasul, não se resolveu nada a respeito, e, mais grave ainda, a Colômbia não apresentou a seus pares cópia do Acordo com os EUA.<sup>30</sup> Isto põe a nu a fragilidade do poder político da região.<sup>31</sup> Por outro lado, o pleno funcionamento do Banco Sul, que acaba de ampliar seu capital para US\$ 20 bilhões, ainda depende da efetiva integralização de seus principais membros.

A maior parte de nossas elites se converteu em *rentiers* da dívida pública e especuladores do mercado financeiro, beneficiando-se da desregulamentação cambial e financeira. As principais lideranças políticas, empresariais e intelectuais progressistas latino-americanas precisam acordar desse pesadelo. Muitos incautos e a mídia - sempre a mídia - imaginaram que a profundidade da crise atual e as intervenções estatais praticadas nos principais países desenvolvidos mostravam o "fim do neoliberalismo", ou, pelo menos, a perda do poder político norte-americano...<sup>32</sup>

Mas é preciso entender que o "Leão" não está morto, mas apenas ferido. Certamente, o neoliberalismo está abalado pela crise, mas continua presente entre nós, entre nossos empresários e, principalmente, em nossos governos. Seria bom lembrar um pouco a história da crise da década de 1970, quando muitos, equivocadamente, imaginaram que a partir daquele momento, os EUA haviam perdido sua hegemonia no capitalismo mundial, e que o "trono estava vago"...<sup>33</sup>

A crise está aí, e também as eleições. Os projetos de avanço do desenvolvimento e da integração latino-americana estão fortemente ameaçados, tanto pela atual crise, enquanto esta perdurar, quanto, e principalmente, pela persistência das políticas neoliberais. É preciso lembrar que essas políticas, além de propiciarem a dominação exercida pelo sistema financeiro internacional, estimularam e possibilitaram às empresas transnacionais enorme centralização de capital, o

que ampliou sobremodo seus poderes monopólicos de mercado, financeiro, tecnológico e de decisão para o investimento interno em nossos países. Isto, por sua vez, diminuiu ainda mais nossa liberdade sobre decisões setoriais e regionais de investir e de transformar nossas estruturas produtivas. Mais ainda, as decisões por elas tomadas muitas vezes nos têm obrigado a fazer grandes investimentos em infraestrutura adequada aos seus objetivos.

Se excluirmos os anos 2003 a 2008 no transcurso do período em que a América Latina adotou as políticas neoliberais, e que se estende desde fins da década de 1980 até hoje, a taxa média anual de crescimento do PIB foi baixa, situando-se pouco acima da verificada na década de 1980. Isso se deveu ao grau de abertura e desregulamentação do câmbio, em geral valorizado, e à menor competitividade que temos em termos industriais.

À medida que o PIB crescia, aumentava ainda mais o déficit em transações correntes, exigindo assim, fluxos permanentes e crescentes de recursos externos. Ocorre que tais fluxos podem sofrer descontinuidades e flutuações face ao movimento das economias desenvolvidas e às perspectivas de crise cambial nos países tomadores. Assim, a cada descontinuidade desses fluxos, ocorriam crises cambiais - e do mercado de valores e das finanças públicas - provocando recessões na economia. É o chamado "vôo de galinha"...

No período 2003-2008, em que as taxas do PIB foram mais altas, ingênuos e mal intencionados apregoavam que a economia estava em franca recuperação; que havíamos superado nossos problemas; retomado os "fundamentos", etc., com o que o capital externo voltava a ingressar. Não percebiam ou fingiam não perceber a ocorrência do "efeito China", que acelerou (mais em preços do que em quantidades) nossas exportações de alimentos e matérias-primas e de alguns produtos industriais.

Ora, as volumosas entradas de capitais - inclusive as de Investimentos Diretos - deveriam ter repostado a taxa de inversão a níveis mais altos. No entanto, um simples exame das contas nacionais da América Latina mostra que a Taxa de Inversão subiu, mas o fez modestamente, despencando novamente, na crise atual. Também não viam que o capital forâneo para aqui vinha, primordialmente, em busca das maiores taxas reais de juros do planeta; de aquisições baratas de empresas nacionais; de especulação nos mercados de valores; de aplicações mais em serviços do que em setores produtivos ou exportadores. Foi tal o assédio

desses recursos, que, além de possibilitar o pagamento de parte da dívida pública externa e de zerar o déficit externo real, nos proporcionou elevada acumulação de reservas. Em compensação, valorizou ainda mais nossas taxas de câmbio.

Mas é necessário entender que, salvo Brasil, Argentina e México, que têm indústrias mais integradas e diversificadas - a do Brasil, sem dúvida, à frente dos outros - os países menos industrializados, com certo protecionismo, poderão defender suas indústrias. Mas não é o caso dos três maiores, que não terão a quem vender os produtos de suas indústrias mais complexas, como as da química mais avançada, bens de capital, microeletrônica e material de transporte. Quanto a continuar a produzir e vender soja, galinha *y otras cosas más*, tudo bem. Mas a história econômica mostra que nenhum país se desenvolveu concentrando suas exportações em produtos primários, nem, muito menos, abdicando de sua industrialização. Por outro lado, não estamos mais em 1930, quando tínhamos só 20% da população urbanizada. Hoje ela é de 85%!

Dessa forma, é preciso concluir que a integração é necessária, não só em termos econômicos, mas principalmente políticos. Mas, lembremos mais uma vez: mesmo se tivermos maior sucesso com a integração, seus resultados serão insuficientes para avançar o necessário em nosso processo de desenvolvimento. Para tanto, seria oportuno e preciso, a partir deste momento de crise, romper com o modelo neoliberal e retomar nossa trajetória de industrialização.

Durante esses últimos trinta anos, temos, em grande medida, ficado muito à margem da reestruturação tecnológica e muito aquém na realização dos investimentos de infraestrutura, sendo assim enorme o volume de recursos necessários para investir na recuperação do que deixou de ser feito. Esse atraso se revela claramente na perda de competitividade internacional de nossos produtos e na relativa desindustrialização que sofremos.

Mas para realizar esse enorme esforço, além de intensificarmos nossa integração regional, temos que mudar, radicalmente, os rumos de nossa política econômica. Não é demais repetir o que já dissemos em outro texto recente, sobre a necessidade urgente de<sup>34</sup>:

- fazer uma completa e urgente reformulação dos aparelhos de estado;

- reconstruir nossas instituições públicas de planejamento para formular as diretrizes básicas do desenvolvimento nacional e das políticas regionais, setoriais e temáticas da economia;
- controle do câmbio e dos fluxos de capitais do e para o exterior;
- profunda reestruturação dos mecanismos de proteção tarifária e não-tarifária;
- reestruturar as dívidas interna e externa, para desafogar nossas finanças públicas e as do balanço de pagamentos;
- reformular as diretrizes que regem nossas instituições financeiras públicas, de médio e de longo prazo;
- profunda revisão do funcionamento das instituições financeiras privadas, para conter a especulação financeira e alocar crédito segundo as prioridades que deverão ser estabelecidas.

Lembremos que tais propósitos desencadearão conflitos com várias instituições internacionais e nacionais, o que implica, necessariamente, em amplo esforço de negociação política, interna e externa, para a consecução dessas reformas e políticas.

Um programa como esse, como já disse, não pode ter como exclusiva opção o mercado interno, mesmo para um país do porte do Brasil. E isso se deve tanto às necessidades de aproveitamento de economias de escala sensíveis em setores mais complexos, quanto ao fato de que, se voltarmos a crescer em termos de infraestrutura e de industrialização, não evitaremos o crescimento de importações de tecnologia, equipamentos e insumos, que poderiam se chocar com eventuais restrições de recursos externos.

Há que lembrar que as condições atuais da economia internacional são difíceis para expandir nossas exportações de manufaturados e, de certa forma, até mesmo de produtos básicos, para fazer frente ao crescimento das importações. Para isso, seria preciso contar com produção de alta qualidade, especializada e em grande quantidade, para transformar estruturalmente nossa pauta exportadora.

Uma alternativa adicional seria a de dirigir parte expressiva do crescimento e do investimento para determinados setores menos demandantes de importações. Tais setores são aqueles que atendem prioritariamente às necessidades

básicas da população, como habitação, saneamento e reforma agrária, altamente ocupadores de mão de obra e pouco consumidores de divisas.

É preciso ter presente que é necessária a combinação de vários setores ao mesmo tempo, uma vez que qualquer deles, isoladamente, não possibilitaria a melhor forma de crescimento e de elevação do bem-estar social. O crescimento possível com qualquer deles -isoladamente - seria insuficiente para dar conta do problema do emprego e, muito menos, de nossa crise social.

Pelo que acima se discutiu, as oportunidades políticas que a crise pode nos oferecer deveriam ser urgentemente aproveitadas para que o maior número de países da região formulassem Programas Estratégicos de Integração e Desenvolvimento, que contemplassem duas questões básicas: a de serem Organizados e Defensivos.

- *Organizados*, no sentido de não deixar exclusivamente ao mercado a "solução" de problemas econômicos e sociais. Assim, é imprescindível a reestruturação do Estado Nacional, para retomar soberanamente os destinos da Política Econômica e Social de nossos países;

- *Defensivos*, porque ainda temos estruturas industriais expressivas, que podem se deteriorar ainda mais, se permitirmos a continuidade da atual abertura desgovernada e "orientada" exclusivamente pelo mercado.

## **Bibliografia**

ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. Dossiê keynesiano sobre a crise. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb.11/2008>. [ Links ]

BLEANEY, M. The rise and fall of Keynesian economics. London: Macmillan, 1985. [ Links ]

BRAGA, J. C. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. *Revista Estudos Avançados*, USP, São Paulo, v. 23, n. 65, 2009. [ Links ]

BANCO DE MÉXICO: *Reservas internacionales*. Disponível em: <http://www.banxico.org.mx/>. Acesso em: 22 set. 2009. [ Links ]

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000. [ Links ]

\_\_\_\_\_. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. [ Links ]

\_\_\_\_\_. Agenda para un nuevo Proyecto Nacional de Desarrollo. In: VIDAL, G.; GUILLÉN, R. (Coord.). *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. México: CLACSO-Univ. Autónoma Metropolitana, 2007. [ [Links](#) ]

CEPAL. Series históricas del crecimiento de América Latina. *Cuadernos Estadísticos de la Cepal*, Santiago, 1978. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. *Balance Preliminar de las economías de América Latina y el Caribe*. Santiago: Cepal, 2008. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*. Santiago: Cepal, Edições de 2006 e 2009a. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. *La reacción de los gobiernos de las Américas frente a la crisis internacional: una presentación sintética de las medidas de política anunciadas hasta el 30 de junio de 2009*. Santiago: Cepal, 2009b. [ [Links](#) ]

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. [ [Links](#) ]

FURTADO, C. *Formação econômica no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. [ [Links](#) ]

GALBRAITH, J. K. *O colapso da Bolsa 1929: anatomia de uma crise*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972. [ [Links](#) ]

GUILLÉN, R. A. La teoría latinoamericana del desarrollo : reflexiones para una estrategia alternativa frente al neoliberalismo. In: VIDAL, G.; GUILLÉN R., A. (Coord.). *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. México: CLACSO-UAMI, 2007. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. *México en los años de la alternancia (2000-2009): continuidad neoliberal y regresión democrática*. México: UAMI, jul. 2009. [ [Links](#) ]

HUERTA G., A. *Hacia el colapso de la economía mexicana*. México: UNAM-Facultad de Economía, 2009. [ [Links](#) ]

IIRSA-Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. *Cartera de Proyectos 2007*. Disponível em: <http://www.iirsa.org>. [ [Links](#) ]

KRUGMAN, P. Como puderam os economistas errar tanto? *O Estado de São Paulo*, 6 set. 2009, p. B 9. [ [Links](#) ]

MADDISON, A. *Dos crisis: América Latina y Asia: 1929-1938 y 1973-1983*. México: FCE, 1988. [ [Links](#) ]

MAGALHÃES, J. P. A. *Brasil século XXI, uma alternativa ao neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. [ [Links](#) ]

\_\_\_\_\_. *O que fazer depois da crise. A contribuição do desenvolvimentismo keynesiano*. São Paulo: Contexto, 2009. [ [Links](#) ]

PUC-SP. *Dossiê marxista sobre a crise*. Pós Graduação em Economia Política - GPPDH.. 2008. Disponível em:

[http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/dossie\\_crise.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/dossie_crise.pdf);  
[http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/2\\_dossie\\_crise.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/2_dossie_crise.pdf). [ Links ]

PELAEZ, C. M. A balança comercial; a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, mar. 1968. [ Links ]

PREBISCH, R. Prologo. In: RODRIGUEZ, O. *La teoria del subdesarrollo de la Cepal*. 5. ed. México: Siglo XXI, 1986. [ Links ]

SEERS, D. Inflación y crecimiento: resumen de la experiencia en América Latina. *Boletín Económico de América Latina*, Santiago, Cepal, v. VII, n. 1, fev. 1962. [ Links ]

SERRANO, F. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial dos anos 2000. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. [ Links ]

SICSÚ, J. (Org.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri, São Paulo, Editora Manole, 2005. v. 1, 425p. [ Links ]

\_\_\_\_\_; CASTELAR, A. (Org.). *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009. [ Links ]

TITELMAN, D.; PÉREZ-CALDENTEY, E.; PINEDA, R. ¿Cómo algo tan pequeño terminó siendo algo tan grande? Crisis financiera, mecanismos de contagio y efectos en América Latina. *Revista Cepal*, Santiago, n. 90, ago. 2009. [ Links ]

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e o dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997. [ Links ]

\_\_\_\_\_. *A crise financeira atual*. Fundação Alexandre Gusmão, maio 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/eventos>. [ Links ]

TEIXEIRA FILHO, E. T. *A crise financeira internacional: do subprime à deflação de ativos*. Fundação Alexandre Gusmão, maio 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/eventos>. [ Links ]

UNCTAD. *La acumulación de capital, el crecimiento y económico y el cambio estructural*. New York: Unctad-ONU, 2003. Disponível em: <http://www.unicc/unctad>. [ Links ]

\_\_\_\_\_. *Trade and Development*. Report, 2009. Disponível em [http://www.unctad.org/sp/docs/tdr2009overview\\_sp.pdf](http://www.unctad.org/sp/docs/tdr2009overview_sp.pdf). Acesso em: 7 set. 2009. [ Links ]

Texto apresentado ao Colóquio Internacional em Estudos Sociais, Universidad Autónoma Metropolitana de Iztapalapa, México, outubro de 2009. Esta versão está mais atualizada e foi fechada em 15/11/2009.

<sup>1</sup> Citado por Galbraith (1973, p. 133). Nesse texto o leitor poderá tomar conhecimento de vários pronunciamentos parecidos, de empresários, governo e outras lideranças, ora pregando um falso entusiasmo, ora

repetindo estultices. Ver, por exemplo, no capítulo 8, o castelo de cartas construído pela Goldman Sachs, poucos meses antes do Craque.

2 Sobre as políticas anticíclicas então implantadas por esses países, ver Bleaney (1985) e Maddson (1988).

3 A indústria de transformação da região, no período anterior à crise, era predominantemente constituída de beneficiamento industrial de produtos primários, e sua participação no PIB era a mais alta; a da Argentina, com cerca de 20%, seguida pelas do Brasil e México, ambas em torno de 12%.

4 Cf. Cepal (1978).

5 Cf. Seers (1962).

6 Sobre essa política, no Brasil, ver o clássico de Furtado (1961) e Cano (2002).

7 Ver, sobre essa questão, Cano (2000).

8 Sobre os efeitos das políticas neoliberais na América Latina ver Cano (2000).

9 Cf. Krugman (2009).

10 Para uma análise geral da crise e das políticas que foram tomadas recentemente, ver Unctad (2009). A literatura no Brasil sobre a crise já é ampla. Ver Associação Keynesiana Brasileira (2008), Braga (2009), PUCSP (2008), Teixeira Filho (2009) e Tavares (2009).

11 Em anos recentes, a dívida privada familiar quadruplicou nos EUA.

12 Entre 1982 e 2008, nos EUA, o crédito às Instituições Financeiras, como porcentagem do PIB, passou de 23% para 121% e às famílias, de 27% para aproximadamente 90%. Ver Teixeira Filho (2009).

13 Cf. Titelman et al. (2009).

14 Cf. Serrano (2008).

15 Cf. Cepal (2009 A) p.49-51.

16 Nouriel Roubini, disponível em: <http://www.rgmonitor.com>, cujos artigos semanais são publicados na revista *Carta Capital*, de São Paulo. Ver, em especial, os artigos de março a agosto de 2009.

17 Ver a respeito Cepal (2009a, cap. 1) e Unctad (2009).

18 Ver a respeito Cepal (2006).

19 Ver, a propósito, Fiori; Medeiros e Serrano (2008).

20 Sobre a crise do México, ver Guillém (2009) e Huerta (2009).

21 Contudo, haviam caído (em US\$ bilhões) 29 na América Latina, entre setembro e dezembro de 2008. No México, entre dezembro de 2008 e agosto de 2009, elas caíram 14, a despeito dos créditos recebidos pelo país, do BID, BIRD e da Reserva Federal dos EUA. Conforme Cepal (2008), Huerta (2009) e Banco de México (2009).

22 Apesar disso, o México parece ter sido um dos poucos a sofrer uma diminuição de reservas. Elas caíram, ao final do primeiro semestre de 2009, de cerca de US\$ 85 bilhões para cerca de US\$ 73 bilhões.

23 Cf. Cepal (2009, cap. 2, p. 59).

24 Cf. Cepal (2009a, p.75-78).

25 Cf. Unctad (2009, p. 32).

26 Sobre as medidas atuantes no comércio exterior, ver Cepal (2009a, cap. II).

27 Entre os principais, cabe citar: a inconvertibilidade de suas moedas, financiamento do comércio, predominância de produtos primários similares na pauta exportadora, diferentes estruturas produtivas, etc.

28 Para os projetos de infraestrutura, ver IIRSA (2007).

29 O BNDES tornou-se um dos maiores financiadores da região: neste ano alocou US\$ 15,6 bilhões para financiamento de exportações, o que representa cerca de 50% das exportações brasileiras para a região. Além disso, em 2008 financiou vários projetos de infraestrutura no valor de US\$ 1,7 bilhão.

30 Ela só apresentou, e apenas ao Brasil, um resumo do Acordo, que não permite tirar conclusões sobre possíveis problemas graves que poderão ocorrer.

[31](#) É sintomático o comportamento diferenciado da mídia, por exemplo, no caso das reeleições sucessivas em alguns países da região: dura, com relação aos casos de Morales (Bolívia), Chaves (Venezuela) e de Correa (Equador), bem como na tentativa de Zelaya. Não tem sido dura, entretanto, na atual tentativa de Uribe (Colômbia).

[32](#) Ver a obra citada de Fiori, Medeiros e Serrano.

[33](#) A propósito, convém fazer um *revisetted* ao clássico texto de Tavares (1997).

[34](#) Existem várias propostas de alternativas para alguns países da região, porém, além das ortodoxas, muitas das heterodoxas não radicalizam, no sentido de uma ruptura ampla com a política econômica atual. Entre as mais radicais ver, no caso mexicano, os citados Guillén (2009) e Huerta (2009) e no brasileiro, Cano (2007) e Magalhães (2000, 2009). Entre as menos radicalizadas ver, para o Brasil, Sucsú (2005) e Sicsú e Castelar (2009). Esta última, editada pelo Ipea, contém 23 textos, dos quais bem menos da metade poderiam ser classificados como heterodoxos, e destes, apenas 5 adotam uma postura mais radicalizada.

#### ***Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas***

|           |            |          |    |       |           |
|-----------|------------|----------|----|-------|-----------|
| Rua       | Pitágoras, | s/n.     | CP | 6135. |           |
| 13083-857 | -          | Campinas | -  | SP -  | Brasil    |
| Tel.:     | +55        | 19       |    |       | 3521-5769 |
| Fax:      | +55        | 19       |    |       | 3289-3580 |

 e-Mail

[public@eco.unicamp.br](mailto:public@eco.unicamp.br)

## **PARTE II – As mudanças recentes**

### **Década de 2000**

### **Reversão 2015-2016**

#### **Reversão 2015-2016**

#### **1-El fin del relato progresista en América Latina**

#### **2-¿Está llegando a su fin la ola progresista en América Latina?Reuters**

#### **3-Paulo Velasco, cientista político: 'A América Latina ainda é uma grande ficção'**

**4-EM MEIO A CRISE, AMÉRICA LATINA E CARIBE DEVEM REDOBRAR ESFORÇOS CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE**

**5-América Latina em movimento (I) (II) - *Roberta Traspadini\****

**6-CARTA DO IBRE A melhora nos indicadores sociais da América Latina CARTA DO IBRE A melhora nos indicadores sociais da América Latina Carta - IBE  
Fevereiro de 2013 • C. Econômica**

**7-Latam: los riesgos del “latino optimismo”**

**8-América Latina ante la nueva guerra de divisas - Federico Steinberg**

**09.[O futuro incerto do ciclo progressista sul-americano](#)  
André Calixtre**

**10-GUILLERMO O'DONNELL: RECUENTO DE N. DAME - Claudia Maldonado Trujillo**

**11 - Divergencias: trayectorias del neoliberalismo en Argentina y Chile**

**12.América Latina: Se anuncia la apertura de un nuevo tiempo Gilberto Lopes**

**América Latina**



## Édoctum. Encuentro Vuelta. América Latina y su integración global

En el verano de 1990 Octavio Paz convoca a un nutrido grupo de intelectuales de diversas latitudes para debatir sobre los grandes temas del fin de siglo. La ...

YOUTUBE.COM

## ANEXOS



### 1-El fin del relato progresista en América Latina

Las protestas contra Dilma Rousseff marcan un punto de inflexión en la ruptura entre gobernantes y gobernados en Brasil, un proceso que paulatinamente se extiende a los países latinoamericanos.

[Salvador Schavelzon](#)

<https://www.diagonalperiodico.net/global/27148-fin-del-relato-progresista-america-latina.html> - 24/06/15 · 8:00

[Comentarios 3](#)



El matrimonio Obama, junto a Dilma Rousseff, presidenta de Brasil. /

BLOG DO PLANALTO – [inforelacionada](#) –

El triunfo del post extractivismo en 2015

¿Se puede hablar de final de ciclo para los gobiernos progresistas en América Latina? Cuando triunfos electorales se sucedieron recientemente en Uruguay, Brasil, El Salvador y Bolivia, la pregunta pareció disiparse. Pero vuelve por otros caminos. No necesariamente el de también recientes derrotas en grandes ciudades o regiones del Brasil, Ecuador, Argentina o Bolivia. Estas han tenido cierto peso simbólico pero parecen remitir a un nuevo equilibrio más que a la interrupción del apoyo a nivel nacional. Lejos de las urnas, más bien, un posible momento de cambio todavía indeterminado parece sentirse en el agotamiento de un modelo y en la transformación interna de la narrativa política progresista, plurinacional o bolivariana.

Tanto a la izquierda como a la derecha del espacio político en que los gobiernos progresistas se establecen como centro, asistimos **una reorganización de fuerzas y movilización en varios países**. El mapa de la situación política no es homogéneo ni puede generalizarse, pero cierta inquietud se transmite desde la razón “gubernista”, término utilizado en Brasil para referirse a la defensa militante del gobierno que no asume ni la más mínima crítica. En ese país, después de las primeras medidas de gobierno que siguieron al triunfo por mínima diferencia en las elecciones de octubre de 2014,

el “gubernismo” muestra una notable dificultad para sostener el “relato” en que se sustenta.

*Para el “gubernismo” más cínico el neoliberalismo es una fase dejada atrás y la falta de popularidad se debe a una crisis en la que no tienen responsabilidad*

De hecho, quizás sea Brasil donde el problema del fin de ciclo se muestra con mayor claridad. Al final, las movilizaciones opositoras de cuño expresivamente conservador en Argentina y Venezuela se vienen sucediendo sin que el apoyo hacia los gobiernos deje de ser firme y probablemente suficiente para ganar otra elección. Fuertes movilizaciones campesinas e indígenas en Ecuador y Bolivia, por otra parte, no merman hasta ahora el voto mayoritario de Morales y Correa. En Brasil, las últimas mediciones de abril y mayo sobre imagen positiva de Dilma Rousseff llegaron al 7% en uno de los grandes institutos y en cerca de 10% en otros. Lula da Silva, probable candidato para 2018, no deja de estar afectado por el descontento. Es que, además de una oposición indignada, **la crítica al gobierno alcanzó rápidamente la masa de votantes propios**. Para el “gubernismo” más cínico, sin embargo, el neoliberalismo es una fase ya dejada atrás y la falta de popularidad se debe exclusivamente a una crisis en la que no tienen responsabilidad, y al trabajo de los grandes medios.

En realidad, la popularidad de Dilma Rousseff ya había sido baja en el estallido de junio de 2013 y durante la copa del mundo, dos momentos en que la indistinción del PT con el poder empresarial y los partidos conservadores con los que cogobierna, o de la oposición, se mostraban evidentes desde las calles. Esta imagen de frente conservador donde el progresismo se integra es la base de la situación política que quiebra el relato. En sentido opuesto, la elección presidencial de 2014 permitió al PT recuperar sus votantes históricos en una notable polarización del electorado que eliminó a Marina Silva asociándola al neoliberalismo, y a Aécio Neves a fuerza del foco en lo social. Un voto desencantado, sin embargo, fue seguido por una verdadera indignación frente a la formación del gabinete de ministros y las primeras medidas. La presidenta asumió políticas de ajuste y austeridad, en sentido notablemente contrario de lo prometido en la campaña electoral que todavía resonaba en los oídos.

Por intermediación de Lula el PT incorporó al responsable económico del programa de la oposición, y dio lugar a un recorte de gastos que pesaría especialmente sobre la clase trabajadora y la educación. Otro nombramiento de impacto fue el de Katia Abreu en el Ministerio de Agricultura, **homenajeadas tiempo antes por los pueblos indígenas con el premio de “Miss Motosierra de Oro”**, por su papel en la defensa de crímenes ambientales y el avance del agronegocio sobre tierras indígenas, dos causas de amplia sensibilización en la ciudad.

Al mismo tiempo, los gestos hacia los mercados no sirvieron para neutralizar manifestaciones de cientos de miles de personas que pedían la destitución de

Dilma, que con un discurso anti-corrupción señalizan la posibilidad de un cierre del ciclo por el camino más conservador. Estas voces que salieron a la calle, se expresan también en un congreso donde aumenta la influencia de la bancada “de la Bala, el Buey y la Biblia (BBB)”, con control de la cámara de diputados y **con mucha más influencia sobre el gobierno que los movimientos sociales**. Sectores conservadores en la base del gobierno y la oposición consiguieron que el gobierno frenara iniciativas educativas anti-homofóbicas en curso, y se preparan esta semana para aprobar una enmienda constitucional que reduzca a 16 años la edad de la mayoría penal, después de haber aprobado la generalización de la tercerización para todos los sectores de la economía, antes restringida.

Habiéndose alejado del proyecto de cambios que lo llevó al poder, sin capacidad para movilizar ni para frenar institucionalmente reformas conservadoras, y siendo partícipe de las mismas en algunos casos como el del deterioro de los derechos del trabajo, el fin de ciclo se da con el progresismo en el comando, que incluso podrá volver a ganar desde un enfrentamiento electoral con los sectores con los que, en realidad, co-gobierna.

### **Culto a la tecnocracia**

Aunque una derrota en Venezuela o Argentina sería significativa para la liga de presidentes del espacio que inauguró Chávez en 1999 y hoy gobierna varios países, el fin de ciclo pasa en los distintos países por la aceptación de un modelo conservador evaluado como condición necesaria para la estabilidad y continuidad política. Las encuestas y el cálculo electoral determinan así el proyecto político, que tiende **al culto de lo institucional y la tecnocracia**, aunque mantenga un discurso que construye su electorado a partir del énfasis en lo social. En Argentina, en ese sentido, el kirchnerismo se dispone a defender en la campaña a un candidato que nunca gozó de su confianza, pero que se acepta por medir mejor en las encuestas. Daniel Scioli, lanzado políticamente por Menem, demuestra que el peronismo sigue siendo más que el kirchnerismo y se presenta desde posiciones políticas que no se diferencian de las de sus rivales del espacio conservador.

**La vieja política también se introduce en el MAS de Bolivia**, desde una visión hegemónica que lo empeña hace tiempo a recurrir a figuras mediáticas o recicladas de la oposición, como si las decisiones electorales y acuerdos no tuvieran consecuencias en la gestión y rumbo político. Así, se abandonan objetivos que vayan más allá de la ocupación de las instituciones, sustituyendo la movilización popular por la incorporación de posiciones, visiones y demandas del enemigo, dejando atrás los tiempos que siguieron a la elección de Evo Morales en los que hubo intentos de proponer reformas más

contundentes o cuestionar la forma y funcionamiento del Estado, más allá de quién ocupara el sillón.

*El balance también es negativo en la prometida industrialización y salida del modelo de economía primaria*

La imposibilidad de regeneración y vuelta a los orígenes, por otra parte, se limita desde la propia dinámica del sistema político, que financia las campañas desde el sector empresarial; o en la dependencia estatal de ingresos producto del peor desarrollo y el extractivismo, base también de alianzas espurias con caudillos locales y capital multinacional sin responsabilidad ni horizonte más allá de la búsqueda de retorno más rápido posible de las inversiones. Buena parte de las políticas sociales son fruto de estos ingresos, por lo que la marca y popularidad de estos gobiernos se asocia íntimamente con estos tipos de explotación económica sumamente dependiente del precio internacional y con consecuencias ecológicas desastrosas.

En un balance deben destacarse medidas importantes, como el avance en la articulación regional; la declaración de inconstitucionalidad de las leyes de impunidad de la dictadura y la asignación universal por hijo en Argentina; algunos elementos de las constituciones de Bolivia y Ecuador; negociaciones soberanas de la deuda; reducción de la pobreza y la intervención social y de infraestructura en barrios. El final de ciclo también se relaciona con la interrupción de esas agendas, sin embargo, con un aumento de la pobreza en Argentina, y de la desocupación en Brasil, además de los límites de las luchas emprendidas, que no incorpora en el reconocimiento de derechos y defensa de garantías a las periferias y pueblos indígenas que enfrentan grandes obras y expulsiones de territorios. Algunos tabús de esta época se rompieron con negociaciones de pactos bilaterales en Ecuador, y con el encarcelamiento de opositores en Venezuela. El balance también es negativo en la prometida industrialización y salida del modelo de economía primaria dependiente de precios de commodities.

Daniel Scioli, a la izquierda, y Mauricio Macri son posibles contendientes en las próximas elecciones argentinas.

A la hora de hablar de modificaciones estructurales de la desigualdad y la matriz económica, los gobiernos progresistas parecen transformados por el poder y las instituciones, antes que lo inverso. Mientras recetas ortodoxas anuncian nuevamente su llegada, alejan definitivamente la posibilidad de fortalecer procesos que desde el Buen Vivir apuesten por otro desarrollo. Al mismo tiempo, un nuevo marco ideológico asumido por buena parte del progresismo para encarar la fase política actual, garantiza popularidad y la permanencia en el poder, pero a costa de abandonar principios anticapitalistas y demandas venidas de las movilizaciones que abrieron el ciclo político

progresista. Esto es claro si vemos el avance de tres elementos: **la ideología del consumo, el consenso del desarrollo y la agenda política traída por sectores religiosos.**

La propaganda “gubernista” presenta el crecimiento en índices de consumo como acceso de millones a la clase media. Además de abandonar agendas campesinas, indígenas y obreras, la discusión deja de lado la revisión de prioridades en la economía y la forma de distribución –que continúa beneficiando mayormente a los más ricos–. Tampoco complementa el acceso al consumo con un acento en el **acceso a salud, educación y transporte de calidad**, que permanecen ajenos a las mayorías.

La llegada del papa Francisco al Vaticano, días después de la muerte de Chávez, ya cosechó retrocesos en la legislación progresista, frenando cambios en el Código Civil argentino, y dando legitimidad a la ruptura de gobiernos con luchas de minorías que históricamente la izquierda defendió, cortando incipientes avances en algunos de los países. La transformación que convirtió a Bergoglio de autoridad de una iglesia conservadora que cierra muestras de arte o no asume una posición crítica durante la dictadura, a líder del progresismo, no habla solamente de una operación comunicacional, sino también del fin de ciclo del progresismo como lo conocimos hasta ahora. Consumo y agenda conservadora se conectan con la incorporación de **un punto de vista estatal e hiperpresidencialista**, articulando con identidades políticas nacionalistas, con sus variantes batllistas en Uruguay, peronista en Argentina, emenerrista en Bolivia, cuando no de las propias dictaduras, si enfocamos en el modelo desarrollista adoptado.

Quizás deba tomarse en serio la propuesta de fundar una nueva internacional liderada por el papa Francisco, presentada por Gianni Vattimo y aplaudida por actores del progresismo “gubernista” nucleado en el Foro por la Emancipación y la Igualdad que en marzo de 2015 en Buenos Aires. Rafael Correa, en esa dirección, asumió este año una defensa sobreactuada y repentina contra lo que llamó “agenda abortista”, para impedir la regulación legislativa de este tema, y de “ideología de género” contra derechos de minorías. El posicionamiento se suma a sus ya clásicas diatribas contra ambientalistas e indígenas.

La política que interviene en los antagonismos sociales, raciales y de ímpetu descolonizador, es así sustituida por valores conservadores desde una idea de confraternización y conciliación que en el fondo deja de lado la lucha contra la desigualdad, más allá del asistencialismo que encuadra y desmoviliza los sectores populares desde el paternalismo estatal o religioso. El nuevo horizonte viene acompañado de **un tratamiento de la disidencia como radicalismo contrario a los intereses de la nación**. En el plano geopolítico, el aumento de la represión y criminalización de disidentes se articula con la visión hacia oriente, acercándose en el discurso y la economía a regímenes autoritarios

como el de Rusia y China, también ya desprovistos de un horizonte anticapitalista y emancipador.

Sustituyendo clase trabajadora y movimientos sociales o indígenas por familia y clase media; el progresismo y la izquierda en el poder dejan de serlo por el camino de la seguridad y el consumo de nuevos nacionalismos desarrollistas. Este movimiento es claro en Nicaragua, donde Daniel Ortega y el sandinismo regresa al gobierno en 2007. El acercamiento con la iglesia que lo enfrentó en los 70, se da junto a la aprobación de una ley que prohíbe el aborto en cualquier situación. A finales del 2014, el congreso aprueba también sin debate ni socialización de información una ley que da origen a la construcción de un canal interoceánico, cediendo derechos soberanos por 50 años a una empresa china, reprimiendo y criminalizando campesinos y poblaciones que serán desplazadas. El ciclo político también se interrumpe cuando la política del desarrollo acerca gobiernos bolivarianos, progresistas o de izquierda a las gestiones nacionalistas y liberales del Perú, Colombia o México, sin distinción en la instrumentalización del poder estatal para garantizar un modelo para nada progresista.

Más que un horizonte anti o post extractivista como alternativa de poder en un nuevo ciclo, vemos aparecer nuevas derechas con discursos renovados “para la gente” y “post-ideológicos” con la bandera que perdió la izquierda de la ética contra la corrupción. Sin participación y búsquedas de otra política que conecten luchas territoriales con luchas en las ciudades, el nuevo ciclo acabará cediendo lugar a un régimen autista e individualista que combine o alterne un nacionalismo social de discurso religioso y un republicanismo individualista de discurso anti-estatal indignado.

## **2-¿Está llegando a su fin la ola progresista en América Latina?**

<http://www.publico.es/internacional/llegando-ola-progresista-america-latina.html>

Desde las izquierdas, el panorama político, que en algunos países viene de la mano de la incertidumbre económica, se observa como un momento para la reflexión



Los presidentes de Ecuador, Rafael Correa, Bolivia, Evo Morales, y Venezuela, Nicolás Maduro, en la clausura de la II Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático. – REUTERS

### MÁS INFORMACIÓN

- "La derecha en América Latina podrá ganar batallas, pero no la guerra"
- América Latina y las nuevas fórmulas para derrocar gobiernos
- La difícil situación económica fuerza a Brasil a reconciliarse con Obama
  - "No vamos a acabar con Dilma, vamos a hacerla sangrar"
- La herencia de Aznar deja a España aislada de América Latina

NAZARET CASTRO - @nazaret castro

BUENOS AIRES.- La presidenta brasileña, **Dilma Rousseff**, ve cómo su popularidad cae estrepitosamente y las calles se llenan de multitudes pidiendo su destitución; en Ecuador, **Rafael Correa** protagoniza una confrontación cada vez más aguda con los movimientos sociales de base que lo llevaron al poder; en Argentina, las elecciones del 25 de octubre —y la previsible segunda vuelta— llevarán a la Casa Rosada a un presidente a la derecha de **Cristina Fernández de Kirchner**, aún cuando gane el candidato oficialista, Daniel

Scioli. Cada vez se habla más en América Latina de un cambio de ciclo político, tras 15 años de auge de los gobiernos progresistas en la región, que, con la ayuda de los movimientos sociales, campesinos e indígenas, llegaron al poder en Brasil, Argentina, Paraguay, Honduras, Uruguay, Venezuela, Ecuador y Bolivia, entre otros países.

Desde las izquierdas, el panorama político, que en algunos países viene de la mano de la incertidumbre económica, **se observa como un momento para la reflexión**: si algunos intelectuales o activistas apuntan a la arremetida del imperialismo y las “derechas mediáticas”, otros hablan de la falta de legitimidad a la que ha llevado la “derechización” o cambio de rumbo de algunos de estos Gobiernos.

Para empezar, ¿qué es eso de “gobiernos progresistas”? Como señala el escritor uruguayo Raúl Zibechi, esa etiqueta ha servido para catalogar, de forma vaga, Gobiernos que introdujeron **cambios en el Consenso de Washington**, que propició en los años 90 la aplicación en toda la región de políticas neoliberales de ajuste que llevaron a mayor desigualdad y destrucción del tejido social. Salvo excepciones, la inclusión social no se ha logrado a través del reconocimiento y garantía de derechos, sino mediante políticas asistencialistas de transferencia de renta que, en muchos casos, han provocado la creación de redes clientelares de dependencia, como denuncia el escritor Martín Caparrós para el caso de la Argentina kirchnerista. La Bolsa Familia del Brasil de Lula da Silva es un ejemplo ya clásico: con todo, pese a las limitaciones de este tipo de políticas, es difícil anticipar el poder transformador que tienen programas que sacan a familias enteras de la miseria y posibilitan su acceso a la educación.

Para Zibechi, con la salvedad de los Gobiernos “bolivarianos” de Venezuela y Bolivia —Ecuador queda excluido por su creciente enfrentamiento con los movimientos de base—, los Gobiernos “progresistas” no han tenido una voluntad transformadora en lo esencial: el modelo de desarrollo. Se enfrentan en toda América Latina dos visiones del cambio social: la primera, que comparten todos estos Gobiernos, es la perspectiva “neodesarrollista”. El ecuatoriano Rafael Correa, el boliviano Evo Morales o el argentino Néstor Kirchner ganaron en las urnas **con la promesa de frenar el poder de las corporaciones multilaterales y el saqueo de los recursos naturales**, pero en la práctica se ha mantenido, e incluso intensificado, el modelo extractivista que ha llevado, al calor de la demanda global de *commodities*, a la reprimarización de las economías. En un principio, el mantener esos ingresos asociados a las industrias extractivas —monocultivos, minería, hidrocarburos, presas— parecía una oportunidad para diversificar paulatinamente la matriz productiva y energética; en la práctica, los Gobiernos progresistas han dedicado importantes ingresos a combatir la pobreza, pero no han avanzado hacia esa modificación estratégica de su producción, como asevera Gorka Martija, investigador del Observatorio de Multinacionales en América Latina (OMAL).

Frente a este enfoque neodesarrollista, que se conforma con mejorar —y no superar— la

posición de estos países en la división internacional del trabajo, los movimientos sociales, **con protagonismo creciente de comunidades indígenas, campesinas y afrodescendientes**, propugnan la visión del posdesarrollo, a saber: el crecimiento económico basado en la extracción masiva de materias primas no sólo es insostenible para el medio ambiente, sino que es una trampa para los pueblos latinoamericanos, condenados a la “maldición de la abundancia” a la que se refiere el economista ecuatoriano Alberto Acosta: la riqueza de recursos naturales lleva a la dependencia y la miseria económica, como muestra la historia de la minería en la región latinoamericana.

### **Cambio de ciclo económico**

Durante los años en que los precios de las *commodities* estuvieron al alza, parecía posible para estos Gobiernos conciliar todos los intereses. Se fraguó el eslogan del “**crecimiento con inclusión social**”. Las divisas que generaban las exportaciones de soja, metales o petróleo permitieron costear las políticas que sacaron a millones de personas de la miseria sin tocar los intereses de las oligarquías.

El Brasil del Partido de los Trabajadores (PT) al que pertenecen Lula y Dilma es el mejor ejemplo de ello. Las políticas de inclusión social ayudaron a la histórica expansión de la Clase C. Para algunos, una nueva clase media; para otros, una clase trabajadora que, con mejores sueldos y acceso al crédito, **puede consumir bienes antes reservados a las clases pudientes**. Así se consolida otra tendencia regional: “El ciclo progresista derrotó al neoliberalismo en varios aspectos. Pero no lo enfrentó en uno que es clave: el legado consumista del modo de vida americano y la industria cultural que lo promueve. Es así que el aumento de los niveles de vida de amplios sectores sociales impulsado por el progresismo se ha traducido en más consumo globalizado”, ha analizado el economista paraguayo Gustavo Codas.

Sea como fuere, durante unos años pareció funcionar, pero “el ciclo económico ha cambiado: ahora Dilma debe elegir si privilegia a los ricos o apoya a los pobres”, apunta Guilherme Boulos, del Movimiento de Trabajadores Sin Techo (MTST). Pese a que obtuvo la victoria electoral de 2014 con el apoyo del movimiento social de base, Dilma Rousseff evidenció su apuesta **por no tocar los intereses de las oligarquías** al nombrar como ministra de Agricultura a Katia Abreu, la mayor abanderada de los intereses del agronegocio y enemiga del Movimiento de los Sin Tierra (MST), y como ministro de Hacienda al economista ortodoxo Joaquim Levy, que, formado en Chicago, ha soltado perlas como que España es un ejemplo de ajuste estructural exitoso.

Dilma se ha ganado la desconfianza de las izquierdas. “La pauta del Gobierno es el ajuste fiscal, el corte de derechos, de inversión social. Es indefendible por cualquier movimiento social que se precie”, sostiene Boulos. El Gobierno brasileño, **cuya presidenta se enfrenta a índices**

de popularidad del 10%, ha sido cuestionado incluso por el movimiento sindical, una de las bases del PT: “Esta agenda es de los ricos y no del trabajador”, ha afirmado Vagner Freitas, de la principal central sindical del país, la CUT.

El problema es que, hoy por hoy, no hay alternativa de Gobierno a la izquierda de Dilma, por lo que criticar a la presidenta termina beneficiando a la derecha. A la misma disyuntiva se enfrentan las izquierdas en una Argentina **a punto de poner fin a doce años de kirchnerismo** y en un Ecuador donde es cada vez mayor la evidencia de la confrontación directa de Correa con la Conaie (Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador) y Acción Ecológica, entre otras organizaciones sociales que critican el enfoque extractivista del Gobierno.

### **¿Avance o retroceso?**

Se pregunta Zibechi: “A tres décadas de distancia, ¿la llegada del PSOE al Gobierno del Estado Español, fue un paso adelante o un retroceso? No pretendo comparar al socialismo europeo con el progresismo latinoamericano, sino reflexionar sobre cómo se produjo la pérdida de la energía social, en ambas situaciones”, aclara. **Es tiempo para la reflexión de las izquierdas en América Latina.** Algunos ponen el acento en la cooptación del activismo de base por los Gobiernos progresistas; no pocos creen que figuras como Lula y los Kirchner han debilitado al movimiento social. Así lo ha expresado el filósofo marxista Paulo Arantes: “Agotamos por depredación extractivista el inmenso reservorio de energía política y social almacenada a lo largo de todo el proceso de salida de la dictadura”. Y el que fuera fundador del PT y más tarde del Partido Socialismo y Libertad (PSOL), el respetado Francisco de Oliveira, no duda en afirmar: “El lulismo es una regresión política”.

Otras perspectivas, sin embargo, apuntan a la ampliación del horizonte de oportunidades que han supuesto estos Gobiernos. Así pueden contemplarse los avances plasmados en la Constitución de Ecuador de 2008 y la de Bolivia de 2009, que, entre otras influencias de las cosmovisiones indígenas, **postulan que la naturaleza es en sí misma sujeto de derechos.** Se abren las puertas a nuevas posibilidades de construcción política con protagonismo creciente de los pueblos originarios. Aunque, por el momento, ante la imposibilidad de combinar dos visiones antagónicas como son el post-desarrollo y el continuismo con el modelo extractivista, los gobiernos de Evo y Correa han optado por el extractivismo.

El sociólogo brasileño Emir Sader prefiere destacar los logros que deja en la región el ciclo posneoliberal: disminución sustancial de los niveles de desigualdad, miseria y exclusión social, reducción de la influencia estadounidense en la región y creación de nuevos espacios de integración regional. Son, para Sader, **espacios ganados a la visión totalizadora del capitalismo global.** A fin de cuentas, sólo un pueblo bien alimentado y con las necesidades básicas cubiertas, aunque sea a base de programas que sustentan redes clientelares y

compran votos, puede avanzar en educación, espíritu crítico y cultura democrática. Pero son éstos resultados difíciles de medir y que se aprecian a medio o largo plazo.

\*

### **3-Paulo Velasco, cientista político: 'A América Latina ainda é uma grande ficção'**

<http://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/paulo-velasco-cientista-politico-america-latina-ainda-uma-grande-ficcao-17850307>

Natural da capital da Espanha, filho de pai brasileiro, professor de Relações Internacionais na Uerj levou à Casa do Saber curso em que arte explica o continente



Paulo Velasco: 'No fundo, ficamos felizes com uma crise na Argentina' - **Fabio Seixo / Agência O Globo**

POR O GLOBO - 23/10/2015 6:00

**“Nasci em Madri por acaso: meu pai estava a serviço do governo brasileiro na Espanha. Lá passei boa parte da infância. Quase todos meus colegas da escola torciam pelo Real Madri, e eu sofria pelo Barcelona, que não ganhava nada. Moro no Rio, sou casado, tenho dois filhos e minha paixão é a América Latina”**

#### **Conte algo que não sei**

**A América Latina é o espaço regional mais pacífico, mais desmilitarizado do mundo. É a região no mundo que melhor conseguiu debelar problemas sociais na última década. Por outro lado, não temos ainda uma “América**

**Latina”.** Ou seja, a América Latina ainda é uma grande ficção. Ela não chegou ao ponto que os latino-americanos desejam ou esperam.

### **O que desejamos?**

A ideia da AL é importada. Foi criada e imposta pela França, como uma tentativa de se contrapor à América anglo-saxônica. Temos 33 países muito diferentes histórica, cultural e linguisticamente. Mas há um grande elemento em comum: o desejo pelo desenvolvimento, desde sempre.

### **Quem chegou perto?**

Há uma assimetria. Você tem países que crescem economicamente, mas o desenvolvimento social não se concretiza. O desenvolvimento equitativo, que alcance a todos: é sempre concentrado, e com bolsões de miséria, de pobreza endêmica.

### **Qual o governo mais distanciado da realidade do país?**

Acho que todos são distanciados. Há um deficit democrático muito forte ainda. O povo participa pouco e não se engaja. A política é muito conduzida pelas elites. Um caso raro, realmente, é o Evo Morales. Tivemos o Lula, mas que era uma elite dentro dos que não eram elite: um dirigente sindical.

### **A manipulação de dados e a perseguição à imprensa e a ONGs permanece. A ficção é instrumento de poder?**

Quanto mais alijado o povo esteja do poder, menor a resistência. É a tendência latino-americana populista de comandar a massa sem dar espaço de manobra.

A sociedade brasileira, tradicionalmente, é muito adormecida, em comparação, por exemplo, com a argentina.

### **As redes sociais ajudam na busca da democracia real?**

As redes são as maiores fontes de ficção. Discussões surreais, teorias conspiratórias, qualquer bobagem. É o tipo da realidade que enfraquece a perspectiva política. Democratiza o acesso, o que é bom, mas empobrece o debate, levando a polarizações preocupantes. A própria imprensa latino-americana tem que amadurecer. Falta pluralidade de ideias. Tem pensamento único, para um lado ou outro. Por isso a tendência de alguns governos de censurarem o “outro lado”.

### **Que obra ficcional no cinema e na literatura destacaria como explicadora da AL?**

Quem pensou tão bem a AL como Gabriel García Márquez? A realidade de sua Colômbia é a AL até hoje. No cinema, há um filme cubano, “Numa escola de Havana”, que retrata muito bem a educação no continente. Poderia se passar no Brasil. O Brasil é um latino-americano.

### **Mas tem uma colonização distinta, uma língua distinta. Pertence mesmo à AL?**

Pertence, mas não sentimos assim. Nem as elites políticas, que se voltavam para os EUA, a Europa. E torcemos contra os vizinhos, e não é só no esporte. No fundo, ficamos felizes com uma crise na Argentina.

## **A ficção latino-americana é um caminho para nos levar a uma América Latina real?**

Exatamente. Podemos buscar uma articulação maior. Será difícil uma integração na AL sem base de identidade cultural. Integração e diplomacia não pode ser só comércio: tem que ser literatura, cinema, arte.

## **4-EM MEIO A CRISE, AMÉRICA LATINA E CARIBE DEVEM REDOBRAR ESFORÇOS CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE**

06 novembro 2015 - <http://www.alemdeeconomia.com.br/blog/?p=16995>



A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) solicitou esta semana para que sejam redobrados os esforços para combater a pobreza e reduzir a desigualdade no atual contexto de desaceleração econômica que vive a região da América Latina e Caribe. O pedido foi feito no seu mais recente estudo, “Desenvolvimento social inclusivo: uma nova geração de políticas para superar a pobreza e a desigualdade na América Latina e no Caribe”.

Este novo documento do organismo regional da ONU foi apresentado e analisado por autoridades e especialistas da região durante a Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e Caribe, realizada entre os dias 2 e 4 de novembro em Lima, Peru.

Segundo a CEPAL, a América Latina e o Caribe conseguiram na última década notáveis avanços em diversas áreas do desenvolvimento social, entre eles, uma significativa redução da pobreza e uma moderada queda da desigualdade como resultado de políticas sociais e do mercado de trabalho implementadas em um cenário econômico favorável, que permitiu que os objetivos relacionados com a inclusão social ganhassem um espaço inédito na agenda pública e nas estratégias de desenvolvimento.

Porém, ainda resta um longo caminho a percorrer, enfatiza a Comissão, sobretudo considerando a atual conjuntura econômica que traz dificuldades para recuperar as taxas de crescimento registradas em anos anteriores e manter o nível do gasto público em alguns países.

A redução da pobreza estagnou-se desde 2012 e a extrema pobreza mostra uma leve tendência de elevação. Adicionalmente, a América Latina e o Caribe continua sendo a região mais desigual do mundo em termos de distribuição de renda. Segundo as últimas estimativas do organismo regional para 19 países da América Latina, em 2014 existiam 167 milhões de pessoas em situação de pobreza (28% do total da população), dos quais 71 milhões (12% do total da população) se encontravam na extrema pobreza.

### **Populações mais vulneráveis**

Dados de 2013 indicam que somente a metade da população da América Latina e Caribe (49,1%) se encontra fora das situações de extrema pobreza, pobreza ou vulnerabilidade à pobreza. Os meninos e meninas, as mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as

populações afrodescendentes são aqueles que mais sofrem situações de discriminação, necessidades, privação de direitos ou vulnerabilidade na região, apontou a CEPAL.

Segundo informação coletada nas pesquisas de domicílios de oito países da América Latina em 2011, 7% da população não indígena nem afrodescendente é extremamente pobre ou altamente vulnerável à extrema pobreza, porcentagem que se eleva para 11% no caso da população afrodescendente e para 18% no caso dos povos indígenas.

Embora 62% da população não indígena nem afrodescendente seja considerada não vulnerável, esse número cai para 56% no caso da população afrodescendente e para somente 33% no caso dos povos indígenas.

Na mesma linha, na região, as mulheres constituem aproximadamente 51% da população total, mas somente têm acesso a 38% da massa de rendimentos monetários que são gerados e recebidos pelas pessoas, correspondendo aos homens o restante dos 62%.

“Entre as áreas da sociedade que produzem, exacerbam ou mitigam desigualdades, o mais decisivo é o mundo do trabalho. Desse modo é gerada a maior parte da renda familiar na América Latina e no Caribe, assim como as desigualdades inerentes a sua distribuição, explica a CEPAL no documento.

### **Inserção no mercado de trabalho**

Segundo cálculos realizados pela CEPAL com dados disponíveis de 17 países da América Latina, até 2013, os rendimentos do trabalho representam em média 80% da renda total dos domicílios; 74% da renda total dos domicílios em situação de pobreza; e 64% nos domicílios em situação de extrema pobreza. A Comissão estima, também, que 18,9% do total de pessoas ocupadas recebem rendimentos abaixo da linha de pobreza na América Latina e Caribe.

De acordo com o estudo, estes números demonstram que uma alta porcentagem de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza na região está inserida no mercado de trabalho; apesar disso, os rendimentos que obtêm desta fonte são insuficientes para satisfazer suas necessidades básicas. Daí a importância do acesso a um emprego produtivo e de qualidade e ao trabalho decente.

Neste contexto, é crucial redobrar os esforços para fortalecer e melhorar as políticas sociais, em particular, as estratégias de redução da pobreza e da extrema pobreza, assegurando sua sustentabilidade financeira e as dotando de instrumentos que garantam sua eficácia e efetividade, indica a CEPAL.

A CEPAL recomenda atuar nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

“Reduzir substantivamente a desigualdade é condição indispensável para reduzir a pobreza. Não somente no social se transforma o social, mas também na economia, na política e no meio ambiente. Tampouco a diversificação produtiva e a mudança estrutural se decidem somente no campo econômico: o desenvolvimento social inclusivo e a melhora das condições de vida da população são um requisito necessário para assegurar a prosperidade econômica”, ressalta a secretária executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, no prefácio do documento.

Ainda que a região da América Latina e Caribe tenha cumprido a meta estabelecida no primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir à metade a extrema pobreza em 2015 (comparado com os níveis de 1990), a CEPAL insiste em que é indispensável realizar esforços significativos para cumprir com os recentemente adotados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o primeiro que propõe erradicar a extrema pobreza em todas as suas formas até 2030.

Além de apresentar um diagnóstico dos avanços recentes e os desafios que persistem em matéria de pobreza e desigualdade, o novo relatório da CEPAL analisa a institucionalidade das políticas sociais e propõe orientações de política em diversas áreas-chave para o desenvolvimento inclusivo.

[Acesse o documento clicando aqui.](#)

SHARE



## 5-América Latina em movimento (I) (2)

### América Latina em movimento (I)

CEPAL mostra que em nossa América existem aproximadamente 50 milhões de pessoas com mais de 15 anos sem saber ler e escrever ( 8% da população); 62% têm de 15 a 49 anos de idade e a população urbana é de 81,2%.

*Por Roberta Traspadini\**

(6'03" / 1.39 Mb) - América Latina segue um território prioritário para a expansão do capital em sua era de barbárie social extrema.

Após mais de 500 anos de espoliação, nosso continente ainda possui enormes recursos naturais a serem expropriados e uma população de quase 300 milhões apta a ser superexplorada pelo capital e pronta para consumir mercadorias.

Este é o resultado contraditório da histórica luta pela liberdade refugiada, na aparente igualdade burguesa.

O centro do desenvolvimento desigual e combinado traz uma análise sobre nossa América em seu movimento permanente de dependência estrutural.

Um panorama demográfico social

O anuário estatístico 2011 da CEPAL, mostra que nossa América está estruturada na seguinte perspectiva: dos quase 597 milhões de pessoas, 277 milhões (163 milhões de homens e 133 milhões de mulheres) compõem o exército formal de trabalhadores aptos a serem explorados pelo capital no continente. A taxa de desemprego é de 7,1%.

Existem aproximadamente 50 milhões de pessoas com mais de 15 anos sem saber ler e escrever ( 8% da população); 62% têm de 15 a 49 anos de idade e a população urbana é de 81,2%.

Outro documento, *Panorama social da A. L.*, relata que nosso continente possui 73 milhões de indigentes e 174 milhões de pobres não indigentes. Somados, temos 247 milhões de pessoas que vivem em condições subumanas, configurando uma real barbárie social.

A relação inversamente proporcional entre grandes empresas e números de empregados mostra distintas formas de produção da intensa exploração da mão de obra no continente, como a diferença dos salários de homens e mulheres e a ampliação da desigualdade no interior de cada um dos gêneros.

As grandes empresas exportadoras geram 70% do PIB da região e empregam somente 19,8% do emprego total. As pequenas e médias empresas participam com 22,5% do produto e empregam 30% do total de trabalhadores formais. Já o setor informal, emprega quase 50% da mão-de-obra e aporta 10% no produto da região.

Na conformação contraditória entre uma América Latina com bons rendimentos salariais para uma pequena parte dos trabalhadores, e péssimos rendimentos para a maioria dos que vivem da venda de sua força de trabalho, mulheres e jovens seguem visivelmente afetados na dinâmica de superexploração particular adotada no continente.

### **Mulheres trabalhadoras latinas**

A estratificação no interior do gênero e a desigualdade salarial entre as mulheres são impactantes.

Enquanto 82% das mulheres pertencentes ao grupo mais pobre da região trabalham em ramos de remuneração baixa, apenas 33% das mulheres do grupo de melhor situação social estão nesta condição.

Além da desigualdade de gênero no mercado laboral, a distância salarial entre as mulheres mais pobres e menos pobres também é central.

Quando a desigualdade da renda e do tipo de trabalho no interior do gênero feminino leva em consideração o tema dos filhos, a situação explicita a centralidade da desigualdade na estrutura do capital contra o trabalho.

Mulheres com crianças de 0 a 5 anos tendem a estar no mercado informal, dada a situação real do cuidado centrado nos filhos, em comparação com as mulheres cujos filhos têm de 6 a 14 anos.

São estas trabalhadoras mães de crianças pequenas as mais impactadas com a vulnerabilidade do trabalho no continente, centrada na desigualdade de gênero e a ampliação da brecha no interior do trabalho feminino. A concentração do desemprego é 5 vezes maior para as mulheres de baixa renda, em comparação com as de mais alta renda.

Por um lado, o capital apresenta para parte da classe trabalhadora uma inserção no mercado de trabalho em condições desiguais na sua própria constituição e intensifica a centralidade desta desigualdade no interior da classe.

Por outro lado, os Estados nacionais de parte expressiva dos países da região, empurra, via privatização dos direitos, parte expressiva das mulheres latinas que compõem a classe trabalhadora para uma situação cada vez mais perversa sobre seu ser e viver.

Os sentidos de pertença do trabalho e do viver da mulher da classe trabalhadora latina perdem espaço real na gigantesca dinâmica de morte em vida instituída pelo capital. É a aparente vitória incontestável de um único horizonte possível de inserção laboral, em que ser mulher se resume a ser sujeitada ao projeto de desenvolvimento desigual. Pífia razão desordenada burguesa!

Esse panorama reforça o estado de alerta em nossa América. Mais do que o fim da desigualdade como o centro da dinâmica do capital sobre e contra o trabalho, o que temos é uma vasta condição de ampliação da exploração em todo o continente latino. A centralidade é a da apropriação privada de recursos naturais que deveriam ser bem comum, combinada com a espoliação da classe trabalhadora.

Esse tema somado à discrepância entre a vida no campo e a vida na cidade, à centralidade da juventude no mundo do trabalho e no universo de precarização da educação e à retomada da condição primário exportadora dos países economicamente mais fortes do continente, jogam um peso central na política de enfrentamento e de projeção de um projeto popular latino-americano, como

alternativa real à continuidade da integração do capital contra os trabalhadores no continente.

*\*Roberta Traspadini é economista, educadora popular e integrante da Consulta Popular/ES*

25 set

## **América Latina em movimento (II): o campo em disputa**

*Nós, o povo latino, com nossas específicas formas de luta, seguimos vivos, ante as reforçadas máquinas de morte instituídas pelo capital contra o trabalho ao longo deste processo histórico.*



 **Baixar**

***Por Roberta Traspadini\****

(2'52" / 672 Kb) - A questão agrária na América Latina é uma das tônicas principais da luta de classes no continente desde a descoberta.

Se, até as guerras da independência, a conquista e a colônia significaram um processo aberto de aniquilar a propriedade e o poder comunal inerente à relação dos povos originários com a terra, das guerras de independência em diante o panorama não mudou muito.

A disputa continua. A sede por recursos e sujeição dos povos, entendidos ambos como recursos potenciais para o grande capital monopólico internacional, dão a tônica histórica do poder atual.

Nossa América Latina é composta, em toda sua especificidade índia, negra, mestiça, por quase 590 milhões de pessoas, das quais 513 milhões vivem em áreas urbanas e 77 milhões em áreas rurais.

Após a política neoliberal instituída desde fim dos anos 80, em que os recursos e a política foram entregues, a baixo custo, ao grande capital transnacional, continuamos com uma vulnerabilidade externa que reforça os vínculos históricos de dependência inerente ao desenvolvimento desigual.

Segundo o anuário estatístico 2011-2012 da CEPAL, o PIB latino-americano em 2011 foi da ordem de US\$ 5,6 trilhões, enquanto a dívida externa do continente chegou à cifra de US\$ 950 bilhões e os investimentos diretos estrangeiros ao montante de US\$ 70 bilhões, em 2010. Somente o Brasil

recebeu quase US\$ 37 bilhões em investimento direto estrangeiro. Entre os 10 principais produtos exportados encontram-se: petróleo e derivados, aço e derivados, cobre e derivados, soja, entre outros.

A reprimarização da economia latino-americana reforça a continuidade tanto da sanguinária luta pelos territórios e pelo sentido do trabalho na América Latina, quanto o teor da luta no campo no continente.

O Brasil tem 64% de sua pauta de exportação conformada por produtos primários, o Chile quase 90% e a Argentina 68%. O México com apenas 25% de produtos primários na pauta de exportação, merece destaque. Este país deve ser analisado a partir do processo das maquiladoras, linhas de montagens com abertura comercial com o mercado do norte – NAFTA –, em que as mulheres representam mais de 60% da mão-de-obra precarizada.

Em conjunto com o avanço do monocultivo transnacional no campo latino e a transferência de recursos para as principais sedes dos donos do capital em nosso território, opera-se uma política econômica e social em conluio com os agentes locais, de piora das condições de vida no campo.

Enquanto nas cidades as pessoas em situação de pobreza representam 26% do total, no campo esse valor chega a 52,6% de pessoas, segundo a CEPAL. Numa situação ainda mais perversa, estão as pessoas que vivem no nível da indigência em nossa América: 13% nas cidades e 30% no campo.

Quanto ao saneamento básico a situação é ainda mais clara: no quesito água tratada, no urbano 91% dos lares têm acesso, e no rural, somente 21%. Pior ainda é a situação, quando o tema é a rede de tratamento de esgoto: 60% das casas urbanas com acesso e somente 6% das casas rurais. No quesito eletricidade, aparece uma equivalência entre cidade-campo, 98% dos lares urbanos e 93% dos lares rurais.

Se incluirmos nisto o acesso à saúde e aos três graus da educação formal, com qualidade, o que já é ruim para as cidades, transforma-se em ainda mais catastrófico para o campo.

O fato real é que após décadas de expressivas reflexões de nossos clássicos sobre a formação histórica da América Latina, nos deparamos ainda hoje com uma situação que exige renovar as perguntas que, ancoradas na memória histórica do continente, nos permitam tanto analisar o que temos, quanto pautar, com soberania, o que queremos.

É incrível e belo, como sobrevivemos, após mais de 500 anos de tentativa de homicídio de nossa identidade e soberania. Nós, o povo latino, com nossas específicas formas de luta, seguimos vivos, ante as reforçadas máquinas de morte instituídas pelo capital contra o trabalho ao longo deste processo histórico.

É a aposta em outro sentido latino-americano e caribenho de integração que continua em disputa no nosso continente. Nossa ação reflexiva necessita ser dirigida para que Abya Yalarompa com a dinâmica histórica da sangria que instituída na conquista, foi reforçada na colônia, reconfigurada na república e abertamente declarada na era neoliberal.

Uma integração dos povos, que abra caminho para outro sentido do uso da terra e do trabalho, e para a produção do novo no continente. Que venham e se fortaleçam Unasul e Alba no continente!!

*\*Roberta Traspadini é economista, educadora popular e integrante da Consulta Popular/ES*

## **6-CARTA DO IBRE A melhora nos indicadores sociais da América Latina CARTA DO IBRE A melhora nos indicadores sociais da América Latina Carta**

7

Fevereiro de 2013 • Conjuntura Econômica

[http://mansueto.files.wordpress.com/2013/02/02ce2013\\_carta\\_do\\_ibre.pdf](http://mansueto.files.wordpress.com/2013/02/02ce2013_carta_do_ibre.pdf)

***redução da secular  
desigualdade, quanto  
de diminuição  
da pobreza, de  
progressos na  
educação e na saúde  
e de aquecimento do  
mercado de trabalho,  
o que se viu na  
América Latina foi  
uma onda de melhora  
nas condições de  
vida da maioria da  
população***

Latina. Tomando-se a proporção da população que vive com menos de US\$ 2 por dia, nota-se que o recuo foi generalizado, sendo mais agudo nos países que partiram de patamares mais altos no início da década passada. Assim, na Bolívia, a fatia que tinha menos

de US\$ 2 por dia para viver representava 23,3% da população em 2000, caindo para 13% em 2008. No Equador, a proporção desabou de 16,3% para 4,1% entre 2000 e 2010.

No caso da Colômbia, o recuo foi de 16,4% para 6,7%. O Brasil, por sua vez, saiu de 10,2% em 2001 para pouco mais de 5,4% em 2009. Como se pode perceber, o tão festejado recuo da pobreza brasileira nos últimos dez anos, apesar de mostrar um inegável sucesso das políticas econômicas e sociais domésticas, é até mais modesto do que o de vários vizinhos latino-americanos.

No caso de países que já tinham níveis de pobreza (medidos pela população vivendo com menos de US\$ 2 ao dia) bastante baixos no início da década passada, a redução foi, naturalmente, mais discreta. O Chile saiu de 2% em 2000 para 1,2% em 2009, e o Uruguai de 0,6% em 2000 para 0,3% em 2010.

Os avanços na redução da pobreza e na desigualdade foram acompanhados — e parcialmente causados — por uma significativa melhora no mercado de trabalho. O desemprego caiu significativamente em todas as principais economias latino-americanas desde o início da última década.

**Na Argentina, a proporção de desocupados saiu de 19,2% em 2001 para 7,2% em 2012 (nesse caso, é claro, deve-se levar em consideração a crise do fim da conversibilidade).**

**No Chile, na Colômbia e na Venezuela, a queda no mesmo período foi, respectivamente, de 9,7% para 6,6%, de 13,3% para 11% e de 14% para 8%. Uma exceção, no caso do desemprego, é o México, cuja taxa subiu de 2,8% para 4,8% entre 2001 e 2012, embora ela ainda seja baixa em termos relativos. Por fim, no Brasil, a taxa de desocupação recuou de 11,3% para 6% de 2001 a 2012.**

A melhora dos indicadores sociais latinoamericanos sugere que muitas das transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas fizeram parte de tendências que varreram toda a região. Assim, os motivos que podem ser elencados para tentar explicar os progressos brasileiros provavelmente são válidos, de maneira geral, para outros países da América Latina.

Esse *timing* favorável

está associado a uma fase de consolidação democrática, em que os governos combinaram os bons ventos econômicos com políticas sociais agressivas, possibilitando as melhoras sociais mencionadas. Mas é interessante notar que, mesmo em áreas em que o avanço é mais gradativo e penoso, como a educação, há um movimento geral que empurra nossos vizinhos latinoamericanos na mesma direção trilhada pelo Brasil. A taxa de escolarização avançou rapidamente nas últimas décadas, de forma generalizada.

No conjunto da América Latina, excluindo o Brasil, a escolarização<sup>2</sup> saiu de 79% em 1970 para 94,4% em 2010. Em países como México e Colômbia, a proporção de crianças na escola evoluiu naquele mesmo período de, respectivamente, 68,2% para 94% e 76,6% para 95%.

No Brasil, o salto foi de 62,2% para 89,9%. Esses dados fazem parte de levantamento dos economistas Robert Barro e Jong-Wha Lee,

que sugerem que a melhora educacional não se restringiu à América Latina, mas abrangeu áreas muito mais amplas do mundo emergente.<sup>3</sup> A escolaridade média da China, por exemplo, saiu de 58,1% em 1970 para 93,5% em 2010, e a da Coreia do Sul aumentou de 75,7% para 96,4% em igual período.

Uma linha interessante de pesquisa seria a investigação da causalidade da mudança do perfil da força de trabalho — atualmente com maior escolaridade — na melhora nos níveis de emprego e de renda na América Latina. No caso brasileiro, apesar de toda a atenção recebida pelas políticas sociais, quando se discute a queda da pobreza e da desigualdade, as pesquisas, em linhas gerais, sugerem o importante papel da melhor educação dos trabalhadores nas condições da empregabilidade. Em trabalho recente, Lustig, Lopez-Calva e Ortiz-Juarez indicam que

tal causalidade se observa também para os casos mexicano, peruano e argentino.<sup>4</sup>

### O futuro

Uma questão pertinente, porém, é saber como as nações se comportariam no caso de uma virada desfavorável dos ventos econômicos mundiais. A história da América Latina, como se sabe, é rica em fases de enriquecimento esfuziante — frequentemente ligadas à alta das *commodities* e ao aumento das entradas de capital externo — seguidas de crises e recuos, nos quais se perde grande parte dos avanços sociais obtidos anteriormente.

Políticas econômicas têm efeitos que podem ser muito defasados no tempo. Se é verdade que quase toda a América Latina embarcou na última década numa fase de notáveis melhoras sociais, que provavelmente deriva de fatores comuns, a separação entre as políticas econômicas que hoje se assiste na região pode levar a diferenciações no futuro.

Essas políticas econômicas derivam de escolhas dos eleitorados, que agora têm como ator protagonista a nova classe média popular emergente. Em toda a América Latina, a secular desigualdade empurra os cidadãos à escolha de políticas redistributivas, mas a forma de proceder varia muito quando se compara os regimes de atuação dos Estados latino-americanos.

Tem-se, portanto, um experimento histórico, em que diferentes combinações de sistemas políticos, econômicos e sociais navegam o mesmo momento positivo para a região como um todo. O grande teste virá, porém, quando a situação global deixar de ser tão favorável, com uma possível queda no preço das *commodities* (que já deixaram para trás o momento mais exuberante) ou com a alta das taxas de juros internacionais.

- 1 . O índice de Gini é uma medida de desigualdade que varia de zero a um, e piora na medida em que se distancia de zero.
2. No caso, a escolarização diz respeito à fatia da população que em algum momento esteve matriculada no ensino escolar formal.
3. Barro, Robert and Jong-Wha Lee, April 2010, “A New Data

Set of Educational Attainment in the World, 1950-2010". NBER Working Paper n. 15902.

4. Nora Lustig, Luis F. Lopez-Calva e Eduardo Ortiz-Juarez, "The Decline in Inequality in Latin America: How Much, Since When and Why", Version: April 24, 2011, Tulane Economics Working Paper Series 1118.

## 7- Latam: los riesgos del "latino optimismo"

[http://www.infolatam.com/2013/02/21/los-riesgos-del-latino-optimismo/?utm\\_source=Newsletter+de+Infolatam&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Newsletter+22+febrero+2013+Am%C3%A9rica+Latina+22+de+febrero+2013](http://www.infolatam.com/2013/02/21/los-riesgos-del-latino-optimismo/?utm_source=Newsletter+de+Infolatam&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter+22+febrero+2013+Am%C3%A9rica+Latina+22+de+febrero+2013)



Infolatam

## 8-América Latina ante la nueva guerra de divisas

[Federico Steinberg](#)

**(Especial para Infolatam).**- "Los países de América Latina, que crecen a buen ritmo y atraen capitales del exterior, vuelven a ser víctimas del fuego cruzado monetario en el que se han enzarzado los países avanzados. Y ya no se trata sólo de Brasil, cuyo ministro de finanzas fue quien inventó en 2010 el término guerra de divisas, que tan popular se ha hecho..."

**(Especial para Infolatam por Rogelio Núñez).**- América latina vive un momento excepcional: crecimiento económico, caída de las tasas de pobreza y estabilidad política. Sin embargo, ya han surgido voces que alertan sobre la posibilidad de que la región se duerma en los laureles y pueda morir de éxito.

Entre esas voces destaca la del Secretario General Iberoamericano, **Enrique V. Iglesias**, quien ha advertido contra el "latino optimismo" que se ha generado ante la resistencia de Latinoamérica a la crisis financiera global, cuando en realidad la región necesita reformas importantes y favorecer su integración.

***El auge del latino-optimismo***

En los últimos años se han podido escuchar declaraciones autocomplacientes de muchos dirigentes regionales, aunque reconociendo que se está en la mitad del camino y no en la meta final.

“Aquí en América Latina tenemos lo que Europa requiere”, dijo el mes pasado el Presidente de Colombia durante la cumbre Celac-UE. Al reiterar que la actual es la Década de América Latina, el Presidente **Juan Manuel Santos** consideró que ahora el gran reto es ver “cómo hacemos para poder prolongar ese buen momento”.



### El Presidente de Chile, Sebastián Piñera con Juan M. Santos

En esa misma cita, el presidente anfitrión, **Sebastián Piñera** se enorgullecía de que “antes lo que se discutía era cuánta ayuda (recibiríamos), y ahora lo que se discute es cuánta integración, cómo juntar fuerzas para enfrentar los desafíos que compartimos ... América Latina ha aprendido de sus errores y está en un proceso de franco renacimiento. Hemos recuperado nuestras democracias que fueron escasas en décadas muy recientes ... Hemos recuperado el crecimiento y América Latina ya lleva una década de crecimiento. Hemos logrado recuperar los equilibrios macroeconómicos y la responsabilidad en la manera en que enfrentamos nuestros problemas y nuestros desafíos. Hemos logrado una mucho mayor integración hacia el mundo, pero todavía nos queda un largo camino por recorrer”.

Fuera de la región todo son parabienes.

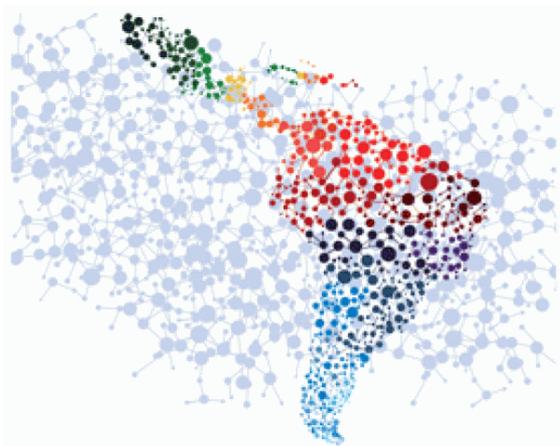
Así por ejemplo, **Benita Ferrero-Waldner**, excomisaria de relaciones exteriores de la Unión Europea quien ahora dirige una fundación dedicada a la profundización de las relaciones entre ambas regiones, la Fundación EU-LAC, reconoce que “es la década de América Latina, como dice **Luis Alberto Moreno**, presidente del BID. La región ha mejorado mucho en la reducción de la pobreza y, hoy, buena parte de sus habitantes ya son clase media, a lo que sin duda han contribuido un crecimiento económico constante y sólido, así como un fortalecimiento institucional. Al mismo tiempo América Latina ha aprendido de sus crisis anteriores y en general ha seguido una política económica y fiscal de consolidación de presupuestos, lo que les ha hecho más resistentes en esta crisis económica mundial”.

### ***Las cuentas pendientes***

Ante esa avalancha de exitismo, algunas voces se han levantado para reclamar una administración adecuada de este momento de bonanza a fin de poner la bases del futuro crecimiento. **Enrique Iglesias** ha puesto el dedo en la llaga cuando insiste en que “tenemos que tener cuidado con el latino optimismo”, ya que la economía de la región no puede caer, como en el pasado, en una dependencia de las materias primas pese a los precios elevados de los que se ha beneficiado en los últimos años. A su juicio, hay que trabajar sobre todo en la formación y en el desarrollo tecnológico para modificar el modelo económico, así como proceder a “una reforma del Estado”, y “en esta línea, la integración (de América Latina) adquiere un valor importante”.

En esa misma línea iba **Fernando Molina** cuando en [Infolatam](#) alertaba sobre que “Latinoamérica vive en un momento económico tan extraordinario, que los humos se han subido a las cabezas de sus líderes. Ahora éstos se dan el lujo de mirar desde arriba a las mismas grandes potencias que en el pasado trataban de cortejar ... Esta ridiculez es un síntoma del rebrote de la tradicional tendencia latinoamericana a sentirse “elegida” y a mirarse el ombligo.

Las causas de tal rebrote están bien identificadas: Por un lado, como hemos dicho, el insólito avance de los indicadores macroeconómicos de la región, los superávits en las distintas “balanzas” nacionales y en las cuentas fiscales, la liquidez interna y la poca necesidad de crédito externo, etc. Por el otro, el que los gobiernos presenten estos resultados como un mérito propio (“lo estamos haciendo bien”, “hemos aprendido las lecciones del pasado”), a fin de poder jactarse de ellos y sacarles rédito político”.



América latina debe impulsar reformas estructurales para asentar su crecimiento

Y **Rebeca Grynspar**, Secretaria General Adjunta de la ONU y Administradora Asociada del PNUD, en un seminario en la Casa de América, Madrid apuntaba que si bien “hoy 26 países de América Latina y el Caribe son clasificados como economías de renta media. Solo un país aun mantiene el estatus de país de bajo desarrollo ([Haití](#)), y cinco han ascendido a ser países de ingresos altos (Bahamas, [Trinidad y Tobago](#), [Barbados](#), Bermuda y [Chile](#)). Sin embargo, quedan enormes retos en la región y no podemos tirar las campanas al viento”.

Así pues la región debe encarar ahora, cuando hay margen para hacerlo, reformas estructurales que la coloquen en una sólida posición para cuando lleguen las vacas flacas que inevitablemente suelen llegar como bien está comprobando ahora Europa y en su día, en los 80 y a finales de los 90, la propia América latina. Son reformas de amplio espectro pues abarcan lo político, lo social y lo económico.

Dede el punto de vista geopolítico los procesos de integración no gozan de buena salud y América latina siempre acude dividida o escasamente coordinada a los foros internacionales. “No se puede hablar de una política internacional común. América Latina está más dividida que nunca, con un número creciente de conflictos bilaterales que ya no responden sólo a la lógica fronteriza, sino que tienen que ver con motivos económicos y políticos. Para colmo, en el afán de expandir su proyecto político más allá de sus fronteras, o de consolidarlo puertas adentro, los países del ALBA no reniegan a la violencia (carrera armamentista, reparto de armas a grupos afines, etc.), lo que aumenta la inestabilidad regional y la sensación de incertidumbre.”, recuerda **Carlos Malamud**.

Además, como aseguraba el propio **Malamud** en un artículo en [Nuso](#) “la integración latinoamericana no pasa por su mejor momento. Pese a todas las declaraciones públicas, el desarrollo de un gran número de conflictos bilaterales es el mejor síntoma de una realidad

sumamente complicada. De forma esquemática, puede decirse que los factores que impiden avances concretos son tanto de exceso (de retórica y de nacionalismo) como de déficit (de liderazgo). En relación con esta última cuestión, se hace cada vez más necesaria una coordinación creciente entre Brasil y México, de modo que los dos principales países de la región puedan cumplir cabalmente el rol que deberían cumplir”.

En el aspecto político las democracias nacidas en los 80 han alcanzado la mayoría de edad sin grandes sobresaltos en la mayoría de los casos aunque en algunos países se percibe un deterioro del modelo democrático por debilidades del sistema o porque han surgido liderazgos populistas que acentúan el personalismo por encima de las instituciones.

Para **Daniel Zovatto** a las múltiples asignaturas pendientes de la región (“las debilidades en infraestructura, la baja inversión en investigación y desarrollo, la falta de competitividad, y los preocupantes niveles en relación con la calidad de nuestra educación son algunas otras que no podemos soslayar en nuestro análisis”), hay que unir las falencias institucionales.

En este sentido, subraya que “nuestras democracias acusan importantes déficits y grados diversos de fragilidad, así como tremendos desafíos, entre los que destacan los problemas institucionales que afectan la gobernabilidad y el Estado de derecho, la independencia y la relación entre los poderes, la corrupción, el funcionamiento de los sistemas electorales y del sistema de partidos políticos, así como los graves problemas de inseguridad ciudadana. El debate en nuestros días no es, como en el pasado, entre democracia o autoritarismo o bien entre democracia formal y democracia real”.



### Falta de institucionalidad, pobreza y desigualdad, graves retos para la región

Para el Director Regional para América Latina y el Caribe de *IDEA* “el debate de nuestros días se concentra, por el contrario, en la calidad de la democracia; en cómo construir más y mejor ciudadanía; en cómo pasar de una democracia electoral a una de ciudadanos y de instituciones; en cómo conciliar democracia con desarrollo en el marco de sociedades con mayores niveles de cohesión social y mayor equidad de género; en cómo buscar una relación más estratégica entre el mercado y el Estado y una más funcional entre Estado y sociedad; en cómo lograr que la democracia dé respuestas a nuevos tipos de demandas provenientes de sociedades más complejas, más modernas, más urbanas; en cómo hacer funcionar de manera eficaz la democracia en un contexto internacional globalizado. Temas todos ellos que, como se puede observar, constituyen problemas de la democracia que deben discutirse en democracia, y cuya solución debe encontrarse de manera democrática”.

Muy vinculado a muchos de estos retos se encuentra el déficit educativo de la región. La inversión en educación es clave para que la región dé un salto cualitativo, como lo han hecho países de Asia como Corea del Sur y la propia China. Por eso, **Enrique Iglesias** no se cansa en recordar que “esta es la década de América Latina, pero hay que tener cuidado porque se necesita algo del país, de la región y del mundo (es necesario) incluir la educación de calidad, la innovación y la tecnología”.

En el terreno económico al sexenio virtuoso (2003-2008) le siguió, tras la caída de 2009, un nuevo periodo de crecimiento pese a las turbulencias internacionales (2010-2013). De hecho, **Grynspan** reconoce que “en los últimos 10 años salieron más de 50 millones de personas de la pobreza. La mayor parte se benefició del dinamismo del mercado laboral –particularmente en remuneraciones de varones, de 25 a 49 años de edad, en áreas urbanas, en los sectores de servicios de la región—y en menor medida por transferencias sociales y el dividendo demográfico”.

Pero a la vez recuerda que “un estudio reciente del PNUD analiza cuanto más se lograría con “más de lo mismo” (más crecimiento económico con la actual estructura laboral): el resultado muestra retornos decrecientes en los próximos años, porque los bolsones de pobreza se concentran en grupos que están excluidos de los mercados laborales más dinámicos que no se compensan con transferencias y redes de protección social existentes –esto incluye a jóvenes que ingresan al mercado laboral, a mujeres que sostienen una doble carga laboral dentro y fuera del hogar, a habitantes de sectores rurales y a pueblos indígenas y poblaciones afrodescendientes que sistemáticamente no se benefician de la misma manera del auge agregado. Para avanzar, se requiere de acciones deliberadas de apoyo a los jóvenes y a las mujeres, y transformaciones en el sector de servicios y de manufacturas a través del impulso a las cadenas de valor en las economías de la región”.

Puede ser, o no, que esta sea la década de América latina pero lo que parece seguro es que en estos diez años deben ponerse las bases del bienestar de las siguientes décadas.

## **09.O futuro incerto do ciclo progressista sul-americano**

Por André Calixtre | Via Blog do GR-RI

**É precipitado dizer que a vitória de Mauricio Macri na Argentina representaram o ocaso dos governos de esquerda.**

*Mauricio Macri durante campanha: ele foi eleito no domingo 22 com cerca de*

*51% dos votos. Divulgação / Cambiemos*

Escrevo no calor das eleições argentinas e sua opção, nada inédita, de [cambiar radicalmente seu campo político-partidário para uma direita](#) que há tempos não víamos governar os países sul-americanos do lado de cá da Cordilheira dos Andes.

Após intensas mudanças no padrão de acumulação destes países – operadas ao longo da década de 1980, cujos efeitos foram a reorientação de seus espaços nacionais de exploração para os fluxos globalizantes do capital financeiro – a entrada, durante a década de 1990, na era contemporânea parecia ter cobrado um preço muito alto.

O impulso da redemocratização tinha construído, ao longo desta década, frustrações civilizatórias: economias estagnadas em seu PIB per capita, a taxas crescentes de desemprego e uma incapacidade de resolver a vida de milhões de cidadãos na extrema pobreza e de equacionar a brutal desigualdade herdada do período ditatorial.

Apesar da deterioração do tecido social provocada pelo ciclo dos 1990, sua notável orientação neoliberal avançou enormemente na integração econômica da região. A tara pelos mercados globais e o nojo a tudo que é autêntico na história latino-americana produziu um repertório

comum de políticas macroeconômicas capazes de orientar o caminho da integração pela lógica desse novo padrão de acumulação capitalista.

Duas consequências concretas advieram desse processo: o Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado pelo Tratado de Assunção no início da era liberal dos 1990, e o surgimento, após a Cúpula de Brasília de 2000, da América do Sul como espaço político-econômico, para além de uma mera circunstância geográfica.

A força maior que alimentava a integração nos anos 1990 era sua perspectiva hemisférica. Em cada ação dos Estados nacionais havia o objetivo de preparar a região para a incorporação de seus mercados à influência direta norte-americana, concretizando a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Intelectuais, empresários, partidos políticos e governos caminharão em uníssono nesse grande projeto para a região, não fosse a crise de 1998-2003 suspender as pretensões deste campo político que, hoje, se reorganizou.

Estamos há doze anos em um ciclo peculiar na história do desenvolvimento capitalista da América Latina. Nos escombros da crise cambiária que solapou as bases macroeconômicas sustentadoras do ciclo neoliberal, governos de orientação progressista elegeram-se para os Estados sul-americanos com a tarefa de reconstruir as condições de acumulação capitalista e, simultaneamente, equacionar mais de trinta anos de lutas sociais patrocinadas pelas esquerdas.

O vetor desse processo foi a saída negociada do ciclo neoliberal para um novo ciclo de crescimento sustentado pelos estímulos ao mercado interno (puxados pelo mundo do trabalho), pela nacionalização dos recursos naturais e pela reconstrução da capacidade do Estado operar políticas públicas.

O resultado foi uma mudança sensível nas principais variáveis de bem estar na América do Sul: a pobreza extrema, que havia crescido 70% em relação a 1990 no auge da crise em 2001, retorna à metade do mesmo ano base em 2013; o PIB per capita, estagnado nos anos 1990, é 65% maior em 2014; o desemprego médio está 20% menor que no início do ciclo liberal; e a desigualdade, medida pelo índice de Gini pela ótica da renda, está 5,5% menor que no ano 1990, considerando que ela chegou a crescer 20% no ciclo neoliberal.

Esses dados escondem inúmeras realidades nacionais e diferentes trajetórias de desenvolvimento, mas mostram com muita clareza que o ciclo progressista dos últimos doze anos foi tanto mais eficiente na sua estratégia de garantir maiores taxas de crescimento e, portanto, de acumulação, quanto socialmente menos injusto que o modelo neoliberal.

O legado do ciclo progressista para a América do Sul fez surgir novas instituições de integração, exemplo maior da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), mas também reorientou as instituições herdadas pelo ciclo neoliberal após a derrubada do objetivo maior, a Alca, durante a Cúpula de Mar del Plata, que completou dez anos em 2015.

O Mercosul, que era o instrumento por excelência tutor da integração hemisférica, passa a acoplar-se às estratégias de desenvolvimento nacionais, ampliando a mobilidade do capital, mas também levando consigo a mobilidade dos direitos e a perspectiva cidadã ao bloco.

Íntegra em:

<http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2015/11/26/o-futuro-incerto-do-ciclo-progressista-sul-americano/>

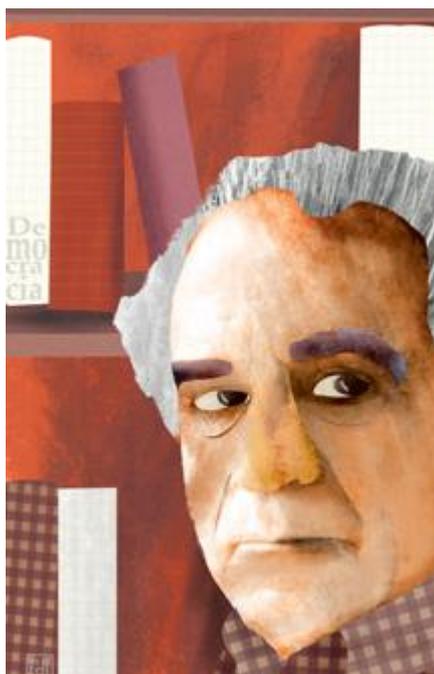
Divulgação - Rennan Martins – Jorn. Editor [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)

**10-GUILLERMO O'DONNELL: RECUENTO DE NOTRE DAME**

### A Gabriela Ippolito-O'Donnell

Conocí a Guillermo O'Donnell en el otoño de 2004. Regresaba de Inglaterra a impartir sus legendarios seminarios sobre Teoría del Estado y Democracia, en la Universidad de Notre Dame (South Bend, Indiana). Recuerdo mi primera impresión: un hombre elegante, impecablemente vestido, de cabello cano extrañamente alborotado, andar accidentado y, confieso que para mi sorpresa, un trato cálido y sencillo. Lo había imaginado altivo, por su enorme prestigio, la contundencia de los textos que le conocía, y el halo reverencial que lo acompañaba: se le nombraba, socarronamente, por sus iniciales (GOD). El regreso de GOD de alguno de sus prolongados viajes se anunciaba en el campus como un cambio de estación. Después de todo, se trataba de una vaca sagrada de la ciencia política, una referencia absolutamente obligada para el estudio de las transiciones a la democracia (de la democracia *tout court*); un lector agudo, comprometido, de los desafíos políticos de América Latina; un pensador erudito, ordenado y creativo a la vez. Ese "gigante de la ciencia social contemporánea", en palabras de Scott Mainwaring,<sup>1</sup> ofrecía a sus alumnos un trato familiar y generoso. Prodigaba, casi por descuido, ese sentido del humor, a tres bandas, que suele caracterizar a las mentes más brillantes.

O'Donnell demostraba siempre un genuino interés por las inquietudes y preguntas que leía en nuestras miradas atentas mientras dictaba su cátedra impecable. Con cierta frecuencia interrumpía la exposición en respuesta a alguna reacción gestual que revelaba incompreensión o desacuerdo en alguno de nosotros. Creo que siempre reconoció más lo segundo: anticipaba nuestras críticas con tiros de precisión, con ejemplos históricos, con provocaciones abiertas, pero nunca al grado de intimidarnos; disfrutaba y promovía la discusión con una fecunda ironía. También lo recuerdo implacable con algunos de sus colegas en los seminarios de los jueves en el Instituto



Kellogg, donde circulaban personajes muy prominentes de la política comparada y alguna que otra figura política de la región. Respondía duramente a los atajos conceptuales y a lo que consideraba argumentos autocomplacientes o críticas fáciles por simplificadoras. Entonces sabía pegar duro y a la cabeza. Igualmente, reaccionaba con entusiasmo juvenil a los proyectos innovadores de quienes presentaban respuesta sofisticadas a preguntas que le parecían relevantes; cuando había argumento de fondo y, me parece, honestidad académica.

Guillermo, a secas, como pedía que nos refiriéramos a él, hablaba en voz muy baja, como para sí, en un inglés refinado con marcado acento. Un acento muy hispano, me parece; muy de la clase alta argentina, afirmaban algunos de sus compatriotas. Algo había en la gravedad y elocuencia de sus reflexiones que hacían que su voz pareciera más poderosa; más rotunda su presencia. Invariablemente, durante un break o al finalizar las sesiones, salía del edificio a fumar un cigarro, seguido siempre de un puñado de estudiantes latinoamericanos —también fumadores—. Entonces nos embarcábamos en charlas dispersas y animadas sobre la coyuntura política de “nuestros países”. Nos apantallaba con divertidas anécdotas de figurones de la política latinoamericana y de la academia con los que sostenía estrecha amistad, compartía las preocupaciones de los venezolanos, debatía acaloradamente con un brillante uruguayo, con ese tono fatídico y apasionado de los argentinos siempre que hablan de política. Decía, también para mi sorpresa, que el Estado mexicano y su burocracia le merecían cierto respeto, al igual que el brasileño, porque consideraba que, durante los noventa, el Estado argentino había abdicado por completo. Sospecho que para estas fechas ya habría perdido algo de ese pequeño respeto, al menos en el caso de México.

Mentiría si afirmara que me encontré en el círculo de sus afectos predilectos o entre sus discípulos más fieles, quizá por eso me resultan tan entrañables su dedicación y gentileza para con todos sus alumnos. Alguna vez lo acompañé a su coche para seguir un debate sobre la autonomía de los bancos centrales y la “despolitización” de la política monetaria, que en su opinión se inscribía en una lógica profundamente autoritaria. “Para ser progresista, decís cosas muy conservadoras”, dijo antes de subir a su coche con una pícaro sonrisa. Tuvimos muchas conversaciones de este tipo, cuando me lo cruzaba en el comedor del Instituto Kellogg e intercambiábamos quejas sobre la “cultura gastronómica” del campus universitario, o cuando me recibía en su oficina, y mantenía la puerta siempre abierta, de acuerdo a las políticas de la universidad. En una ocasión me dedicó una larguísima sesión en la que hablamos mucho de

derechos sociales y democracia, de la importancia de su exigibilidad frente a la profunda desigualdad de las sociedades latinoamericanas. Salí de su oficina con una larga lista de lecturas que aún conservo, muchos temas de investigación y varias ideas “conservadoras” menos. Me compartió el apremio que sentía con su ambicioso proyecto en curso.<sup>2</sup> Según decía, había demasiadas piezas en ese rompecabezas, y no se decidía entre publicar un libro o una serie de artículos para avanzar la presentación de esas ideas. Quienes compartimos sus seminarios en esos años vimos de cerca la pasión, la profunda convicción, y creo que cierta dosis de inquietud, con los que se abocó a lo que sería su última empresa teórica.

A Guillermo no le gustaba mucho hablar de México; afirmaba tener “poco conocimiento de causa”. Sin embargo, no me viene a la cabeza un pensador que tuviera tantas cosas que decirle a la democracia y a la ciencia política mexicanas como Guillermo O’Donnell. Muchos de nuestros malestares me parecen hoy, con más claridad que hace ocho años, manifestaciones palpables de las preocupaciones más *o’donnelianas*: el desencanto democrático, la vacuidad de nuestro debate público, la fragilidad y captura del Estado, la resiliencia de nuestras profundas desigualdades e injusticias. No le gustaba hablar de México desde su inevitable posición de autoridad, pero cuando lo hacía —en pláticas informales— soltaba frases lapidarias que tumbaban, con enorme facilidad, el pequeño universo de certezas con el que muchos llegamos al primer año de doctorado. Las *implicancias*, como dicen en su tierra, de lo que comentaba de manera casual, sin dejo alguno de solemnidad, nos embarcaban en discusiones apasionadas y apasionantes de las que surgieron inquietudes intelectuales, amistades perdurables y fortalecidas convicciones políticas entre quienes tuvimos el privilegio de ser sus alumnos.

O’Donnell identificó como pocos el enorme, sobre todo peligroso, descuido del papel del Estado, el Estado de derecho, y el aparato burocrático, de las concepciones reduccionistas de la democracia de la tercera ola. Advirtió de la ingenuidad de la visión meramente electoral y sus riesgosos límites, así como del papel fundamental de la rendición de cuentas en la calidad de las democracias. Denunció la nueva especie de las democracias delegativas; nos alertó sobre los riesgos de la ciudadanía de baja intensidad. Desconfiaba de la ahistoricidad estilizada de la ciencia política en boga, de la supuesta neutralidad descriptiva de los conceptos clave de la disciplina, del empirismo desprovisto de contexto y de asideros teóricos explícitos. Nos refería constantemente a las dimensiones normativas del debate público, a la “denominación de origen” de los conceptos, la necesidad de una reflexión sobre el Estado latinoamericano desde la experiencia histórica, del reconocimiento de las particularidades y

desafíos propios de la región, la naturaleza incompleta de nuestra institucionalidad (*estadualidad*); por tanto, de nuestras libertades y garantías. O'Donnell se tomaba los derechos en serio; pensaba, desde la historia, la teoría y su experiencia personal con los regímenes autoritarios, en las promesas de la ciudadanía y en las precondiciones materiales e institucionales para su pleno ejercicio. Rescataba la centralidad de la articulación y la búsqueda del interés público como ancla de la dominación legítima como función primigenia del Estado democrático.

Me atrevo a afirmar que Guillermo O'Donnell apreciaba el valor político y el potencial transformador de las ideas tanto, quizá más, que su precisión conceptual o su originalidad, quizá de ahí su premura por contribuir a un debate público que pudiera fortalecer a la democracia con una visión crítica, pero de talante irrenunciablemente democrático. Me quedó la impresión, de sus pláticas como de sus textos, que veía a la democracia, más que desde la mirada del relojero, de la del artista plástico: la democracia como una construcción histórica en constante tensión, amenazada siempre por la naturaleza centrípeta del poder, regenerada continuamente a partir de la construcción política del reconocimiento público de derechos en tanto reclamos morales. Le fascinaba esa plasticidad creativa, de abierto desenlace, que sólo emana de las libertades más completas en un régimen democrático. Teorizaba sobre una democracia en movimiento, amenazada siempre por estructuras de poder proclives a contener la expansión de esas libertades y esos reclamos. O'Donnell concibió a la agencia humana, la afirmación de la dignidad y la autonomía individuales, como el motor inmóvil del tiempo largo del edificio democrático. De ahí la naturaleza siempre inacabada del concepto mismo, de ahí su promesa política y social.

Mucho se ha hablado y se seguirá hablando de las valiosas contribuciones de Guillermo O'Donnell a la ciencia política y a la teoría de la democracia, de su creativa y poderosa aportación conceptual y ética. No soy la persona más autorizada para hacerlo. Reconozco simplemente, con varias generaciones de politólogos, que su partida deja un hueco enorme en el pensamiento de y para la democracia; como muchos de sus alumnos, siento una gran pérdida personal. Lamento mucho la conversación que dejamos pendiente cuando lo contacté para hacerle una invitación a dar una conferencia magistral en el CIDE, que tuvo que declinar. Me quedo con los mejores recuerdos de Notre Dame: los seminarios, las charlas y los cigarros, la magnífica cena que nos brindó en su casa con su inseparable esposa Gabriela y aquella partida de billar en su envidiable y refinada biblioteca. La última vez que lo vi fue en la explanada del Museo de Antropología en alguna de sus visitas a

México. Como aquella vez en que lo seguí a su coche, pegó donde más duele: “¿Y cómo vas con la tesis?”.

**Claudia Maldonado Trujillo.** Profesora-investigadora de la División de Administración Pública del CIDE. Candidata a doctor por la Universidad de Notre Dame.

1 A Tribute to Guillermo O'Donnell, Kellogg Institute for International Studies (30 de noviembre de 2011).

2 Que culminó en su último libro Democracia, agencia y Estado. Teoría con intención comparativa, Buenos Aires, Prometeo, 2009-2011.

## **12. América Latina: Se anuncia la apertura de un nuevo tiempo**

Gilberto Lopes, redactor - gilberto.lopes@ucr.ac.cr

Una etapa termina, se abre un nuevo tiempo político en América Latina. Se oye la predicción en todos los tonos, sin que se sepa bien las implicaciones de esos cambios.

“En no más de un mes vimos al kirchnerismo perder en una ajustada segunda vuelta, al chavismo sufrir una aplastante derrota electoral, a la presidente Dilma Rousseff enfrentar un posible impeachment y a los gobiernos de Tabaré Vázquez y Michelle Bachelet sufrir importantes caídas en los niveles de popularidad”, escribió Aldo Marchesi en la revista uruguaya Brecha.

El resumen no incluye todos los frentes abiertos: en abril habrá elecciones en Perú; el 21 de febrero, en Bolivia, un referendo decidirá si el presidente Evo Morales puede competir una vez más por el cargo en 2019; y, en Ecuador, el congreso debate este mes una conflictiva Ley de Tierras.

En Argentina el cambio ya se ha producido y en sus pocos días en el cargo, el gobierno del neoliberal Mauricio Macri ha avanzado sobre aspectos claves de la estructura política heredada del período Kirchner, haciendo inaplicable la ley de medio de comunicación y nombrando por decreto a dos jueces de la Corte Suprema que, por ley, deben ser elegidos por mayoría calificada del Senado. En todo caso, esas no son las únicas señales de los cambios que la nueva administración está imponiendo en Argentina.

Pero es quizás en Venezuela donde los cambios concentran el mayor interés político, sin duda por el carácter más radical de los cambios promovidos en el país como producto del chavismo y la polarización producida por este al proceso político. Polarización que se refleja no solo al interior de Venezuela, sino en la apuesta de los sectores conservadores de la región, de Europa y Estados Unidos, que no han ocultado su apoyo a la oposición.

Una nueva Asamblea Legislativa con amplia mayoría opositora asumió el pasado 5 de enero, en medio de la polémica sobre la elección de cuatro

parlamentarios (tres de la oposición y uno del gobierno), impugnados por el tribunal electoral.

El dirigente del tradicional partido Acción Democrática, Henry Ramos, fue elegido presidente de la Asamblea y su estilo agresivo ha concentrado la atención de los medios. Unas de sus primeras decisiones fue juramentar a los tres diputados de la oposición cuya elección no fue refrendada por los tribunales.

Ramos fue elegido presidente del congreso con 62 votos de los diputados de la Mesa de la Unidad de Oposición (MUD) pese a que su partido, AD, solo obtuvo 26 diputados. Julio Borges, candidato del partido Primero Justicia (PJ), del gobernador del estado de Miranda, Enrique Capriles, primera fuerza opositora con 32 parlamentarios, solo obtuvo el apoyo de 49 de sus colegas.

De 72 años, Ramos fue diputado de AD por 20 años y, según la BBC, los calificativos más usados para definirlo son “experimentado, pragmático e irreverente”.

Su objetivo, como lo anunció al asumir el cargo, es deshacerse del gobierno del presidente Nicolás Maduro, para lo cual la oposición puede utilizar los mecanismos de referendo revocatorio previstos en la constitución. Pero eso tiene ciertas condiciones y deberá ser refrendado nuevamente en las urnas. Mientras tanto, se avizora una creciente tensión entre el Ejecutivo y el Legislativo.

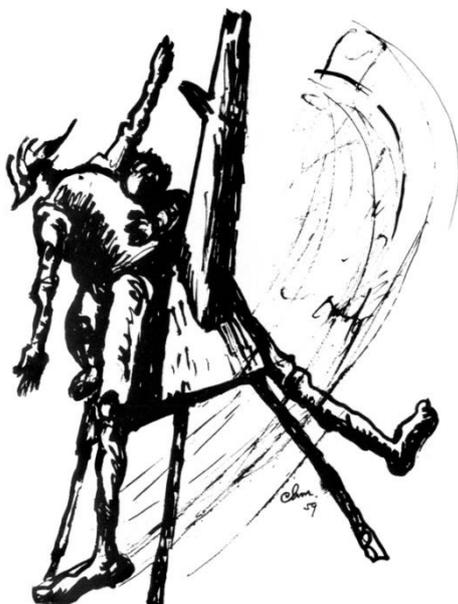
En los demás escenarios –Brasil, Bolivia, Ecuador y Perú– el debate está en pleno desarrollo, lo que hace prever un año de intensa actividad en América del Sur, sin que se pueda descartar renovadas tensiones en países como Chile, Uruguay o México.

**FIN**

### **13. AMÉRICA LATINA: DE NUEVAS IZQUIERDAS A POPULISMOS DE ALTA INTENSIDAD**

por MARISTELLA SVAMPA

<http://revistamemoria.mx/?p=706>



Han transcurrido 15 años desde que América Latina, o particularmente algunos países de la región, marcaron un cambio de época. Recordemos que a partir de 2000, las luchas de los movimientos

sociales y organizaciones indígenas contra del ajuste neoliberal, el cuestionamiento del Consenso de Washington, en fin, la desnaturalización de la relación entre globalización y neoliberalismo, y la posterior emergencia de gobiernos, caracterizados de modo genérico como progresistas, de izquierda o de centro izquierda, insertaron el subcontinente en un novedoso escenario transicional.

Uno de los términos más empleados para caracterizar estos gobiernos ha sido el *deprogresismo*, de significación bastante amplia, pues remite a la Revolución Francesa y hace referencia a las corrientes ideológicas que abogaban por las libertades individuales y el cambio social (el “progreso” leído como horizonte de cambio). Así, la denominación genérica de *progresismo* abarcaría corrientes ideológicas y perspectivas políticas diversas, desde las de inspiración más institucionalista, pasando por el desarrollismo más clásico, hasta experiencias políticas más radicales: desde Chile, con P. Lagos y M. Bachelet; Brasil, con Lula da Silva y Dilma Rousseff; Uruguay, bajo el Frente Amplio; la Argentina de los Kirchner, el Ecuador de Rafael Correa, la Bolivia de Evo Morales y la Venezuela de Chávez-Maduro, entre otros. Avanzando un poco más, algunos autores hablaron de “giro a la izquierda” y “posneoliberalismo”, y propusieron distinguir entre dos izquierdas, trazando como línea divisoria los gobiernos más radicales e innovadores (la triada Venezuela, Bolivia, Ecuador, ligada a procesos constituyentes), colocando por debajo el contingente más conservador-progresista (el cuarteto sudamericano, Argentina, Brasil, Uruguay, Chile).

En paralelo, hacia 2004-2005, otros analistas retomaron la controvertida categoría de populismo para caracterizar varios de los gobiernos progresistas; renovaron una vez más el debate acerca de su conceptualización. Tres líneas de lectura se destacan. En primer lugar, regresaron las visiones peyorativas o condenatorias, entre ellas las interpretaciones académicas que afirman la recurrencia del populismo como mito, y lo describen como un fenómeno instalado entre la religión y la política, contrapuesto al *ethos* democrático; y las otras, de tipo mediático, que insisten en reducirlo a una política macroeconómica (derroche y gasto social) y al clientelismo político.

En segundo lugar, en un sentido inverso y apoyada en un notable trabajo teórico, una interpretación que tuvo grandes repercusiones en la última década es la del argentino Ernesto Laclau, cuyos trabajos en favor del populismo

derivaron en posicionamientos políticos en pro del conjunto de los gobiernos progresistas, muy especialmente de los sucesivos gobiernos del matrimonio Kirchner (2003-2015). En 2005, Laclau dio a conocer su libro-síntesis *La razón populista*; desarrollaba ahí la premisa de que el populismo constituye una lógica inherente a lo político y que, como tal, éste se erigiría en una plataforma privilegiada para observar el espacio político. Lejos de la condena ética impulsada por la visión heterónoma, Laclau proponía visualizar el populismo como ruptura, a partir de la dicotomización del espacio político (dos bloques opuestos), y de una articulación de las demandas populares por la vía de la lógica de la equivalencia. Por ejemplo, ha habido movilizaciones y movimientos sociales importantes, como el MST en Brasil o las organizaciones piqueteras en Argentina o el zapatismo en México, los cuales son concebidos por Laclau como movimientos de protesta horizontales, sin integración vertical (lógica de la diferencia). La subjetividad popular, en cambio, emergería como producto de las cadenas de equivalencia entre demandas subalternas. En suma, “el populismo es una cuestión de grado, de la proporción de la que la lógica equivalencial prevalece sobre la lógica de la diferencia” (Laclau, 2006).

Por último, una tercera línea de interpretación subraya el carácter bicéfalo del populismo. Si bien este enfoque se destaca por su aspiración crítico-compreensiva, muestra énfasis muy diferenciados. Así, el politólogo paraguayo Benjamin Arditi define el populismo como un rasgo recurrente de la política moderna, identificable en contextos democráticos y no democráticos (2009:104). En sus trabajos más relevantes dialoga con la inglesa Margaret Canovan,<sup>1</sup> y retoma a Jacques Derrida para visualizar el populismo antes como un “espectro” que como la sombra de la democracia, sugiriendo la idea de “visitación”, “un retorno inquietante”, que “remite a la indecidibilidad estructural del populismo, pues éste puede ser algo que acompaña, o bien, que acosa a la democracia” (Arditi, 2004). Por su parte, la reflexión del argentino Gerardo Aboy Carlés (2010, 2012), aunque deudora de la perspectiva de Laclau, se abre a otros horizontes especulativos: propone pensar lo propio del populismo como la coexistencia de dos tendencias contradictorias, la ruptura fundacional (que da paso a la inclusión de lo excluido), y la pretensión hegemónica de representar a la comunidad como un todo (la tensión entre *plebs* y *populus*, entre la parte y el todo).

En el otro extremo, de nula empatía con el fenómeno populista, se insertan las interpretaciones del ecuatoriano Carlos de la Torre y la venezolana Margarita López Maya, quienes sin embargo no dejan de subrayar los aspectos

bivalentes del populismo. La segunda ha analizado el populismo rentista en su país (2012), al tiempo que retoma ciertos elementos de Laclau (por ejemplo, el populismo como forma de articulación de necesidades insatisfechas a través de significantes vacíos) y analiza el pasaje hacia formas más directas de relación entre las masas y el líder. Por su parte, De la Torre no considera que el populismo sea un peligro inherente a la democracia, pero tampoco lo entiende como su redentor. “El populismo representa simultáneamente la regeneración de los ideales participativos y de igualdad de la democracia, así como la posibilidad de negar la pluralidad de lo social” (2013).<sup>2</sup> Desde una perspectiva que señala la radical ambigüedad del populismo y los diferentes modelos de democracia existente, el autor indaga la experiencia populista a través de un recorrido por los estilos de gobiernos de Chávez, en Venezuela, Correa en Ecuador y Evo Morales en Bolivia, y la relación que éstos entablan con los movimientos de base.

Lo cierto es que, hacia fines de la primera década del siglo xxi, y a la hora de un balance necesario, con los llamados gobiernos progresistas más que consolidados y no pocos atravesando ya segundos y hasta terceros mandatos, la categoría de populismo fue ganando más terreno, hasta tornarse rápidamente en lugar común. Así, una vez más, el populismo como categoría devino campo de batalla político e interpretativo. Pero a diferencia de épocas en las cuales la visión descalificadora era la dominante, el actual retorno se inserta en escenarios políticos e intelectuales más complejos y disputados.

### **Hacia los populismos de alta intensidad**

A principios de la década de 1990, con el ingreso en el Consenso de Washington, en las ciencias sociales latinoamericanas corrieron ríos de tinta que buscaban describir un *nuevo populismo*, asociado a diferentes gobiernos latinoamericanos, entre ellos el de Carlos Saúl Menem, en Argentina (1989-1999); Alberto Fujimori, en Perú (1989-2000); o el malogrado Fernando Collor de Melo, en Brasil (1990-1992). Usos y abusos hicieron que la categoría se tornara más resbalosa y ambigua, al borde mismo de la distorsión y el vaciamiento conceptual. Con mucho tino, el sociólogo argentino Aníbal Viguera (1993) propuso un tipo ideal, que distinguía dos dimensiones: una, según el tipo de participación; la otra, conforme a las políticas sociales y económicas. Así, desde su perspectiva, el neopopulismo de los noventa presentaba un estilo político populista, pero —a diferencia de los populismos clásicos— estaba desligado de un determinado programa económico (nacionalista o vinculado a

una matriz estadocéntrica). Retomo esta distinción analítica, y propongo llamar tal fenómeno *populismos de baja intensidad*, dado su carácter unidimensional (estilo político y liderazgo).

En contraste, más allá de las diferencias evidentes, los tiempos actuales nos enfrentan a configuraciones políticas más típicas, que señalan similitudes con los populismos clásicos del siglo xx (el de las décadas de 1940 y 1950). Ciertamente, a lo largo de la primera década de la nueva centuria, las inflexiones políticas que adoptarían los gobiernos de Hugo Chávez en Venezuela (1999-2013), Néstor y Cristina Fernández de Kirchner en Argentina (2003-2007, y 2007-2015, respectivamente), Rafael Correa en Ecuador (2007-) y Evo Morales en Bolivia (2006-), todos ellos países con una notoria y persistente tradición populista, habilitaron el retorno de un uso del concepto *en sentido fuerte*, de un *populismo de alta intensidad*, a partir de la reivindicación del Estado —como constructor de la nación, luego del pasaje del neoliberalismo—; del ejercicio de la política como permanente contradicción entre dos polos antagónicos (el nuevo bloque popular *versus* sectores de la oligarquía regional o medios de comunicación dominantes); y, por último, de la centralidad de la figura del líder o la lideresa.

La exégesis que propongo sobre el populismo se inserta en un registro crítico-comprensivo e implica un análisis procesal, pues los gobiernos latinoamericanos que caracterizamos en estos términos no devinieron populistas de la noche a la mañana. En el siglo xxi, la reactivación de la matriz populista fue primero tímida y gradual, hasta hacerse de modo más firme y acelerado, en la dinámica de construcción hegemónica. En realidad, mientras que el proceso venezolano se instaló rápidamente en un escenario de polarización social y política, en Argentina la dicotomización del espacio político apareció apenas en 2008, a raíz del conflicto del gobierno con las patronales agrarias, por la distribución de la renta sojera, y se exacerbó a límites insoportables en los años siguientes. En Bolivia, la polarización se halla al comienzo del gobierno del MAS (a partir de 2007), a raíz de la confrontación con las oligarquías regionales, pero esta etapa de “empate hegemónico” se clausura hacia 2009, para abrir luego un periodo de consolidación de la hegemonía del partido de gobierno. Sin embargo, en este segundo lapso se rompen las alianzas con diferentes movimientos y organizaciones sociales contestatarias (2010-2011). Esto es, la inflexión populista se opera en un contexto más bien de ruptura con importantes sectores indigenistas, pero de

limitada polarización social. Para la misma época, Rafael Correa inserta su mandato en un marco de polarización ascendente que involucra tanto los sectores de la derecha política como, de modo creciente, las izquierdas y los movimientos indigenistas. En realidad, el afianzamiento de la autoridad presidencial y la creciente implantación territorial de Alianza País tienen como contrapartida el alejamiento del gobierno respecto a las orientaciones marcadas por la Asamblea Constituyente y su confrontación directa con las organizaciones indígenas de mayor protagonismo (Confederación Nacional de Pueblos Originarios del Ecuador) y los movimientos y las organizaciones socioambientales, que habían acompañado su ascenso.

Cuatro precisiones se hacen empero necesarias. En primer lugar, defino el populismo como un fenómeno político complejo y contradictorio que presenta una tensión constitutiva entre elementos democráticos y no democráticos. Lo propio del populismo —decíamos en un texto escrito con Danilo Martuccelli en 1993 y retomado en 1997— es poseer una concepción dual de la legitimidad, que es una suerte de exceso respecto a la legitimidad propia de la democracia y un déficit con relación a la imposición autoritaria. En efecto, el populismo es una tensión ineliminable entre la aceptación de lo propio de la legitimidad democrática y la búsqueda de una fuente de legitimación que la excede; suplemento de sentido o exceso que se halla, de alguna manera, en el seno de todo proyecto democrático, pero por lo general no logra sustituir completamente a la democracia procedimental y representativa. Asimismo, sin duda desde otras figuras de la democracia (sobre todo la apelación a formas de democracia plebeya) se entiende mejor el populismo, pues en gran parte éste responde a la (histórica) necesidad de acortar la distancia entre representantes y representados, brecha consolidada durante el largo periodo de dominación liberal-conservador, bajo las dictaduras militares o, de modo más reciente, luego de las reformas neoliberales de la década de 1990.

En segundo lugar, como se ha señalado de forma recurrente, el populismo entiende la política en términos de polarización y de esquemas binarios, lo cual tiene varias consecuencias: por un lado, implica la constitución de un espacio dicotómico, a través de la división en dos bloques antagónicos; por otro, el reordenamiento binario del campo político supone la selección y jerarquización de determinados antagonismos en detrimento de otros. Su contracara es por ende el ocultamiento o la obturación de otros conflictos, los cuales tienden a

ser denegados o minimizados en su relevancia o validez; en fin, en gran medida, expulsados.

En tercer lugar, la tensión constitutiva propia de los populismos hace que éstos traigan a la palestra, tarde o temprano, una perturbadora pregunta, en realidad la pregunta fundamental de la política: ¿qué tipo de hegemonía se construye en esa tensión peligrosa e insoslayable entre lo democrático y lo no democrático, entre una concepción plural y otra organicista de la democracia, entre la inclusión de las demandas y la cancelación de las diferencias?

En cuarto lugar, es necesario tener en cuenta la existencia de diferentes tipos de populismos, como muestra la abundante bibliografía sobre el tema (E. Laclau, T. di Tella, O. Ianni). En esa línea, propongo establecer la distinción entre, por un lado, los populismos plebeyos que han desarrollado políticas de contenido más innovador y radical, desembocando en procesos de redistribución del poder social hacia abajo (Bolivia, Venezuela); y, por otro lado, populismos de clases medias, traducidos por un empoderamiento —e incluso una fragmentación intracase— de los sectores medios (Argentina, Ecuador). Ciertamente, aun si se montaron sobre movilizaciones plebeyas, los casos argentino y ecuatoriano están lejos de haber producido un cambio en la distribución del poder social; tampoco se trata de populismos de carácter antielitista, impugnadores de la llamada “cultura legítima” (en realidad han convalidado valores de las clases medias, sean ésta medias progresistas o tecnocráticas-meritocráticas) ni han buscado impulsar un paradigma de la participación, como sí sucedió al menos en parte en Venezuela y Bolivia.

Para resumir: mi hipótesis afirma que asistimos a un retorno del populismo de alta intensidad, pues las experiencias actuales están vinculadas a la construcción de un determinado tipo de hegemonía, que subraya como estructura de inteligibilidad de la política la bipolaridad y como clave de bóveda el papel indiscutido del líder. Los procesos de polarización implicaron una reactualización de la matriz populista, que en la dinámica recursiva fue afirmándose a través de la oposición y, al mismo tiempo, de la absorción y el rechazo de elementos propios de otras matrices contestatarias —la narrativa indígena-campesina, diversas izquierdas clásicas o tradicionales, las nuevas izquierdas autonómicas— las cuales habrían tenido una función importante en los inicios del cambio de época. Así, doble referencia o tensión constitutiva, polarización y grilla de lectura, construcción de hegemonía y existencia de tipos

diferentes son aspectos que, interconectados, a mi juicio, constituyen el punto de partida ineludible para visualizar los actuales populismos latinoamericanos.

### **Fin de ciclo, extractivismo y tentación unanimita**

Lejos ya de las caracterizaciones que al inicio del cambio de época aludían a un “giro a la izquierda”, en 2015 la reflexión sobre los populismos realmente existentes en América Latina nos inserta en otro escenario político, más pesimista, que vuelve a traer a la luz la tensión constitutiva que los recorre: así, en la actualidad, los diferentes casos nacionales nos advierten respecto a las conflictivas relaciones entre modelos de democracia, a las confrontaciones cada vez más ásperas entre gobiernos progresistas y movimientos sociales, a las crecientes limitaciones de los proyectos económicos en el marco del neoextractivismo reinante; en fin, a las renovadas tentaciones unanimitas de los regímenes instalados.

Todo parecería indicar que retorno del populismo de alta intensidad y final del ciclo están asociados. Así, desde el punto de vista económico, éste se hallaría ligado a la creciente baja del precio de los *commodities*, que afecta sobre todo el petróleo, los minerales y, en menor medida, la soya. Más allá de los manifiestos de buenas intenciones, está probado que el extractivismo actual (llamado eufemísticamente por algunos “neodesarrollismo”) no conduce a un modelo de desarrollo industrial o a un salto de la matriz productiva, sino a más reprimarización y a la consolidación de modelos de maldesarrollo, insustentables en diferentes niveles y dimensiones. Como señala Martínez Alier (2015), la baja de precios de los productos primarios no sólo conlleva más endeudamiento sino, también, más extractivismo, a fin de cubrir el déficit comercial, y con ello los gobiernos suelen entrar en una espiral perversa. No es casual por ello que se realicen anuncios de nuevas exploraciones en zonas de frontera o en parques naturales. Asimismo, el “efecto de reprimarización” se agrava por el ingreso de China, potencia que de modo acelerado se impone como socio desigual en toda la región latinoamericana. China se ha convertido en el primer destino para las exportaciones de Chile y Brasil, el segundo destino para Argentina, Perú, Colombia y Cuba, y el tercero para México, Uruguay y Venezuela” (Svampa y Slipak, 2015).

Por otro lado, el neoextractivismo abrió otra fase de criminalización y violación de derechos humanos. En los últimos años, numerosos conflictos

socioambientales y territoriales salieron del encapsulamiento local, y adquirieron visibilidad nacional: ejemplos de ello son el conflicto del Tipnis (Bolivia); la construcción de la megarrepresa de Belo Monte (Brasil), la pueblada de Famatina y las resistencias contra la megaminería (Argentina) y la suspensión final de la propuesta de moratoria del Yasuni (Ecuador). Resulta claro que la expansión de la frontera de derechos (colectivos, territoriales, ambientales) encontró un límite en la expansión creciente de las fronteras de explotación del capital, en busca de bienes, tierras y territorios, y echó por tierra las narrativas emancipatorias que habían levantado fuertes expectativas, sobre todo en países como Bolivia y Ecuador. Para decirlo de otro modo, el fin del *boom* de los *commodities* nos confronta a la consolidación de la ecuación “más extractivismo/menos democracia”, que ilustran los contextos de criminalización de las luchas socioambientales y el bastardeo de los dispositivos institucionales disponibles (audiencias públicas, consulta previa de poblaciones originarias, consulta pública), escenario que hoy comparten gobiernos progresistas y los conservadores o neoliberales.

Desde el punto estrictamente político, asistimos a la actualización del populismo de alta intensidad, que afirma un modelo de subordinación de los actores sociales (movimientos sociales y organizaciones indígenas) y apunta a la cancelación de las diferencias, poniendo de relieve la amenaza y el cercenamiento de libertades políticas. Los ejemplos más recientes son los de Bolivia y Ecuador, donde las promesas de generar “otros modelos de desarrollo”, o el “buen vivir” desde fuera de una matriz extractivista son ya muy lejanas. Así, en Bolivia, en agosto pasado, el vicepresidente Álvaro García Linera, connotado intelectual y sociólogo, fustigó con una retórica virulenta a cuatro ONG nacionales, a las cuales trató de mentirosas y amenazó expulsarlas del país, pues sus informes contradecían el discurso oficial: mostraban el avance de los agronegocios, o defienden las comunidades indígena-campesinas frente a la expansión del extractivismo. De manera sintomática, este ataque a las libertades sucede en un contexto de fin del superciclo del precio de los *commodities* (la caída de los precios internacionales de los *commodities*), lo cual generó como respuesta de parte del gobierno el avance de la frontera extractiva, a través del anuncio de la exploración hidrocarburífera en siete parques naturales.

En agosto pasado, con un conjunto de intelectuales, entre ellos Boaventura de Sousa Santos, Leonardo Boff, Alberto Acosta, Raquel Gutiérrez y la autora del

presente artículo, entre otros, se envió una carta abierta a García Linera para rechazar las descalificaciones y amenazas que, de concretarse, implicarían una violación de los derechos civiles y, por consiguiente, un enorme retroceso para la democracia boliviana.<sup>3</sup> En dicha misiva, de gran circulación en Bolivia, subrayamos también que “la disidencia o la crítica intelectual no se combaten a fuerza de censura y efecto de amenazas y descalificaciones, sino con más debate, más apertura a la discusión política e intelectual; esto es, con más democracia”. García Linera contestó con otra carta, donde insistía en que las ONG en el banquillo mentían, que éstas no fueron amenazadas de expulsión sino de defender “los intereses de la derecha política internacional”, al tiempo que aseveraba que los intelectuales que firmamos dicho escrito habíamos sido engañados...<sup>4</sup>

En Ecuador, la situación es de mayor gravedad, pues los dichos y las amenazas suelen convertirse en hechos. Así, el pasado 13 de agosto tuvo lugar una importante marcha liderada por la Confederación Nacional de Pueblos Originarios del Ecuador, la cual terminó —como sucede en los últimos tiempos en ese país— en un fuerte episodio de represión, que culminó con el encarcelamiento de más de 100 manifestantes. En ella fue golpeada la periodista franco-brasileña Manuela Picq, residente desde hace ocho años en el país, profesora universitaria y pareja de un líder indígena. Mientras estaba en el hospital, se enteró de que su visa había sido cancelada y que estaba obligada a abandonar el país. Finalmente, gracias a la solidaridad nacional e internacional, no fue deportada, pero abandonó el país al expirar la visa. Tampoco es la primera vez que el gobierno de Rafael Correa lleva a cabo este tipo de acciones, las cuales lo colocan muy lejos de la idealización política e intelectual que se ha venido haciendo de los gobiernos progresistas. En 2009, Correa despojó de su personería jurídica a la reconocida ONG Acción Ecológica, pero hubo de retroceder frente al rechazo internacional. En diciembre de 2013 expulsó del país a la fundación Pachamama, y en 2014 canceló súbitamente la visa de Oliver Utne, consultor de origen estadounidense (yerno de Alberto Acosta, reconocido economista y político opositor) que debió abandonar el país. Luego del episodio con Picq, el gobierno inició el proceso para cerrar la ONG Fundamedios. Por otro lado, el carácter autoritario del gobierno de Correa tiene su correlato en la criminalización de estudiantes y organizaciones indígena-campesinas que luchan contra el extractivismo (en la actualidad hay cerca de 230 personas procesadas, varias de ellas por la figura de terrorismo).

Tanto en Bolivia como en Ecuador asistimos a la estigmatización creciente de la narrativa indigenista y ecologista, desplazada por una de corte político donde convergen visión estatalista y culto al líder, conforme a esquemas hiperpresidencialistas. Así, el retorno de un *populismo de alta intensidad* viene asociado a una política confrontativa que engloba en su interpretación conspirativa a las organizaciones ambientalistas y sectores indígenas que hoy luchan contra el avance del extractivismo.

Otra de las consecuencias es la excesiva concentración de poder en el Ejecutivo: el hiperpresidencialismo, el presidencialismo extremo o el hiperliderazgo, como se les ha llamado, implican una fetichización del poder en la persona del jefe o jefa de Estado y, con ello, una naturalización del poder y la búsqueda de su perpetuación. Hugo Chávez transitó por esta vía controversial, logrando pocos años antes de su fallecimiento aprobar constitucionalmente la cláusula de la reelección indefinida; Cristina Fernández de Kirchner encontró límites al afán reeleccionista en 2013 —impuestos por la movilización social y las posteriores elecciones parlamentarias—. En la actualidad estos afanes reeleccionistas recorren los gobiernos de Rafael Correa y Evo Morales.

Un ejemplo puede ayudarnos a sopesar la importancia que asume el asunto del líder. Hace varios años, en 2008, se estrenó el documental sobre Bolivia *Hartos Evos hay*, el cual narra con un punto de vista etnográfico el proceso de movilización desde abajo. El significativo título alude a la existencia de múltiples liderazgos: sugiere que Evo Morales era uno más entre ellos. No obstante, en 2015, sería difícil defender esa tesis. Como sostiene el historiador boliviano Pablo Quisbert, la idea de que Evo Morales sería un campesino entre otros que llega al palacio presidencial evolucionó hacia la noción de la excepcionalidad, de la persona destinada a ser líder (citado en Pablo Stefanoni, 2015). No por casualidad, los voceros del MAS ya impulsan una nueva reforma constitucional tendente a posibilitar la “repostulación” de Evo Morales para un cuarto mandato presidencial, a partir de 2020.

Por último, estos debates y reposicionamientos respecto a la relación entre neoextractivismo, el auge de los *commodities* y el retorno del populismo trajeron consigo una nueva fractura en el pensamiento crítico latinoamericano. Así, a diferencia de los años noventa, cuando el continente aparecía reformateado de manera unidireccional por el modelo neoliberal, el nuevo siglo viene signado por un conjunto de tensiones y contradicciones de difícil procesamiento. El

pasaje del Consenso de Washington al de los *commodities* y el retorno de populismos de alta intensidad instalaron nuevas problemáticas y paradojas, las cuales reconfiguraron el horizonte del pensamiento crítico, enfrentándonos a desgarramientos teóricos y políticos, que se cristalizan en un haz de posiciones ideológicas, al parecer cada vez más antagónicas. Así, entre 2000 y 2015, mucha agua corrió bajo el puente. Frente a ello, vale la pena preguntarse si la tirantez entre transformación y restauración en este cambio de época no ha ido desembocando en un fin de ciclo, que bien podría caracterizarse como *revolución pasiva* —como afirma M. Modonesi (2012)—, categoría de análisis histórico que, asociada al transformismo y el cesarismo democrático, expresaría la reconstitución de las relaciones sociales en un nuevo orden de dominación jerárquico. Triste y lamentable final sería entonces el de nuestros gobiernos progresistas, que tanta energía colectiva y expectativa política conllevaron, lo cual incluye por supuesto no sólo las experiencias populistas, en sus diferentes matices, sino las otras, como las del PT brasileño, que en el segundo mandato de Dilma Rousseff atraviesa hoy su hora más aciaga, marcada por la corrupción, el ajuste económico y el olvido de las promesas de transformación social.

Queda claro que el fin de ciclo marca importantes inflexiones, no sólo en el plano económico sino —también— en el político, pues no es lo mismo hablar de *nueva izquierda latinoamericana* que *depopulismos del siglo xxi*. En el pasaje de una caracterización a otra se perdió algo importante, que evoca no el abandono sino la pérdida de la dimensión emancipadora de la política y la evolución hacia modelos de dominación de corte tradicional, basados en el culto al líder, su identificación con el Estado, y la búsqueda o aspiración de perpetuarse en el poder. En la misma línea, la ecuación perversa hoy establecida entre “más extractivismo/menos democracia” deja abierta la pregunta sobre los vínculos siempre tensos y contradictorios entre populismos y democracias, y muestra el peligroso desliz hacia el cierre político, el cuestionamiento del pluralismo y la creciente criminalización de las disidencias.

---

\* Investigadora y Escritora, UNLP-Conicet, Argentina.

<sup>1</sup> En un artículo de 1999, Margareth Canovan (1999), reconocida especialista en el tema, retoma la tesis de Michael Oakeshott acerca de que la modernidad

política se caracteriza por la interacción entre dos estilos políticos distintos, el de la fe y el del escepticismo, a los cuales llama las caras redentora y pragmática de la democracia, y sugiere que el populismo surge en la brecha entre ellas. Esto establece una relación de interioridad entre populismo y democracia. El primero acompañaría a la segunda como una sombra. Véase Arditi 2004.

<sup>2</sup> De De la torre, véase 2010 y 2013.

<sup>3</sup> Véase <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=202193>

<sup>4</sup> La posición de García Linera tiene antecedentes. Así, en 2011, cuando el gobierno de Evo Morales generó el conflicto en el Territorio Indígena Parque Nacional Isidoro Secure, por la construcción de una carretera, García Linera escribió el libro *Geopolítica de la Amazonía* (2012), donde criticaba el “ambientalismo colonial” y demonizaba las ONG y las agencias de cooperación (situándolas en el mismo plano,) así como a diversas organizaciones indígenas históricas que se habían opuesto a dicha carretera.

<sup>5</sup> <http://alencontre.org/laune/bolivie-paradis-perdus-ou-ruses-de-la-modernisation.html>

### **Bibliografía**

Arditi, Benjamin (2004), “El populismo como espectro de la democracia: una respuesta a Canovan”, en *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, vol. XLVII, núm. 191, mayo-agosto de 2004, pp. 86-99, Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México.

Aboy Carles, Gerardo (2005), “Populismo y democracia en la Argentina contemporánea. Entre el hegemonismo y la refundación”, en revista *Estudios Sociales*, 28. Disponible en <http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/EstudiosSociales/article/viewFile/2553/3641>

—(2010), “Las dos caras de Jano. Acerca de la relación compleja entre populismo e instituciones políticas”, en *Pensamiento Plural | Pelotas* [07]: 21 – 40, julio-diciembre de 2010, <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/07/02.pdf>

De la Torre, Carlos (2010), “Populismo y democracia”, en *Cuadernos del CENDES*, vol. 27, núm. 73, enero-abril de 2010, Universidad Central de Venezuela, Caracas, Venezuela.

—(2013), “El populismo latinoamericano, entre la democratización y el autoritarismo”, en revista *Nueva Sociedad*, 247, septiembre-octubre de 2013, disponible en

<http://nuso.org/articulo/el-populismo-latinoamericano-entre-la-democratizacion-y-el-autoritarismo/>

Laclau, E. (2005), *La razón populista*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

—(2006), “La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana”, en revista *Nueva Sociedad*, 205, septiembre-octubre de 2006.

—(2009), “¿Qué nos dice el nombre?”, en F. Panizza (compilador), *El populismo como espejo de la democracia*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009, pp. 51-71.

López Maya, Margarita; y Alexandra Panzarelli (2012), “Populismo, rentismo y socialismo del siglo XXI. El caso venezolano”. Disponible en

[https://pensamientolatinoamericanounmdp.files.wordpress.com/2012/08/lc3b3pez-maya-y-panzarelli\\_venezuela-chavez.pdf](https://pensamientolatinoamericanounmdp.files.wordpress.com/2012/08/lc3b3pez-maya-y-panzarelli_venezuela-chavez.pdf)

Martuccelli, Danilo; y Maristella Svampa (1993), “La doble legitimidad del populismo”, en revista *Proposiciones*, vol. 22, Santiago de Chile. Disponible en

<http://www.sitiosur.cl/publicacionescatalogodetalle.php?PID=3100>

—(1997). *La Plaza vacía. Las transformaciones del peronismo*, Buenos Aires, Losada.

Martínez Alier, J. M. (2015), “Sudamérica, el triunfo del post-extractivismo en el 2015”, en *La Jornada*, <http://www.jornada.unam.mx/2015/02/21/opinion/022a1mun>

Modonesi, Massimo (2012), “Gobiernos progresistas y desmovilización. ¿Revoluciones pasivas en América Latina?”, en *Anuari del Conflicte Social*,

<https://www.google.com.ar/#q=revoluci%C3%B2n+pasiva%2C+modonesi>

Svampa, M. (2008), *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*, Buenos Aires, Siglo xxi.

—(2013), “Consenso de los *Commodities*” y lenguajes de valoración en América Latina”, en revista *Nueva Sociedad*, 244, marzo-abril de 2013, ISSN: 0251-3552, [www.nuso.org](http://www.nuso.org)

M. Svampa; y A. Slipak (2015), “China en América Latina: del Consenso de los *Commodities* al Consenso de Beijing”, en prensa, *Revista Ensamblés*, UNSAM-UNGS, Argentina.

Viguera, Aníbal (1993), "Populismo y neopopulismo en América Latina", en *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 55, no. 3, julio-septiembre de 1993, pp. 49-66.

Categories [América Latina](#)  
Navegación de entradas

EL ESTADO MEXICANO NEOLIBERAL. LA RUTA JURÍDICA DEL DESPOJO  
¿FIN DE CICLO DE LOS GOBIERNOS PROGRESISTA EN AMÉRICA LATINA?

## **14. ¿FIN DE CICLO DE LOS GOBIERNOS PROGRESISTA EN AMÉRICA LATINA?**

por ALBERTO ACOSTA

### **LÍMITES Y CRISIS DEL CORREÍSMO EN ECUADOR**

Por Massimo Modonesi

<http://revistamemoria.mx/?p=706>

Entrevistamos en Quito a Alberto Acosta, economista, académico de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, candidato del partido indígena Pachakutik a la Asamblea Constituyente en 1997 y luego fundador de Alianza País, ex presidente de la Asamblea Constituyente y ex candidato a la Presidencia de la República en 2013 por la Unidad Plurinacional de las Izquierdas. En un pasaje delicado del ciclo político de los gobiernos progresistas en América Latina, la voz de Alberto Acosta es hoy una de las que con mayor lucidez y sistematicidad destaca los límites de la experiencia de gobierno de Rafael Correa en Ecuador, desde la izquierda a partir de un ejercicio crítico sin autocensura.

*Massimo Modonesi: Quisiera que conversáramos del momento de los gobiernos progresistas y, obviamente, en particular del caso ecuatoriano, a partir de la idea que circula actualmente de fin de ciclo. Creo que se puede caracterizar el pasaje actual asumiendo que se resquebrajó la hegemonía, que terminó la etapa hegemónica. Me interesa que nos ayudes a caracterizar, en el contexto latinoamericano, la experiencia ecuatoriana de ese pasaje crítico. ¿Cuál es el lugar de la dimensión macroeconómica? ¿Cuál es el papel de los procesos políticos y los conflictos sociales? ¿Hubo o no construcción hegemónica? ¿Cuál es el alcance del llamado "posneoliberalismo"? ¿Cuáles son y dónde surgen las debilidades actuales? ¿Cómo se dio esa ruptura entre gobiernos progresistas y movimientos sociales y populares?*

Alberto Acosta: Voy a tratar de responder a tus preguntas desde varios aspectos. El primero es que éste es un gobierno con una serie de luces y sus

correspondientes sombras. Es difícil llegar a establecer una línea demarcatoria para decir esto es lo positivo y esto lo negativo. Pues hay elementos dignos de ser resaltados que, a la vez, ameritan críticas profundas. Puedo mencionar varios casos y ejemplos. En la actualidad vivimos un momento crítico desde una perspectiva no sólo económica sino política.



Este gobierno se enfrenta a los movimientos sociales con una respuesta represiva, racista, que da cuenta de una lógica perversa. ¿Por qué lo digo? Porque este gobierno fue posible gracias a la lucha de estos movimientos sociales. Sin la lucha de esos movimientos sociales, movimiento indígena a la cabeza, movimiento sindical, movimiento de mujeres, de estudiantes, de ecologistas, de distintos grupos de la sociedad, no habríamos tenido el escenario que permitió el triunfo de Rafael Correa en las elecciones de 2006. Además, casi todos esos movimientos sociales estuvieron apoyando electoralmente al actual gobernante al inicio y fueron actores fundamentales para la aprobación de la Constitución de Montecristi, tanto por sus aportes e intervención activa durante el debate constituyente como, luego, en la aprobación del referéndum en septiembre de 2008. Ésta es una primera contradicción, una gran contradicción. Este gobierno surge como resultado de esa lucha, emerge del proceso popular, y luego esos sectores populares, que

lideraron ese proceso, son víctimas de los ataques, de las agresiones, de la represión, incluso del racismo impulsado por el gobierno de Correa.

Luego anotaría que los problemas políticos que vivimos comenzaron a surgir antes del fin del “consenso de los *commodities*”, para usar un concepto de Maristella Svampa. Ese momento comportaba un escenario de precios altos de las materias primas, del petróleo para Ecuador; es decir, de ingresos abundantes, que representaban la posibilidad de realizar obra pública significativa, lo cual se hizo, no se puede negar. Pero te encuentras con que los problemas políticos y aun económicos surgieron antes de la crisis económica provocada por la caída de la cotización del petróleo y la apreciación del dólar, algo letal para una economía dolarizada como la ecuatoriana. Basta recordar que las protestas sociales no son recientes.

A primera vista, alguien que no tiene mucho conocimiento de la realidad ecuatoriana o que la ha estudiado en los últimos meses podría decir que la protesta surgió debido a los cambios propuestos en la Ley de Herencias o al proyecto de Ley de Plusvalías. Falso. No niego que eso incrementó la protesta, o fue la gota que derramó el vaso, sobre todo en los sectores medios y acomodados de la sociedad, los cuales mantuvieron un silencio cómplice con el correísmo, mientras consumían y acumulaban como nunca. Hay que tener presente que las protestas empiezan en sectores populares mucho antes. Desde 2014 hay un proceso de resistencia que se cristaliza en marchas cada vez más multitudinarias en junio, septiembre y noviembre de ese año, que se replican con más gente en marzo y el 1 de mayo de este año. Además, paulatinamente adquieren una característica novedosa: son marchas multclasistas, con trabajadores, indígenas y otros sectores populares que involucran también algunos de las clases medias. La resistencia masiva surge porque el terreno se calentó, las calles se calentaron por las acciones de los sectores populares, con una larga lista de reclamos al gobierno.

Cuando el gobierno plantea la Ley de Herencias y la posibilidad de una Ley de Plusvalías —con las cuales en principio, conceptualmente, estoy de acuerdo—, exacerba a sectores medios y a ciertos grupos poderosos que habían participado de los beneficios de la bonanza económica vivida del país. Mientras consumían no les importaba, no se quejaban mucho; les molestaba un poco el estilo del presidente, pero en el fondo esos sectores medios eran comensales de la bonanza petrolera registrada en Ecuador; y los grandes grupos

económicos, los principales beneficiados de esta gestión, tampoco se incomodaron. Correa les satisfacía en muchas de sus apetencias, sobre todo en la posibilidad de acumulación fácil, ociosa del capital, sin mayor inversión; es decir, sin mayor complicación. Estaban acumulando como pocas veces en la historia, y se mantenían estructuras oligopólicas impresionantes.

*¿Lo que marca un punto de inflexión en la magnitud de la protesta y quiebra la capacidad hegemónica del gobierno es el descontento de sectores de clase media porque constituye la base social del correísmo?*

El correísmo surge en 2006, con una gran alianza de sectores medios especialmente; Correa más bien, no el correísmo, que aparece después y que yo diferenciaría. Correa gana gracias a un gran aporte de los sectores medios. Si se analizan las cifras de las elecciones de 2006, se observa que el candidato opositor de la derecha en esa época tenía mayor votación de los sectores populares. Ahora eso cambia: Correa va ganando sufragios en los sectores populares.

*Por las políticas sociales y las políticas de gasto público...*

El bono de desarrollo humano, por ejemplo. En general, la base de respaldo de Correa se nutre de un consumismo en auge.



*Vi que en el prólogo del libro coordinado recientemente por Francisco Muñoz de crítica al correísmo,*

*retomas la idea de que se trata de un bonapartismo. En esta obra también retoman la hipótesis que planteé en 2012 de que, a grandes rasgos, los gobiernos progresistas en América Latina configuran revoluciones pasivas, transformaciones socioeconómicas impulsadas desde arriba, pero con la condición de frenar la activación de sectores populares y volverlos a llevar hacia la subalternidad.*

Por supuesto, pero eso ya no es revolución sino distribuciones pasivas, procesos de distribución de los ingresos que, simultáneamente, desactivan la organización social.

En junio, poco antes de la llegada del papa Francisco, cuando se plantean estas leyes polémicas, hay una movilización más de los sectores medios y de grupos de la derecha, que asumen el liderazgo temporal de la protesta. Los sectores populares tratan de reposicionar en otros escenarios su liderazgo, hacen algunas marchas, poco numerosas, pero combativas, rebeldes, pacíficas. El gobierno retrocede, al menos temporalmente, por la visita del papa, y ofrece un diálogo nacional, escogiendo a los interlocutores.

Pero el movimiento indígena y de trabajadores, concentrados en una coordinadora popular, responde con otras actividades que le permiten retomar el liderazgo en la lucha política. Una marcha empieza el 2 de agosto en una provincia alejada en la frontera: Zamora Chinchipe, que empieza en la provincia Tundaime, a más de 800 kilómetros de distancia, donde se desarrolla el primer proyecto megaminero. Esta marcha genera gran solidaridad. Luego, el levantamiento indígena del 10 de agosto y el paro nacional del 13. Esto provoca una serie de movilizaciones en todo el país, no sólo en Quito, sobre todo en la Sierra y en la Amazonía, que marcan un proceso de recuperación del liderazgo de parte del movimiento popular y abren la puerta a una posible tercera fuerza.

*¿Por qué esto es interesante?*

Los movimientos sociales, todos estos grupos liderados por la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador y el Frente Unitario de Trabajadores, no son lo que dice Correa, peones de la derecha, sino algo muy diferente. No hacen el juego a la derecha del siglo xx, al banquero candidato, al alcalde de

Guayaquil ni a la derecha del siglo xxi liderada por Correa. Emerge otra fuerza social, política, y no sé cuál sea su evolución.

*Que al mismo tiempo tiene dificultades de reconstrucción, pues también fue muy golpeada por el proceso-proyecto progresista, pasivizador, redistributivo, pero con fuertes consecuencias desmovilizadoras.*

Ya que se toca el tema, no hay redistribución de la riqueza: hay distribución de los ingresos excedentarios. Este gobierno, el que más tiempo ha estado en funciones en toda la historia de la república, cumplirá nueve años, y esperemos que llegue a 10.

*Salvo el periodo de Velasco Ibarra.*

Claro, pero el gobierno de Velasco Ibarra fue fragmentado en el tiempo; mejor sería hablar de sus gobiernos, cinco en total, de los cuales concluyó sólo uno. El gobierno de Correa tiene además, como aspecto a favor, la mayor cantidad de ingreso económico en la historia. No sólo por el tiempo sino por el volumen. Nosotros empezamos a exportar petróleo en agosto de 1972; hace 43 años exactamente zarpó el buque Ana Cortés, de la Texaco, así se llamaba, y hemos recibido cualquier cantidad de dinero. Si ponemos el dinero recibido durante estos 43 años, a valor de 2007, cuando inicia este gobierno, éste, en 8 años, se ha llevado 41 por ciento de los ingresos; hablamos de mucho dinero. Ha tenido otros ingresos. Las remesas de trabajadores migrantes ecuatorianos en regiones del exterior que superan el banano, segundo rubro de exportación del país, el acceso a crédito, sobre todo chino, por ejemplo.



También se ha beneficiado, con seguridad, de una importante cifra de narcodólares. Una economía dolarizada al lado de dos potentes economías atravesadas por el narcotráfico es muy atractiva para atraer esos recursos. Por otra parte, reconozco el esfuerzo de aumentar el cobro de impuestos; un destacable esfuerzo del Sistema de Rentas Internas. Pero este gobierno, además, tiene un marco jurídico constitucional propicio para transformaciones estructurales y, en ese contexto, un amplio respaldo popular.

¿Pero qué ha hecho el gobierno? No ha habido transformaciones estructurales en términos de revolución. Ya en el tema de la distribución de los recursos, los ingresos han sido mayores y mejor utilizados, en el seguro social, educación, salud, vivienda popular, bienestar, como el bono de desarrollo humano. Hay mejoras salariales, innegables. Las hay que promueven en algo el empleo. Pero no se atacó la concentración de la riqueza. Los gobernantes mismos reconocían en un documento interno que el proceso puesto en marcha llevaba a que, “en síntesis, nunca antes los grupos económicos poderosos estuvieron mejor, nunca antes los más excluidos de la patria estuvieron menos peor”. Ésa es la esencia.

Ha habido dinero para mejorar las condiciones de amplios sectores de la población, vía redistribución de los ingresos adicionales. La pobreza declina, aunque no tan rápidamente como luego de la crisis de 1998-2000. Pero es obvio, tras la crisis tan aguda, la pobreza se reduce al inicio más rápido; luego es cada vez más difícil reducirla porque hay temas estructurales. Sin embargo, se reduce la pobreza, hasta 2012.

*Aunque no tanto las desigualdades. Un reciente artículo de Pierre Salama, en Nueva Sociedad, demuestra que, con otros enfoques analíticos, en los países gobernados por fuerzas progresistas, los patrones de desigualdad no han sido modificados sustancialmente, pese a que vastos sectores sociales salieron de la pobreza extrema.*

Eso hay que reconocerlo. El problema es que por no afectar las estructuras de acumulación y seguir con la misma lógica económica y social capitalista, el resultado necesariamente, haciendo las cosas mejor, según Correa, conduce a que los ricos sean más ricos, pues el sistema genera esa concentración. Entonces tenemos situaciones increíbles: las dos mayores empresas telefónicas del país, una es de Carlos Slim, Claro, y la otra es Telefónica Movistar, controlan más de 73 por ciento del mercado. Han llegado a tener utilidades anuales sobre patrimonio neto superiores a 38 por ciento. Esas estructuras oligopólicas, de ganancias extraordinarias, no han sido afectadas con este gobierno. Cervecería Nacional y Coca-Cola controlan 71 por ciento del mercado de bebidas; Pronaca, 62 del de carnes; Ómnibus, 72 del de vehículos; Indurama, 85 del de electrodomésticos; 5 empresas (con 3 dueños), 91 del de azúcar; 2 empresas, 92 por ciento del mercado de aceites, y así por el estilo.

En cuanto a la banca, el gobierno mismo ha admitido que ésta es una de las grandes beneficiadas durante su gestión. En efecto, entre enero y mayo de 2015 los bancos ganaron 132 millones de dólares, 7.8 por ciento más que en los mismos meses de 2014 (122 millones). En todo 2014, los bancos ganaron 335 millones, las segundas mayores ganancias en los últimos 10 años, superadas sólo en 2011, con 395 millones de dólares.

Ésa es la realidad actual.

*En cuanto a los equilibrios políticos, hay una derecha que vuelve a asomar la cabeza, pero quién sabe si tenga fuerza para disputar el terreno electoral a nivel interclasista y con proyección nacional, pues no deja de haber una inercia del correísmo, una fuerza electoral difusa, en buena parte anclada a relaciones clientelares o a la gratitud respecto de ciertos beneficios recibidos en los años recientes. Dices que unos sectores populares y varios movimientos sociales se despliegan y se politizan, y configuran así una tercera fuerza. ¿Hay un fin de ciclo de los gobiernos progresistas? ¿Cómo ves la correlación de fuerzas?*

*¿Puede la derecha disputar el poder político o vamos a ver el correísmo debilitado pero manteniéndose a flote?*

El correísmo está debilitado, ha perdido la iniciativa, pero todavía tiene mucha fuerza y está dispuesto a vender cara su derrota; no resultará fácil. Las respuestas del gobierno son cada vez más violentas en línea de la represión. No puede concluirse que el correísmo ya está derrotado; está presente e, incluso, sin Correa puede mantenerse así.

*¿Hay correísmo sin Correa?*

Puede seguir no como partido o movimiento, pero quizá los elementos que lo configuran se mantengan un tiempo. Lo que fue una propuesta democrática, de democracia radical, digámoslo claramente, se transformó en una propuesta y práctica caudillesca. Correa terminó por asumir el papel de portavoz de la voluntad política colectiva: él, sólo él, conoce los problemas y las soluciones; sólo él sabe lo que la gente quiere, interpreta el sentir popular, y es el único que puede cristalizar esas ideas. Esto lleva a una posición binaria: conmigo o contra mí; es decir, con “la revolución” o contra ella. No hay espacios para disensos o cuestionamientos que no graden a Correa, el caudillo del siglo xxi.

Lo que fue inicialmente un proyecto para que gane —como decíamos en 2006— un pueblo y no una persona supone ahora un proyecto dominado por una persona que controla al pueblo a través de múltiples mecanismos, y eso se refleja en unas estructuras del Estado, a la vez, controladas por el presidente. Por ejemplo, la justicia, los jueces son “leales”, entre comillas, al pensamiento del presidente y no a la justicia. El Consejo Nacional Electoral está dominado por el partido y el movimiento político de gobierno. La Corte Constitucional es una caja de resonancia de la Presidencia de la República. Lo que creíamos que iba a ser una construcción importante para democratizar la sociedad, el quinto poder o la Comisión de Participación Ciudadana de Vigilancia, que tiene que ver con la transparencia, está también controlada por el gobierno.

Entonces, el problema es cómo dar paso a una *descorreización*, lo cual no pasa sólo por salir de Correa. Este reto resulta mucho más complejo, y para los movimientos sociales el tema se presenta muy difícil. Recordemos que los movimientos sociales y los grupos de izquierda han sido los más golpeados por este gobierno.

Al principio, el gobierno arremetía contra los banqueros, los grandes grupos de poder, llamados por Correa los *pelucones*, que ya no se asoman en sus discursos. Ya no ataca a los grandes grupos económicos; sus enemigos son ahora la izquierda y los movimientos sociales.

Para responder tu pregunta, lo preocupante es que estas fuerzas no tengan capacidad suficiente para expresarse electoralmente y que sólo reúnan capacidad de movilización que aprovechen determinados sectores de la derecha en disputa por el control del Estado. La derecha, los grandes grupos económicos en general están muy contentos con Correa, quien les sigue ofreciendo grandes beneficios. Y la otra derecha está afuera, disputando esos espacios. Podríamos llegar a una situación perversa en que la opción sea, si hay una segunda vuelta electoral, que los dos candidatos sean de la derecha, una derecha del siglo xxi, liderada por Correa, la del siglo xx. Resulta lamentable que la izquierda que hizo el trabajo de resistencia, pues sufrió los peores golpes del correísmo, parezca sin capacidad política electoral para enfrentar este momento histórico.

*Abro un paréntesis. Tú y yo, con otra veintena de intelectuales —Maristella Svampa y Boaventura de Sousa Santos, entre otros—, firmamos una carta en defensa de algunas ONG bolivianas denunciadas y atacadas verbalmente por el vicepresidente Álvaro García Linera, en cuya contestación dijo que nos habían manipulado. ¿Tienes algún símil que establecer entre este episodio y el discurso que se construye aquí, a lo mejor de forma más extrema?*



Son gobiernos que pusieron su brújula hacia la izquierda, pero que ahora la orientan hacia la derecha. En lugar de fortalecer gobiernos sostenidos desde lo comunitario para construir otro tipo de Estado, han consolidado Estados verticales y autoritarios. En lugar de abrir la puerta a acciones postextractivistas, profundizan el extractivismo y, con eso, la dependencia. En síntesis, son gobiernos que modernizan de manera autoritaria y hasta tecnocrática el capitalismo, gracias a lo cual consiguen cambios no alcanzados por los gobiernos de la época neoliberal.

Al inicio, el gobierno de Correa ponía direccionales a la izquierda y giraba a la izquierda; eso duró un par de años. Luego comenzó a poner direccionales a la izquierda y girar a la derecha; hoy ya pasó eso. En la actualidad ha llegado a poner direccionales a la derecha, hacia donde se dirige cada vez más su accionar.

*Uno podría decir que, de cualquier manera, en la revolución ciudadana había un principio de indefinición, de transversalidad social, todos son ciudadanos, a lo cual subyace la idea de que todos deben prosperar, y progresará más quien*

*mayores recursos tenga, en la idea de igualdad de oportunidades no de derechos.*

En el debate sobre lo ciudadano podemos hacer una interpretación diferenciada. En esto, Correa y su gobierno asumieron el discurso del ciudadano, del individuo y de una lucha contra las corporaciones en general. Para aquél, es igual luchar contra las asociaciones de banqueros o contra las organizaciones de indígenas, de sindicatos o cualquier agrupación social; una perversidad.

Pero podríamos ir descubriendo y construyendo otro tipo de ciudadanías: la colectiva, a partir de los derechos colectivos; y una suerte de metaciudadanía: la ecológica, cuando hablamos de hacer cumplir los derechos de la naturaleza, plasmados en Montecristi y que no interesan a Correa.

Otro aspecto por destacar: este gobierno, como los demás progresistas de la región, que no pueden ser asumidos como de izquierda, ha desarrollado prácticas represivas y de disciplinamiento de la sociedad civil. En Ecuador, cual sucede en Bolivia, el gobierno, a través del decreto 016, pretende controlar prácticamente todas las organizaciones de la sociedad civil, sean ONG o sociales. Para disciplinar a los servidores públicos expidió el decreto 813, con el cual puede darse paso a despidos en nombre de la “compra de renunciaciones obligatorias”. La criminalización de la protesta social, acogida al derecho a la resistencia, plasmado en el artículo 98 de la Constitución de Montecristi, supone un recurso represivo.

*Y el discurso además es bastante agresivo respecto a esos sectores: quieres garantizar que tienes cubierto el flanco izquierdo para sostener el discurso de chantaje sobre la amenaza de la restauración de derecha y forzar la construcción de una base social más amplia de lo que le permite su actuación, sus alianzas y sus políticas.*

Aquí, el discurso se sintetiza en la frase “No vamos a regresar al pasado”. En realidad, ese paso, oprobioso e indeseable, ya está presente en el gobierno de Correa. Este gobierno hace realidad un acuerdo de libre comercio, que tanto anhelaron los neoliberales, al suscribir el TLC con la Unión Europea. Propone las privatizaciones, camufladas como alianzas público-privadas. Y, sobre todo,

reprime a quienes hicieron posible su aparición en el escenario político: los movimientos sociales.

El gobierno ya no tiene futuro. Al hablar de “no regresar al pasado”, se queda en el presente, que ya es pasado, como dijimos, y niega el futuro.

*No se acepta la posibilidad de una opción de futuro a la izquierda.*

El futuro de las izquierdas depende de su coherencia y organización, así como de su compromiso con la vida. No olvidemos que la humanidad enfrenta grandes retos. El sacrificio de la naturaleza y del trabajo humano en aras de la expansión planetaria del capitalismo sofoca cada vez más la vida. Dicho devenir destructor reproduce en sí mismo nuevas violencias. Y esto consolida un proceso de regresión política, el cual conduce a formas de creciente carácter totalitario-fascista de organización de la sociedad.

Enfrentar esta realidad, cargada de incertidumbres, es el compromiso que deben asumir las izquierdas. Con su denodado esfuerzo tenemos que dar sentido democrático a la lucha contra esta barbarie, de la cual ya nos advirtió Rosa Luxemburg.

*Por eso digo que la revolución ciudadana es fundamentalmente pasiva, un impasse bonapartista, donde la amenaza de la restauración conservadora construye ciertas condiciones para la regresión, en ausencia de circunstancias para la revolución en un pasaje próximo, un impasse que se prolonga, se estanca y, eventualmente, retrocede y pasa de un carácter progresivo a otro regresivo.*

Efectivamente. Las políticas sociales impulsadas desde esa línea desactivan los movimientos políticos, las organizaciones, los movimientos sociales en general. Son políticas clientelares, que no ayudaron a empoderar a las comunidades en la ejecución de los proyectos. Está bien reducir la pobreza, pero eso no sólo resulta insuficiente sino hasta peligroso si no se empodera a los pobres de su presente y su futuro. Ello es imposible con regímenes autoritarios y caudillescos, como el de Correa.

*El marco gramsciano permite formular la idea de resubalternización; es decir, de reconfiguración desde arriba de las condiciones de la subalternidad, del*

*ejercicio de la relación mando-obediencia. Cuando hubo cierta emergencia de movimientos populares, un proceso de constitución subjetiva antagonista y autónomo que rebasó las condiciones de subalternidad, surgió un proyecto-proceso que permitió reconstruirla sobre nuevas bases.*

Ése es otro punto crítico, fundamental, diría. En la actualidad, en un escenario donde el racismo ha aflorado de manera brutal, en una sociedad racista como la ecuatoriana y como en general las latinoamericanas, el peso de la colonialidad del poder aflora con redoblada fuerza. Cuando desde el gobierno se dice “de qué se quejan estos indios tales y cuales, si les hemos atendido como nunca, si les hemos dado cuanto querían”, asoma la vieja lógica de dominación de raíz colonial. No se busca ni se respeta a los actores con capacidad de respuesta propia, sino a seguidores.

En el plan de gobierno de Alianza País 2007-2011, elaborado en 2006, en una gran minga democrática, propusimos cambios estructurales. En el recuadro de presentación del texto decíamos que éste es el “resultado del esfuerzo de personas con espíritu crítico, comprometidas con la transformación radical que requiere Ecuador, de personas que ejercen su derecho a proponer y a construir. Ésta es una demostración práctica de la democracia del diálogo y del consenso que alentamos. Éste es, en suma, un trabajo en permanente construcción de pensadores y no de seguidores”. Ésa era la idea central. Ahora, el gobierno demanda exclusivamente seguidores...

Ya nos preguntamos, entonces, cómo empujamos un proceso de construcción colectiva. Y respondimos, poniendo en marcha “nuestros procesos de organización y diseñando nuestros programas de vida, sin atenernos a mensajes y normas emanadas de alguien que pretende asumir el papel de iluminado; no creemos en liderazgos individuales que conduzcan a la constitución de estructuras verticales y caudillescas, sino en liderazgos colectivos sustentados en la autocrítica, en la toma colectiva de decisiones, en el respeto a otras opiniones y en la humildad”.

¡Cuán lejos estamos de esos planteamientos iniciales! Abruma constatarlo. Sin embargo, no hay tiempo para lamentaciones. ¡La lucha continúa!

## 15. Populismo desgastou esquerda latino-americana, diz pesquisador britânico

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1727709-populismo-desgastou-esquerda-latino-americana-diz-pesquisador-britanico.shtml?cmpid=compfb> |



O brasilianista britânico Kenneth Maxwell

---

**SYLVIA COLOMBO**  
DE SÃO PAULO

10/01/2016 02h00

Compartilhar452

Mais opções

PUBLICIDADE

Para o brasilianista britânico Kenneth Maxwell, o Brasil falhou ao tentar buscar um papel internacional efetivo nos últimos anos, e agora sofre as consequências de uma crise internacional sobre a qual não tem controle.

Fundador do programa de estudos brasileiros da universidade de Harvard e autor de "A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808", Maxwell considera que o desgaste de governos latino-americanos há muito tempo no poder tem menos a ver com o fato de serem de esquerda, e mais por conta de suas "políticas populistas".

Leia, abaixo, os principais trechos da entrevista, realizada por e-mail.

## **Folha - Qual sua opinião sobre as investigações sobre corrupção no Brasil?**

**Kenneth Maxwell** - É certamente sem precedentes para o Brasil que tantos políticos, banqueiros e empresários estejam sendo responsabilizados. E, de maneira mais significativa, sendo presos, e em alguns casos considerados culpados e sentenciados.

O papel agressivo dos promotores e juízes no Brasil é algo novo e, certamente, um sinal de maturidade institucional.

Mas a investigação dos crimes, particularmente envolvendo a lavagem de dinheiro ou o ocultamento de ganhos ilícitos no exterior, é algo que está hoje em dia com mais presença no foco internacional, e o setor bancário internacional tem sido forçado a se transformar em algo muito mais transparente desde a crise financeira global.

Não é apenas o Brasil que está vendo as consequências dessa mudança. Mas isso faz com que contas brasileiras que estavam previamente escondidas na Suíça, nas ilhas Cayman, ou mesmo em Jersey, estejam muito mais expostas e na mira de investigações criminosas ou vazamentos.

Globalmente, há menos lugares para esconder fundos de forma confidencial hoje do que se fazia no passado. E isso tem sido um fator essencial na atual crise brasileira.

Porém, é importante lembrar que o PT não inventou a corrupção no Brasil, que a corrupção sempre foi bipartidária e que sempre o interesse público e privado foram ofuscados por políticos e empresários corruptos.

## **O sr. acredita que os ganhos sociais dos últimos 20 anos e a "nova classe média" estão em risco?**

Sim, creio que os ganhos sociais dos últimos 20 anos estão em risco. E, desafortunadamente, por conta da profundidade da atual crise política, nenhum dos dois lados envolvidos nessa cruel batalha pelo poder em Brasília reconhecerá a verdadeira conquista coletiva que são esses avanços sociais. Na verdade, aqueles que ganharam mais, e que têm mais a perder, ainda devem falar.

O ano passado não foi um bom ano economicamente para o Brasil e o novo ano parece ainda menos promissor. Essa situação existe não por culpa do Brasil. O colapso do preço do petróleo é um exemplo. A desaceleração da

China é outro. As ações dos EUA ao aumentar taxas de juros, também. O Brasil não tem controle sobre nenhum desses eventos. Mas todos eles afetam as perspectivas do Brasil.

### **Qual sua opinião sobre os protestos no Brasil em 2015, em comparação com os de 2013?**

Minha impressão é que os protestos de rua no Brasil desde 2013, mesmo tendo certamente, em alguns momentos, sido vastos e a nível nacional, ainda assim estiveram amplamente compostos por gente com certo nível de educação, de entradas e de conforto social, ao menos se compararmos com o grande número de brasileiros. Basta ver a composição das multidões na avenida Paulista, em São Paulo, ou no Rio.

A verdadeira questão é se, e quando, a grande maioria dos brasileiros estará envolvida no processo político. Ou seja, os milhões de brasileiros que vivem nas margens, e particularmente aqueles que ganharam com as políticas sociais, com a estabilidade econômica e com o controle da inflação dos últimos 20 anos.

São esses que hoje correm o risco de voltar à pobreza e a privações das quais apenas recentemente tinham conseguido escapar.

### **Alguns governos de esquerda há muito tempo no poder na América Latina estão desgastados. O sr. crê que esteja havendo uma guinada à direita no continente?**

O problema é menos o fato de se tratarem de governos de "esquerda" ou de "direita", e mais de suas políticas populistas, o que certamente é o caso de Argentina e Venezuela. O Brasil escapou, em certo sentido, dos excessos desses dois vizinhos. O Brasil desenvolveu instituições mais fortes e resistentes.

É muito importante lembrar que o Brasil sempre foi uma nação de proporções continentais, com um sistema político diverso e fragmentado, com muitos detentores locais de poder, o que sempre fez com que fossem necessárias a conciliação e o compromisso para que um governo funcionasse num nível nacional.

Mas o principal problema foi que o Brasil fracassou na tentativa de encontrar um papel internacional efetivo. O Brasil rejeitou um acordo com os EUA para uma área de livre-comércio nas Américas, e encontrou sua alternativa no altamente problemático Mercosul. Os Brics provaram ser uma quimera e a China deixou de ser o mercado insaciável para as exportações locais de matérias-primas.

Os possíveis parceiros do Brasil na América do Sul, assim como o México, vem sentindo-se mais atraídos para a área de livre-comércio do Pacífico.

### **Como a crise brasileira vem sendo assistida desde os EUA?**

O Brasil nunca recebeu atenção séria nos EUA e agora a atenção está dominada pela corrupção, e num menor grau às páginas de esportes, por conta do escândalo da Fifa, assim como pelos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Mas é possível antecipar mais cobertura para o Brasil no ano que vem, com o desenrolar das investigações do FBI, o caso da Petrobras e as alegações do uso de drogas por atletas olímpicos que impactarão os Jogos do Rio.

O Brasil certamente receberá mais atenção em 2016. Infelizmente, pode não ser o tipo de atenção que o país busca ou merece. ]

## **16. Leituras**



### **28. leituras para enxergar a América**

Da Argentina aos EUA, as redações do EL PAÍS América e Brasil sugerem uma seleção de obras que enriqueceram 2015 na região

[BRASIL.ELPAIS.COM](http://BRASIL.ELPAIS.COM)|POR EDICIONES EL PAÍS

## **17.A trágica normalidade da América Latina e a desconfiança**



A trágica normalidade da América Latina e a desconfiança, por Aldo Fornazieri

**COMENTAR**

## A trágica normalidade da América Latina e a desconfiança

por Aldo Fornazieri - SEG, 18/01/2016 - 07:54

Antes das ciências sociais a literatura latino-americana tenha sido a primeira a constatar o caráter trágico na América Latina e a normalidade e naturalidade que essa tragédia adquire entre nós. Nos importamos e nos impressionamos com as tragédias dos outros, não com as nossas. Aqui “tudo é normal”, registraram os escritores. Essa normalidade nos conduziu a três condições excepcionais no mundo e sequer as percebemos ou as tratamos com seriedade. A América Latina é a região mais desigual do mundo, a mais violenta do mundo e a que tem o nível mais baixo de confiabilidade interpessoal do mundo. Certamente, as três condições estão relacionadas entre si e a desigualdade é a raiz das outras duas.

Na história da humanidade, as diversas histórias singulares e significativas mostraram que os grandes empreendimentos, as grandes e pequenas lutas pela liberdade, a conquista da glória, formaram acontecimentos que sempre tinham por base relações de confiança, um sentimento de comunidade e de pertencimento fundado numa noção de igualdade. Foi assim entre os cidadãos de Atenas antiga, entre os hebreus que buscaram a terra prometida, entre o *popolo* romano antigo que conteve os abusos da nobreza, entre os colonos que libertaram os Estados Unidos, entre os *scitoyens* que derrubaram a tirania, entre os camaradas e companheiros que fizeram revoluções, entre os soldados nos campos de batalha entre os trabalhadores modernos que lutaram e lutam pelos seus direitos. Formar uma vontade coletiva e uma organização que reúna os esforços de vários indivíduos isolados é condição para o êxito da luta seja ela econômica, política, ideológica, religiosa, nacional etc. Essa vontade coletiva só se forma se houver confiança interpessoal e nas lideranças. Sem confiança não há construção comum de qualquer projeto de futuro. A confiança implica que os outros ou as instituições ajam de acordo com o que se espera delas: o governo deve governar com eficácia e produzir o bem comum, a polícia deve proteger o cidadão, o deputado deve representar os interesses dos representados de forma honesta, o partido deve defender causas justas e éticas; o motorista deve parar no sinal vermelho, os fabricantes devem produzir produtos de qualidade e que não prejudiquem o consumidor, o sistema de saúde deve atender os necessitados com zelo e perícia, o vizinho deve ser cordato e solícito, o colega de trabalho deve ser solidário e assim por diante. Sem essas relações de confiança a vida social se torna muito difícil.

## Desigualdade e desconfiança na América Latina

O Instituto Latinobarometro, sediado em Santiago do Chile, vem promovendo uma inestimável pesquisa sobre a democracia na América Latina há 20 anos, completados em 2015. Dentre os vários itens pesquisados um é o da “confiança”, tanto na sua dimensão da relação dos indivíduos com as instituições políticas, sociais e privadas, quanto na dimensão das relações pessoais.

Pois bem. As pesquisas do Instituto Latinobarometro mostram que a América Latina não funciona com base em relações de confiança. A violação das leis e das normas, a puxada de tapete, a lei de Gerson, o jeitinho, a fraude social, os atestados falsos, a compra e venda de documentos, o engodo político, a demagogia e a falta de solidariedade, de compromisso e de responsabilidade social são condutas generalizadas na região.

Desconfiança e baixo nível de organização e de participação social são consequências diretas dessa situação. Esses comportamentos não são exceções. A ação visando o melhor proveito pessoal, em detrimento do coletivo ou dos outros é regra. Proveito pessoal, todos querem. Mas o que se trata aqui, segundo o estudo, é do proveito pessoal adicional, obtido pela fraude social.

As ciências sociais mostraram que na América Latina a democracia sempre foi um mal entendido, uma ideia fora do lugar, um sistema de privilégios, um instrumento de promoção da desigualdade e da violência das elites latino-americanas contra os mais pobres. A consequência foi essa violência social generalizada, o agravamento das desigualdades, essa trágica normalidade. O pior é que não há muitas esperanças. A situação parece regredir.

A média da confiança interpessoal nos 20 anos de pesquisa é de apenas 17%. Uruguai, Argentina e Panamá lideram o ranking com 22% de confiança entre as pessoas. O Brasil aparece em último lugar com apenas 7%. Quanto às instituições da democracia, os resultados de 2015 mostram que os governos aparecem com uma média de 33% de confiança; os Congressos com 37%; o Judiciário com 30% e os partidos com 20%.

Em 1995, quando a pesquisa começou a ser feita, os governos apareciam com 44%, os Congressos com 38%, o Judiciário com 37% e os partidos com 27%. A partir de 2010 passou-se a incluir o Estado como um item específico, que aprecia com 42% e hoje aparece com 34%. Outro dado interessante se refere aos sindicatos: eles apareciam com 35% e hoje têm 29%. Mesmo as instituições mais confiáveis como Igreja, Forças Armadas, Imprensa etc., todas apresentam quedas nos índices de confiança que inspiram. As empresas

privadas aparecem numa faixa intermediária entre essas instituições melhor avaliadas e as instituições da democracia.

Os números mostram que de cada 10 latino-americanos, 6 não confiam nas instituições da democracia. As alternativas políticas de direita, centro-liberal e esquerda não conseguiram produzir resultados expressivamente diferentes umas das outras, o que mostra que a região está mergulhada em grave crise de perspectivas em relação ao futuro. As diferentes alternativas parecem mover-se na lógica de produzirem resultados razoáveis quando ascendem ao poder para acabar em crise. Os novos ciclos de governos de alternativas que se alternam não são capazes de romper a trágica normalidade. O Uruguai é a única exceção, pois vem conseguindo aumentar os índices de confiança em todas as instituições da democracia com o passar dos anos.

O advento da Internet não conseguiu melhorar a confiança dos latino-americanos. A debilidade das redes sociais, das organizações da sociedade civil e dos valores de solidariedade e de comunidade resultam da disseminação da cultura de que apenas o esforço individual, mesmo que através da burla e da fraude social, é o caminho mais adequado para melhorar de vida. A profunda desigualdade da região gera violência e desconfiança. A conclusão do estudo indica que os níveis de confiança só crescerão com o avanço da democracia. A democracia só avançará se as desigualdades econômicas, sociais e de poder forem reduzidas. O dismantelamento das desigualdades requer luta solidária e empreendimentos sociais coletivos.

**Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.**

## **18.Criador da sigla espanhola Podemos teme retrocesso na América Latina**

ELEONORA DE LUCENA DE SÃO PAULO FOLHA 09fev16

**Colapso econômico, mudanças radicais no sistema político, escalada bélica, grande desemprego: tudo isso aconteceu nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, no início do século passado. Tudo isso ocorre hoje, e as semelhanças das situações são inquietantes. O alerta é do cientista político Juan Carlos Monedero, 53, um dos criadores do Podemos, o novo partido espanhol surgido em 2014, na esteira dos protestos contra a austeridade, e que se tornou a terceira força política no país nas eleições de dezembro passado. Para ele, a "única varinha mágica" para sair da crise é gerar emprego –o contrário do que governos estão fazendo. E ataca: "O terrorismo financeiro, apesar de vestir terno e gravata, é tão perigoso quanto foi o**

nazismo nos anos 30 do século passado", declara em entrevista àFolha.

Ángel Medina - 10.dez.2015/Efe



Juan Carlos Monedero, um dos fundadores do partido espanhol Podemos

Professor da Universidade Complutense de Madri, Monedero teme uma regressão política na América Latina. "Na Argentina, a metade do país não vai permitir que [Mauricio] Macri acabe com os avanços sociais dos últimos anos. Alguns, especialmente os EUA, não teriam problema em converter a América Latina em uma guerra civil permanente, como na Líbia, na Síria ou no Iraque. Confio que os governantes da esquerda estejam conscientes desse risco", diz. Ex-assessor de Hugo Chávez, ele afirma esperar que "a politização evite essa regressão". Na sua análise, as esquerdas latino-americanas cometeram os mesmos erros que as europeias: atacaram a pobreza, mas não conseguiram engajar os cidadãos, que se tornaram apenas proprietários e consumidores. Autor de "La Rebelión de los Indignados" (2011) e de "Que no nos Representan!" (2011, com Pablo Iglesias, o líder do Podemos), Monedero foi integrante da executiva do partido. Avalia que as últimas eleições espanholas enterraram o bipartidarismo no país.

Nesta entrevista, ele fala dos pontos em discussão em curso para a formação de um governo de coalizão com o tradicional PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol): freios a privatizações, a demissões e ao TTIP, tratado que liberaliza negócios.

\*

## **Folha - Como o sr. explica o avanço eleitoral do Podemos?**

**Juan Carlos Monedero** - Numa campanha eleitoral, é mais difícil esconder a mensagem; as estratégias de ocultamento funcionam pior. Podemos, como um partido emergente, tem recebido muitas críticas de praticamente todo o espectro político, o que o havia enfraquecido. Nas eleições, ele pode contar quem é.

## **A eleição de dezembro significou o fim do bipartidarismo na Espanha?**

Sem dúvida. Em comparação com outros momentos, quando [PP e PSOE] chegaram a ocupar mais de 80% dos assentos, hoje os dois principais partidos não podem formar um governo juntos. Além disso, as decomposições do PP, pela corrupção, e do PSOE, por sua falta de rumo, atestam que o problema do bipartidarismo é estrutural.

Só erros profundos do Podemos poderiam dar alento ao bipartidarismo. Mas não parece que essa possibilidade esteja no horizonte. As coisas têm sido bem-feitas até agora e não há razão para enganos no futuro próximo.

## **Quais são as prioridades do partido se chegar ao poder em coalizão com o PSOE?**

Foi apresentada a Lei 25, em referência ao artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trata-se de garantir soluções a pessoas em situação de urgência econômica.

Ela propõe medidas contra a pobreza energética –luz, gás–, estabelece alternativa habitacional a vítimas de abusos, evita despejos para quem não tem onde morar e acaba com o co-pagamento farmacêutico.

Na proposta de governo em coalizão com o PSOE, o Podemos reivindica a defesa da justiça social, freio a cortes de pessoal e a privatizações, além da revogação das reformas trabalhistas do PP e do PSOE. Em relação aos meios de comunicação, se deveria trabalhar por uma RTVE [mídia estatal] independente, com profissionais independentes. Na educação, saúde e serviços sociais, trata-se de garantir os direitos sociais e reverter as privatizações.

É relevante resolver o problema territorial, assumindo a plurinacionalidade da Espanha. Com a vitória da coalizão Em Comú Podem, na Catalunha, se reivindica que um membro dessa coalizão (Xavi Domenech) seja ministro da Plurinacionalidade. Na defesa, se trata de obter um sistema integral de defesa comum, à margem dos lobbies de armas, e que trabalhe para uma defesa europeia que irá substituir a Otan.

Na Europa, temos que travar o TTIP [sigla em inglês para Transatlantic Trade and Investment Partnership, tratado comercial e de investimentos, em debate, que reduz barreiras e regulações para os negócios] e fomentar a cooperação para o desenvolvimento, ajudando a reverter a ideia de uma "Europa fortaleza", não solidária e distante dos direitos humanos.

## **Na Espanha, o pior da crise já passou?**

As perspectivas são melhores do que na França ou na Itália, mas muitos indicadores apontam que virá um ano problemático em todo o mundo.



Rafael Sanchez com sua mulher, Ana, e a filha, Leonor, no vilarejo de Castiltierra, perto de Segovia, onde decidiram morar para gastar menos com aluguel

### **O que deve ser feito para a retomada do crescimento?**

A única varinha mágica é o emprego. É a única forma de aumentar o consumo, a produção, a atividade econômica, os rendimentos, além de provocar redução no resultado da equação entre gasto público menos gasto em desemprego. É o contrário do que se está fazendo agora.

### **Quais são os impactos da crise migratória, econômica e dos ataques terroristas para a Europa?**

São desafios que exigem política europeias que busquem a raiz dos problemas. As migrações podem ser muito benéficas. A crise deve ser resolvida com o aumento da integração europeia. Ataques terroristas se enfrentam com inteligência e ajudas econômicas – não lançando bombas ou demonizando, ações que só ajudam a aumentar o ódio e as fileiras dos extremistas.

### **É possível comparar a situação atual com os primeiros anos do século 20 que antecederam a Primeira Guerra Mundial?**

Há contornos parecidos inquietantes: colapso econômico, mudanças radicais no sistema político, escalada bélica, grande desemprego. Como disse Antonio Gramsci (1891-1937) naqueles anos, ao pessimismo do intelecto se deve opor o otimismo da vontade. Insisto: devemos ver essas condições como desafios para evitar a paralisia.



O líder do Podemos, Pablo Iglesias, em entrevista sobre as eleições de dezembro

**Na América Latina, que o sr. conhece bem, a esquerda sofreu derrotas na Argentina e na Venezuela. Como o sr. explica esses reveses? Onde a esquerda errou? Há avanço da direita no continente? O que deve ser feito?**

Como resumiu Boaventura de Sousa Santos: reformas constitucionais reais e mudança na hegemonia. Esclareço com dois pontos. Primeiro: a América Latina tem cometido o mesmo erro que a esquerda europeia –tirou a maioria da pobreza, mas não a converteu em cidadãos comprometidos, senão em proprietários e consumidores que acabaram voltando a votar em seus carrascos.

Segundo: a conivência com as velhas formas invariavelmente tem levado ao problema da corrupção às novas formações políticas. A vacina da participação popular não foi implementada. E isso dá à direita revanchista chance de tentar legitimar a sua ideia de que o poder lhe pertence por nascimento.

**O Brasil vive uma crise política e uma recessão econômica. Qual sua avaliação do país e o que deveria ser feito?**

Não sou eu quem vai dizer o que o governo de Dilma Rousseff deve fazer. Mas é terrível pensar que depois de uma década seja possível regressar ao passado sem nenhum conflito. Confio que a politização evite essa regressão. Estamos vendo que na Argentina a metade do país não vai permitir que

[Mauricio] Macri acabe com os avanços sociais dos últimos anos. Alguns, especialmente os EUA, não teriam problema em converter a América Latina em uma guerra civil permanente, como na Líbia, na Síria ou no Iraque. Confio que os governantes da esquerda estejam conscientes desse risco.

**Petróleo e China estão no centro das atenções mundiais. Como o sr. analisa essas situações?**

A geopolítica está golpeando a economia. A morte de [Hugo] Chávez e o assassinato de [Muammar] Gadafi foram também a morte da Opep. A Arábia Saudita se aproveita disso para debilitar o Irã e arruinar as empresas de fracking [de exploração de xisto]. Mas isso está afetando a economia mundial. A demanda menor da China termina por fazer o resto. Enquanto isso, recente informe da Oxfam afirma que 62 pessoas têm tanto dinheiro como 3,6 bilhões de seres humanos. As desigualdades são um fator terrível de desestabilização econômica.

E enquanto meia centena de pessoas tiver tanto dinheiro quanto metade da humanidade não haverá solução para os problemas do mundo.

O terrorismo financeiro, apesar de vestir terno e gravata, é tão perigoso quanto foi o nazismo nos anos 30 do século passado.

Divulgação : - [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)

ANEXOS

## O populismo e o neopopulismo na América Latina – o seu legado nos partidos e na cultura política

07 **sábado** abr 2012

Posted by [América Latina e Política Comparada](#) in [Leituras](#)

≈ [Deixe um comentário](#)

### Tags

[América Latina](#), [Populismo](#)

Um artigo do professor Marcello Baquero, da UFRGS, publicado na revista “Sociedade e Cultura”, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, é mais uma tentativa de contribuir ao debate sobre o populismo na América Latina.

O resumo é: “Nas democracias latino-americanas estão emergindo fenômenos que se supunham ter desaparecido em virtude do surgimento das chamadas sociedades pós-modernas. Um desses elementos é o neopopulismo, sobre o qual continuam a existir divergências a respeito de sua conceitualização e impacto no processo democrático. Este artigo tem como objetivo analisar o neopopulismo, avaliando sua origem e evolução, o impacto nos partidos políticos e o tipo de cultura política que se constitui quando essa práxis política está presente. O estudo, de caráter descritivo-empírico, utiliza dados de pesquisa tipo survey realizada em 2005, em três capitais latino-americanas, com amostras probabilísticas. Os resultados apontam para a presença de predisposições favoráveis dos cidadãos às figuras politicamente populares em detrimento das instituições. Sugerem-se, como conclusão, alguns dispositivos que poderiam se constituir em caminhos alternativos para fortalecer uma cultura política participativa e fiscalizadora dos gestores públicos, valorizando as instâncias de mediação política convencional”.

O link para o artigo é:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/13421/8660>

# [A via democrática na América Latina: interpretações e proposições a partir do reformismo democrático](#)

24 **sexta-feira** fev 2012

Posted by [América Latina e Política Comparada](#) in [Leituras](#)

≈ [Deixe um comentário](#)

## Tags

[América Latina](#), [Democracia](#)

A página da UNESP apresenta uma entrevista com o historiador **Alberto Aggio**, professor no campus de Franca, especialista em história latino-americana e que esteve recentemente na Itália, a convite do Partido Democrático da Itália, e na Espanha, no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, para debater, entre outros temas, a questão democrática na América Latina e no Brasil. Na mesma página, se pode acessar o artigo “*Um lugar no mundo pela via da democracia*” que serviu como referência para a conferência na Espanha.

A entrevista e o artigo interessam ao estudioso da política latino-americana por trazer uma análise em perspectiva histórica, buscando identificar tendências no processo político latino-americano das últimas cinco décadas. Por privilegiar a relação entre política e história, o artigo pode ser percebido como um contraponto às abundantes abordagens institucionalistas desenvolvidas nas universidades brasileiras sob o ângulo da Sociologia Política e da Ciência Política.

A preocupação de Aggio está em identificar o momento preciso em que a democracia passa a se situar como o eixo das interpretações sobre a “vocação histórica” da região latino-americana e da prática política nas relações entre Estado e sociedade civil. Para o autor, isso ocorreu na conjuntura pós-1970, quando os atores políticos situados tanto à esquerda quanto à direita iniciam sua conversão à centralidade democrática: “Do fato e da sedução pela revolução, tão poderosa nas décadas de 1960 e 1970, passou-se à tematização da democracia, em suas diversas dimensões, ainda que no início ela fosse percebida mais como uma esperança difusa do que como uma realidade política complexa. A partir dessa clivagem, pela primeira vez na história do continente, a democracia ganha centralidade, superando o tratamento instrumental que lhe foi historicamente dedicado tanto à direita quanto à esquerda.”

Para Aggio, esse processo rumo à democracia se mantém incompleto, posto que permanece na modernidade latino-americana “a fratura entre democracia política e democracia social”, algo a ser superado pela práxis política.

Ao diagnosticar esse problema, Aggio não deixa de explicitar também qual seria o ator político ideal a superar os desafios colocados ao aprofundamento da democracia na

América Latina, ou seja, “uma esquerda com vocação de governo, identificada como democrática, moderna e reformista”. Percebe-se na análise e na proposição política de Aggio uma continuidade da corrente política oriunda do PCB na transição dos anos 70 para os 80, que foi simplificada designada à época como “eurocomunista” e que, calcada em uma leitura particular de Gramsci e influenciada pela política do Partido Comunista Italiano na década de 70, assumiu o reformismo democrático como sua linha de interpretação e proposição política para o Brasil e a América Latina.

A entrevista pode ser acessada em: <http://unesp.br/noticia.php?artigo=8076>.

E o artigo em: <http://www.unesp.br//noticia.php?artigo=8064>.

## **Variantes do personalismo político na América hispânica: caudilhismo, bolivarianismo e populismo**

17 **sexta-feira** fev 2012

Posted by [América Latina e Política Comparada](#) in [Artigos](#)

≈ [Deixe um comentário](#)

### **Tags**

[Bolivarianismo](#), [Caudilhismo](#), [Populismo](#)

Com certo atraso, foi lançado o número 18 do Brazilian Journal of Latin American Studies – Cadernos Prolam/USP (<http://www.ltreitoria.com.br/catalog/product/view/id/2284/s/cadernos-prolam-usp-n-18/category/53/>). Em breve, essa edição deve estar disponível gratuitamente em <http://www.usp.br/prolam/cadernos.htm>.

O exemplar contém um dossiê sobre o pensamento político e econômico latino-americano. A contribuição do professor Francisco Mata Machado Tavares, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina e Política Comparada, é o artigo “Três variantes do personalismo na política da América hispânica: o caudilhismo, o bolivarianismo e o populismo como expressões de afirmação regional”.

Nesse trabalho, sob um prisma teórico-político, o que se busca é identificar as semelhanças e peculiaridades entre o caudilhismo, o bolivarianismo e o populismo na América hispânica, com a hipótese de que essas três variantes da legitimação carismática do poder encerram uma paradoxal lógica de aparente afirmação da autonomia sub-continental em relação às potências colonizadoras ou imperialistas, associada a uma negativa de autonomia política às suas classes subalternas.

## [José Martí: um clássico do pensamento social e uma liderança política](#)

14 **sexta-feira** set 2012

Posted by [América Latina e Política Comparada](#) in [Leituras](#)

≈ [Deixe um comentário](#)

### Tags

[América Latina](#), [Cuba](#), [Pensamento social](#)

José Martí não é só uma figura relevante nas artes, na história política e no pensamento latino-americanos. Trata-se de um líder revolucionário, poeta, ensaísta e teórico cujo significado se comunica com toda a humanidade e o permite equiparar-se às principais referências do pensamento ocidental. Martí anteviu o imperialismo, posteriormente diagnosticado por Lênin. Em polêmicas com um líder independentista cubano, sustentou, chegando a se isolar politicamente por certo tempo, a primazia da liderança política sobre a militar, de modo a se evitar o fenômeno do caudilhismo. O que disse Martí, então minoritário ou até isolado, hoje se poderia dizer a um Hugo Chávez: “Um povo não se funda, general, pelos métodos com que se manda em um acampamento”. A iminência do capitalismo monopolista também fora antevista por Martí. A defesa de que há uma só humanidade, para além de raças e discriminações congêneres, bem como de que o conflito social entre trabalhadores e proprietários tenderia a definir as lutas dos tempos vindouros, pautou, com caráter quase profético, os escritos do pensador. Martí sabia que, assim como a independência de Cuba perante a Espanha, era tarefa fundamental conter a expansão imperialista estadunidense. Nesse sentido, influenciou a primeira fase dos revolucionários cubanos, para quem a ruptura com o domínio dos EUA intermediado pelo ditador Fulgencio Batista não poderia significar uma nova subjugação, desta vez pela burocracia soviética. Abaixo, se oferece um resumo breve da vida e da obra de um pensador tão relevante e, paradoxalmente, tão esquecido:

. Martí exerceu considerável influência sobre a revolução cubana e, igualmente, sobre os documentos políticos e normativos conformadores do Estado advindo desse processo de ruptura política.

. Seu pensamento se define por patente e impressionante extemporaneidade, o que se evidencia no fato de permanecer atual um século após sua morte.

. Martí nasceu em 1853, quando coexistiam pensamentos críticos à condição da colônia cubana, como o de Delmonte que, em Madri, preconizava que os problemas de Cuba não seriam sanados por meio de uma separação da Espanha, mas mediante reformas que atribuíssem autonomia à ilha e integração mais equânime com o colonizador europeu; e o de Félix Varela, um presbítero que, na Flórida, defendia a independência da ilha. A tese independentista, aliás, teve como adepto pioneiro Antonio Aponte, um artesão negro executado em 1812. Em suma, integravam o ambiente de crítica à

Espanha, à época em que nasceu Martí, as seguintes teses: a) independência (Varela); b) reformas, sem independência (Delmonte); e c) anexação aos EUA (sustentada pelo venezuelano Narciso López).

. Filho de espanhóis humildes que migraram para Cuba, umas das últimas colônias da Espanha, Martí teve como principal influência Rafael Maria Mendive, um professor, poeta e diretor de escola, cujo papel em relação à formação do pensador se definiu como o de um preceptor. Um dado impressionante sobre o talento intelectual precoce de Martí é o fato de que, aos 13 anos, já havia traduzido Byron e começado a fazer o mesmo com Hamlet.

. Ainda aos 15 anos, ele aderiu à chamada “Revolução de Yara”, um movimento independentista em 1868. Martí escreveu poemas e ajudou a editar revistas independentistas. À época, Mendive teve seu colégio fechado e foi preso e deportado.

. Martí também foi preso em 1870 por ter redigido uma carta em apoio à independência de Cuba e seguiu para a Espanha no ano seguinte.

. Entre 1871 e 1874, ele estudou Direito, Filosofia e Letras na Espanha. De lá, seguiu para França, México e EUA. Em 1878, durante uma trégua da guerra dos dez anos, Martí tentou voltar definitivamente a Cuba, mas foi deportado para a Espanha em 1879.

. O pensador, então, se fixou em Nova York a partir de 1881. Lá, teve contato com outros independentistas e se revelou peculiarmente radical e ansioso em relação aos seus pares, manifestando, assim, um desejo de pronta retomada dos combates.

. Em 1884, Martí rompeu com generais insurgentes, em especial Gómez, ao sustentar que a liderança política deveria prevalecer. O pensador anteviu nos rumos militaristas da luta pela independência cubana um risco de surgimento do caudilhismo que observava em outras repúblicas latino-americanas.

. Em decorrência das suas divergências com a linha militarista preponderante entre os insurgentes cubanos, Martí se submeteu, por tempo considerável, ao isolamento, assim entendido como distanciamento em relação a tarefas concretas do movimento insurrecional. Nesse período, ele se prestou a escrever em demasia, sobretudo em jornais.

. Martí se tornou o escritor mais lido e admirado em Cuba e foi considerado um autor de estilo explosivo, somente comparável ao de Vitor Hugo.

. Ainda em 1889, o pensador anteviu os desígnios colonialistas dos EUA e temia que, ao atuarem como mediadores de um possível conflito entre Cuba e Espanha, poderiam se valer dessa posição para impor seu próprio domínio sobre a ilha.

. Martí ocupou inúmeras posições consulares e chegou a ser representante do Uruguai na primeira conferência monetária internacional, convocada pelos EUA com o objetivo de se instituir uma união monetária entre os países da América.

. O pensador abandonou todas as suas posições profissionais em 1891 e se engajou integralmente na luta pela independência de Cuba. Ele redigiu as “Bases do Partido Revolucionário Cubano” em 1892, o qual é proclamado em abril daquele ano. Posteriormente, reconciliou-se com o general Gómez e concentrou seus esforços na obtenção de fundos e adesões para a guerra de independência.

. Em um momento em que se acreditava na inevitabilidade da independência cubana, os insurgentes perderam armas importantes na Flórida durante o ano de 1895, o que ocorreu por causa de uma traição interna e da sabotagem praticada pelos EUA. Para este país, uma rápida vitória da independência cubana obstaría os planos de mediação do conflito com a Espanha, seguida de influência imperial sobre a ilha.

. Um importante documento independentista foi lançado por Gómez e Martí em 1895, o “Manifesto de Montecristi”.

. As divergências entre militares e civis no comando da luta por independência não tardaram a ressurgir. Nesse caso, porém, o general Gómez ficou ao lado do pensador.

. Aos olhos ocidentais, Martí seria inclassificável, já que sua trajetória não se subsume aos cortes e classificações funcionais e temáticos tão caros à modernidade ocidental. Ele, com efeito, não é um egresso do capitalismo industrial e sua correspondente divisão funcional. Assim, se pode entender como se dedicou, concomitantemente, a múltiplas práticas, como a poesia, a luta armada, a teoria e a literatura infantil, entre outras.

. Seu pensamento expressa, reiteradamente, uma reação ao eurocentrismo e à clivagem entre civilização e barbárie. Martí, em claro diálogo com Sarmiento, afirma que “não há conflito entre civilização e barbárie e, sim, entre a falsa erudição e a natureza”.

. Pouco antes de morrer, o pensador enfatizou em cartas a dupla tarefa a que se propusera: a emancipação de Cuba da Espanha, mas, igualmente, a obstrução de um avanço imperialista dos EUA sobre a ilha. Para Martí, Cuba deveria ser uma trincheira a impedir que a influência imperialista dos EUA seguisse caminho pela América Latina.

. O pensador morreu em combate, atacado por forças espanholas em 1895.

Por Francisco Mata Machado Tavares

México

## [Entre as urnas e as ruas: protestos e crise de legitimidade no México \(uma opinião\)](#)

12 **quinta-feira** jul 2012

Posted by [América Latina e Política Comparada](#) in [Conjuntura](#)

≈ [Deixe um comentário](#)

### Tags

[2012](#), [Eleições](#), [México](#)

De Pancho Villa ao Comandante Marcos, dos professores de Oaxaca aos Guerrilheiros de Chiapas, do estudantes urbanos de nossos dias às personagens do conto “Os Fuzis”, de J. London, a política mexicana sempre ostentou, emblemática e dramaticamente, os limites de instituições ocidentais, representativas, liberais, como mecanismos não raramente escamoteadores de uma sujeição colonial dos países latino-americanos.

O contexto atual não é diferente. Entre as instituições supostamente estáveis, as urnas e o modo como o sufrágio opera, de um lado; e os massivos protestos de rua e questionamentos sobre a idoneidade do processo eleitoral, por outro lado; tem-se um país em que a concentração de riquezas, a extrema dependência econômica em relação aos EUA e o distanciamento entre a normatividade institucional e as desigualdades no plano fático conduzem a impasses cada vez mais sérios e à remota perspectiva de solução para os conflitos entre elites e classes subalternas nos estreitos marcos do constitucionalismo nominal, legado colonial.

Os protestos contra o resultado das eleições, que agitam o país nestes dias, são mais do que uma irrisignação de Obrador e seus correlegionários em função de uma derrota em um jogo com regras claras ou justas. São, opostamente, signos do violento curso do rio da história a romper as represas de um arranjo liberal-democrático insuficiente para as necessidades da maioria dos habitantes.

No país em que a industrialização não agrega valor aos produtos (como ocorre com as empresas Maquilladoras), em que a democracia do PRI não implica alternância de poder e em que a independência política se dissolve na dependência econômica decorrente do NAFTA, o paradoxo só poderia mesmo se sintetizar e se resolver com a democracia e a liberdade se expressando como uma recusa aos resultados eleitorais e uma insurgência não institucional a partir das ruas.

Por Francisco Mata Machado Tavares

Confiram a notícia: <http://oglobo.globo.com/mundo/mexico-milhares-de-pessoas-protestam-contra-resultado-de-eleicoes-5422005>

## [Cúpula das Américas termina sem acordo e declaração final](#)

15 **domingo** abr 2012

Posted by [América Latina e Política Comparada](#) in [Conjuntura](#)

≈ [Deixe um comentário](#)

### Tags

[Cúpula das Américas](#), [Cuba](#)

As discordâncias sobre a inclusão de Cuba no processo de encontros da Cúpula das Américas foram a tônica da sexta edição, realizada nos dias 14 e 15 de abril, em Cartagena, na Colômbia.

Como os Estados Unidos resistem em aceitar a participação da ilha caribenha, não houve a acordo para a divulgação de uma declaração final, que tradicionalmente encerra reuniões do gênero. Além disso, há a disposição de países latino-americanos em, caso não seja resolvida a questão sobre a inclusão de Cuba, não mais realizar encontros da Cúpula das Américas.

Outro ponto de discordância entre países latino-americanos e os Estados Unidos foi a demanda da Argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Como o Canadá e os Estados Unidos se negaram a apoiar a Argentina, a

## **UMA ENTREVISTA COM CARLOS FUENTES: MISÉRIA NA AMÉRICA LATINA AMEAÇA A DEMOCRACIA**

Fonte: O Estado de S.Paulo, 17 de maio de 2012. Por Jamil Chade.

Há pouco mais de um ano, tive a honra de entrevistar Carlos Fuentes, escritor mexicano que faleceu ontem. Lembro-me que houve um desencontro. Seu agente havia estabelecido um horário para mim, mas informado ao escritor que seria duas horas mais tarde. Quando a confusão foi superada, Fuentes mostrou sua elegância ao pedir desculpas por me fazer esperar, algo que a maioria dos entrevistados jamais pediria. Em seu caso, nem precisaria pedir desculpas. Mostrou também elegância ao falar de temas delicados, ao ser questionado sobre seu passado a sua mudança de postura e ainda pediu perdão por não conduzir a entrevista em português. .

Nos anos 60, ele era um dos principais entusiastas da revolução cubana. Ao final de sua vida, Fuentes constatava na entrevista que “os velhinhos” de Havana já estavam “ultrapassados”. Deixou claro que tanto Fidel Castro como Raul Castro estão com seus dias contados, mesmo que tentem se agarrar ao poder. “Cuba já sta vivendo uma transição”, declarou. “A incógnita, porém, e quem será a nova liderança, já que qualquer sinal de contestação e liquidada e fuzilada”, disse.

Fuentes, porém, se mostrava mais preocupado com outro fenômeno na América Latina: as ameaças que a pobreza representa para a democracia. Seu país, o México, vive um conflito com mais de 20 mil mortos por ano. Parte dessa guerra envolve o tráfico de seres humanos e imigrantes que tentam todos os dias abandonar a região. “Se governos não entenderem que precisam lidar com a miséria e porque essas pessoas estão tentando sair de seus países , a democracia estará ameaçada”, alertou.

Considerado como um dos principais escritos latino-americanos, Fuentes nasceu em 1928 na Cidade do Panamá, filho de um diplomata mexicano. Viveu em sua infância em Washington, Buenos Aires e Santiago. Nos anos 70, o escritor foi enviado como embaixador do México em Paris. No final de sa vida, misturava um discurso de acadêmico, escritor e político. Não por acaso, foi apontado pela ONU como uma das figuras no mundo que poderia ajudar a restabelecer o dialogo entre civilizações e ajudar a diferentes comunidades a se entender.

Hoje, essa tarefa de construir pontes entre as diferentes culturas perde um pilar importante.

Eis os principais trechos da entrevista:

*P – O sr. foi apontado pela ONU em 2010 como uma das pontes para possibilitar um dialogo entre civilizações. Como o sr. avalia esse desafio diante de uma tensão que parece ser cada vez maior entre comunidades extremistas, seja do*

*lado cristão, judaico e muçulmano.*

*R – O dialogo entre civilizações precisa ocorrer. Mas não são as civilizações que dialogam. Quem precisa facilitar isso são os estados e governos precisam tomar a responsabilidade de lidar com esse desafio. O caso da decisão de um padre americano de queimar o corão é emblemática e fico feliz pela reação que houve de lideres políticos de todo o mundo condenando a atitude, de varias regiões do mundo. Queimar livros sagrados e algo inaceitável, pois eles são sagrados para alguém. Portanto, precisamos respeitar. Queimar livros sagrados é um injuria a inteligência humana e aos direitos humanos.*

*P – Mas vemos também uma tensão cada vez maior entre esses mesmos estados, quando o tema é o fluxo de imigrantes. Na França, o governo se vê envolvido em uma polemica em torno dos ciganos, além de um maior número de barreiras, ações de deportação e políticas xenófobas. Como se explica essa onda?*

*R – É verdade que o cenário não e bom. Mas o problema dos ciganos e algo inventado pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy. É um absurdo, pois eles voltarão, são europeus e tem todo o direito de voltar a cruzar a fronteira. É um absurdo e uma forma de distrair o eleitorado, como são as maiorias das medidas anti-imigração hoje.*

*P – Do ponto de vista latino-americano, qual é sua sugestão sobre como lidar com esse fenômeno da emigração, que também afeta o México como um local de passagem de muitos em direção aos Estados Unidos?*

*R – Na América Latina, houve um êxito importante da democracia. Mas de uma democracia política, de liberdade de imprensa. Essa democracia não aborda o fato que metade da America Latina vive na pobreza ainda. Portanto, esse democracia esta ameaçada. A democracia estará em perigo na América Latina enquanto a pobreza não for lidada. Precisamos de políticas para resgatar pobres da situação que vivem. Há poucos tempo, vimos o assassinato de mais de 70 imigrantes na fronteira do México com os Estados Unidos, entre eles um brasileiro. O que precisamos é nos perguntar porque essas pessoas arriscam suas vidas e pagam muito dinheiro para serem levados para fora de seus países. Se eles estão saindo é porque não existe trabalho ou perspectivas. Se governos não entenderem que precisam lidar com a miséria e porque essas pessoas estão tentando sair de seus países , a democracia estará ameaçada.*

*R – O Sr. acredita que o Brasil também sofre essa ameaça? Na Europa, a agência de fronteira do bloco indicou que os brasileiros são os mais barrados nas fronteiras européias.*

*P – Há uma continuidade de bons governos no Brasil. Não houve ruptura entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se do mesmo sistema político e que vem avançando. Mas agora precisam focar suas atenções nos motivos que levam esse brasileiros a tentar uma vida melhor no exterior. A situação de origem do brasileiro morto na fronteira do México precisa*

*ser resolvida. É para pessoas como ele que precisamos governar a partir de agora.*

*P – Falando em democracia, o sr. acredita que o regime cubano esta preparado para enfrentar uma transição?*

*R – Os velinhos la tem a mesma idade minha. É uma geração que já passou. Ela esta ultrapassada. Cuba esta em transição. Ela já começou. A liderança esta desaparecendo e vamos ver uma nova geração. Eu diria que Cuba já esta vivendo uma transição.*

*P – Mas onde estão os novos lideres?*

*R – A incógnita, de fato, é sobre quem formara a nova liderança, já que qualquer sinal de contestação e liquidada e fuzilada. Por isso, esta nova liderança não se manifesta. O sistema ainda e muito rígido. Pelo menos, desta vez, o governo americano parece estar tomando as decisões certas. O presidente Barack Obama esta sendo inteligente com Cuba e permitindo o dialogo. Mas a transição e inevitável, por mais que alguns não queiram acreditar.*

## AMERICA LATINA



WIKI

## América Latina

Origem: Wikipédia e outros

## América Latina

---



---

---

### Área

|              |   |
|--------------|---|
| - Total      | 21 069 501 km <sup>2</sup> <a href="#">km<sup>2</sup></a> |
| - Maior país | <a href="#">Brasil</a> (8 514 876,599 km <sup>2</sup> )   |
| - Menor país | <a href="#">El Salvador</a> (21.041 km <sup>2</sup> )     |

### **Extremos de elevação**

|                   |  |
|-------------------|--|
| - Ponto mais alto | <a href="#">Aconcágua</a> , Arg. C .Andes<br>6 962 |
|-------------------|--|

### População

**Brasil : 190 milhões**

|         |  |
|---------|--|
| - Total | 569 milhões <a href="#">habitantes</a> |
|---------|--|

### Idiomas

[Espanhol](#), [português](#),  
[francês](#), [quíchua](#),  
[aimará](#), [náuatle](#),  
[Línguas maias](#), [guarani](#),  
[Crioulo haitiano](#),  
[papiamento](#).

## **I – O QUE É AMÉRICA LATINA?**

Convém observar que a [ONU](#) reconhece a existência de dois continentes: América do Sul, e América do Norte, sendo que esta última se subdivide em [Caribe](#), América Central e América do Norte propriamente dita, englobando México, Estados Unidos e Canadá, além das ilhas de [Saint Pierre et Miquelon](#), [Bermudas](#) e a [Groenlândia](#).<sup>[15]</sup>

Não existe um Protocolo institucional ou legal definindo o que é América Latina e quais os países que a compõem. Assim sendo, às vezes aparecem como integrando América Latina 20 países, outras um número maior. Uma coisa, porém, é certa: Estados Unidos e Canadá não fazem parte da América Latina. Jamaica e Trinidad Tobago, anglofônicos, além de Guiana, Suriname e Beliza, germânicos, dificilmente. De uma maneira geral, portanto, pode-se dizer que a América do Norte é a parte industrializada, rica e desenvolvida do Novo Mundo; a América Latina, seu contraponto subdesenvolvido:

*Marcada assim por tantas diferenças entre os países que a compõem, percebemos que a expressão "América Latina" acaba por objetivar contextualizar, no continente americano, a parte subdesenvolvida da parte rica e industrializada que para salientar uma noção de unidade.<sup>[276]</sup>*

Em todo caso, eis uma relação ampliada dos 33 países americanos, fora Estados Unidos e Canada:

1 Antígua e Barbuda

2 Argentina

3 Bahamas

4 Barbados

5 Belize

6 Bolívia

7 Brasil

8 Chile

9 Colômbia

10 Costa Rica

11 Cuba

12 Dominica

13 El Salvador

14 Equador

15 Granada

16 Guatemala

17 Guiana

18 Haiti

19 Honduras

20 Jamaica

- 21 México
- 22 Nicarágua
- 23 Panamá
- 24 Paraguai
- 25 Peru
- 26 República Dominicana
- 27 Santa Lúcia
- 28 São Cristóvão e Névis
- 29 São Vicente e Granadinas
- 30 Suriname
- 31 Trinidad e Tobago
- 32 Uruguai
- 33 Venezuela

A América Latina tem uma área aproximada de 21 069 501 km<sup>2</sup>, cerca de 3,9% da superfície da Terra, ou cerca de 14,1% da sua superfície terrestre.<sup>[3]</sup> Em 2008, a sua população, pouco superior à da União Europeia, estava estimada em mais de 569 milhões de habitantes.<sup>[3]</sup>

O Brasil destaca-se como o maior país da A.Latina, tanto geografica, como populacional e economicamente, sendo hoje o sexto maior PIB do mundo.

A América Latina aqui considerada compreende a quase totalidade da América do Sul e [Central Continental](#), as exceções são os países sul-americanos [Guiana](#) e [Suriname](#) e o centro-americano [Belize](#), que são países de [línguas germânicas](#). Também engloba alguns países da [América Central Insular](#) (países compostos de [ilhas](#) e [arquipélagos](#) banhados pelo [Mar do Caribe](#)) como [Cuba](#), [Haiti](#) e [República Dominicana](#). Da [América do Norte](#), apenas o [México](#) é considerado como parte da América Latina.<sup>[4]</sup>

Às vezes, particularmente nos [Estados Unidos](#), o termo *América Latina* é utilizado para se referir a todos os americanos ao sul dos EUA, incluindo

também países como Jamaica, Barbados, Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname onde o idioma não-românico prevalece.<sup>[15]</sup>

A América Latina propriamente “latina” englobaria, pois, apenas 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.<sup>[9]</sup> Ainda na América Latina existem mais 11 territórios que não são independentes, portanto não podem ser **considerados países, mas, ainda assim, latinos.**<sup>[9]</sup>

A situação mais conhecida destas regiões dependentes de Grandes Potências é a das Ilhas Malvinas, no Atlântico, disputada **pela Argentina, que já chegou, inclusive, à Guerra com Inglaterra, pela posse da Ilha.**

Além desses remanescentes coloniais latinos há também, como as Malvinas, inglesas, as ilhas de Antilhas Neerlandesas e Aruba, holandesas.

A expressão América Latina foi utilizado pela primeira vez em 1856 pelo filósofo chileno Francisco Bilbao<sup>[10]</sup> e, no mesmo ano, pelo escritor colombiano José María Torres Caicedo;<sup>[11]</sup> e aproveitada pelo imperador francês Napoleão III durante sua invasão francesa no México como forma de incluir a França — e excluir os anglo-saxões — entre os países com influência na América, citando também a Indochina como área de expansão da França na segunda metade do século XIX.<sup>[12]</sup> Deve-se também observar que na mesma época foi criado o conceito de Europa Latina, que englobaria as regiões de predomínio de línguas românicas.<sup>[13]</sup> Pesquisas sobre a expressão conduzem a Michel Chevalier, que mencionou o termo América Latina em 1836, durante missão diplomática feita aos Estados Unidos e ao México.<sup>[14]</sup>

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a criação da CEPAL, órgão das NAÇÕES UNIDAS para a América Latina, consolidou o uso da expressão como sinônimo dos países menos desenvolvidos dos continentes americanos, e tem, em consequência, um significado mais próximo da economia e dos assuntos sociais.<sup>[15]</sup>

## **II - OS PRIMEIROS HABITANTES DA AMÉRICA LATINA**

Os primeiros habitantes, PASMEN! , da América Latina são orientais. Eles chegaram, provavelmente, às Américas vindos da Ásia, mais de 20 mil anos antes que Cristóvão Colombo, ali chegasse a 12 de outubro de 1492..<sup>[17]</sup> Estes povos primitivos podem ter ido para a América, da Ásia, atravessando uma ponte de terra, conhecida como beríngia durante a era glacial, ou atravessando de barco o Estreito de Bering, ou, ainda, passando de ilha em ilha, nas Aleutas.<sup>[18]</sup> Tomando a direção do sul, foram, gradualmente, se espalhando pelas Américas.<sup>[18]</sup>



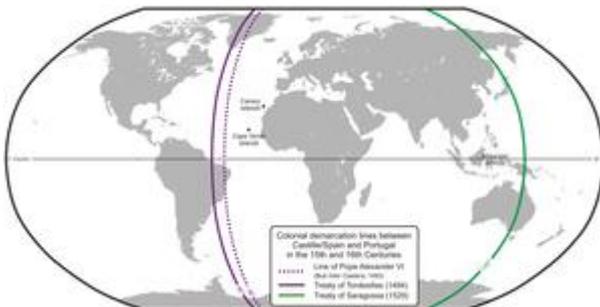
Os índios latino-americanos, que chamaremos de ameríndios, fundaram civilizações extremamente avançadas muito antes que os europeus chegassem a essa região.

A **cultura maia** foi a primeira **civilização** altamente desenvolvida do **hemisfério ocidental**.<sup>[22]</sup> Começou na **América Central** centenas de anos antes do nascimento do **Cristo**.<sup>[23]</sup> Em torno do ano **600 a.C.**, os **maias** haviam criado um **calendário** e um sistema de **escrita** por **desenhos**.<sup>[24]</sup> Criaram, também, estilos de **arquitetura**, **escultura** e trabalhos em metal.<sup>[25]</sup> Possuíam um governo bem organizado<sup>[26]</sup> e grande conhecimento de **astronomia**<sup>[27]</sup> e **agricultura**.<sup>[28]</sup>



### III - COMO TUDO COMEÇOU

A Espanha e Portugal, à época das Grandes Navegações, entre os séculos XV e XVI, reivindicaram para si a maior parte da América Latina,<sup>[30]</sup> logo depois que **Cristóvão Colombo** chegou à América, em 1492.<sup>[31]</sup> Muitas vezes os dois países queriam as mesmas terras.<sup>[30]</sup> Para resolver esses conflitos, o **Papa Alexandre VI (1430?-1503)** – que detinha grande Poder na época - traçou uma linha de demarcação, em **1493**.<sup>[32]</sup> Esta linha imaginária, que corria no sentido norte-sul, passava cerca de 400 km a oeste das ilhas dos **Açores** e de Cabo Verde, no Atlântico.<sup>[33]</sup> Os **espanhóis** e os **portugueses** haviam explorado apenas uma pequena parte do **hemisfério ocidental**.<sup>[34]</sup> Concordaram que a **Espanha** teria direito a todas as terras que viesse a descobrir a oeste desta linha e **Portugal** todas as **terras** a leste.<sup>[35]</sup> O acordo referia-se apenas a terras que não estivessem em mãos de governantes cristão.<sup>[34]</sup>





[Meridiano de Tordesilhas](#) (rosa) demarcando os territórios a explorar por Portugal e Espanha e o seu [antimeridiano](#) (verde)

Mas os [portugueses](#) ficaram descontentes com a linha porque acreditavam que dava à [Espanha](#) uma grande extensão territorial.<sup>[34]</sup> Em [1494](#), [Portugal](#) e [Espanha](#) assinaram o [Tratado de Tordesilhas](#),<sup>[36]</sup> que deslocava a linha cerca de 1.500 km para oeste.<sup>[36]</sup> A [Portugal](#) coube o setor oriental do continente, que, atualmente, representa grande parte do [Brasil](#).<sup>[36]</sup> O território espanhol ficava a [oeste](#), estendendo-se do [México](#) até o extremo [sul](#) da [América do Sul](#).<sup>[36]</sup>

Mais tarde, ainda no sec. XVI a França também se lança à aventura colonial, ocupando, inclusive algumas áreas do Brasil, no Rio de Janeiro, ao sudeste, e no Maranhão, ao Norte, daí advindo também sua ocupação em áreas do Caribe, e a Guiana Francesa, ao Norte do Brasil. Em seguida Holanda e Inglaterra também se lançam à conquista de colônias e ocupam partes do Novo Continente. A ocupação do Norte da América, porém, só daria no século XVII.

#### **IV Caráter da Colonização das Américas**

**É muito comum os ocidentais acharem que todos os orientais são iguais. Nós, aqui no Oriente, também tendemos a pensar que os ocidentais são iguais e raros são os que percebem as grandes diferenças entre os “americanos do norte”, de colonização majoritariamente inglesa, e os “sul-americanos”, aos quais associamos a ideia de América Latina, ao sul do continente. Na América abaixo do Rio Grande, que divide Estados Unidos do México, há ainda muitas diferenças, inclusive enclaves de formação cultural anglo-saxã como Trinidad Tobago, no Caribe, ou as antigas Guianas Inglesa e Holandesa, hoje independentes. Há regiões majoritariamente indígenas, como Bolívia. E áreas de população totalmente africana, como o Haiti, em consequência da transmigração de milhões de trabalhadores negros para o seu território.** 

É muito importante distinguir, primeiro Estados Unidos do resto da América. Eles diferem em quase tudo.

- Primeiro, a geografia: Os Estados Unidos e sua projeção natural, que é o Canadá, estão no Hemisfério Norte, submetidos a um clima de temperado a frio, enquanto ao sul estende-se um continente eminentemente cálido, com grande concentração na linha tropical.
- Outra diferença importante é a população originária. Embora todo o Novo Continente – América – fosse ocupado por populações ditas indígenas desde épocas remotas, foi abaixo do Rio Grande que se desenvolveram grandes civilizações antes da chegada dos colonizadores europeus, com uma grande densidade demográfica que, apesar da CONQUISTA ainda perdura com seus traços étnicos e culturais.

Os primeiros habitantes chegaram provavelmente às Américas vindos da Ásia, mais de 20 mil anos antes de que Cristóvão Colombo, ali chegasse a 12 de outubro de 1492..<sup>[17]</sup> Estes povos primitivos podem ter vindo para a América, da Ásia, atravessando uma ponte de terra, conhecida como beríngia durante a era glacial, ou atravessando de barco o Estreito de Bering, ou, ainda, passando de ilha em ilha, nas Aleutas.<sup>[18]</sup> Tomando a direção do sul, foram, gradualmente, se espalhando pelas Américas.<sup>[18]</sup>



☞ Quando os espanhóis invadiram a América Latina, no século XVI, floresciam três grandes civilizações ameríndias, com uma população superior a dez milhões de pessoas, muitas delas vivendo em cidades de até 100 mil habitantes:

maia, na América Central (que sofria a influência da tolteca, do México, desde o século X d.C.);

asteca, no México,

inca, no Equador, no Peru e na Bolívia.<sup>[29]</sup>

Estas civilizações influenciaram grandemente o desenvolvimento posterior da América Latina.<sup>[20]</sup> O ouro e a prata existentes em suas minas levaram os invasores espanhóis a conquistar os índios o mais rápido possível, provocando uma dizimação da população, que não obstante, resistiu, mesclando sua antiga cultura com os novos elementos impostos pelo colonizador. Mas precisamente onde vicejaram as culturas maia – México e A. Central - Asteca – México e inca – Equador, Peru e Bolívia, a população contemporânea ainda é marcadamente indígena. Isto, aliás, é o que explica a popularidade de um (falso) líder como Fujimori, no Peru.

No Brasil, por exemplo, onde teriam se distribuído pela vastíssima hinterlândia continental, algo entre 3 a 5 milhões de índios em 1500, quando chegaram os portugueses, um século e meio depois já estariam reduzidos à metade. Hoje estão praticamente dizimados, vivendo em Reservas Indígenas protegidas pelo Governo ou já aculturados nas cidades.<sup>[20]</sup>

No território hoje ocupado pelos Estados Unidos também havia povos indígenas, mas rarefeitos e sem uma organização central e com vestígios civilizatórios mais fortes. Eles não conseguiram resistir à colonização e foram sumariamente liquidados ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando se constitui

o Governo dos Estados Unidos, que jamais teve qualquer preocupação protecionista frente a eles. Daí porque a sociedade americana seja até os dias de hoje, embora já ameaçada pelo crescimento latino dentro do país, eminentemente branca e de origem anglo-saxônica.

No sentido, pois, da relação entre população ameríndia e colonizadores, os Estados Unidos se distingue muito dos países com forte presença ameríndia e se parece muito com o Brasil e alguns países do extremo Sul da América, como Argentina, Chile e Uruguai, mas difere do Brasil, por dois fatores : (1) forte presença africana no Brasil, que à época da independência do país, em 1822, era de cerca de um terço da população , pouco superior a 3 milhões de habitantes ; (2) grande miscigenação da população brasileira, desde os primórdios da colonização, fartamente estudado pelo grande antropólogo Gilberto Freire.

- Outro aspecto da diferença entre Estados Unidos e América Latina diz respeito aos padrões culturais interpostos pela colonização e que se referem à matriz que já carregava cada um dos blocos colonizadores. Um autor americano , Richard Morse , num livro muito interessante – “O espelho de Próspero”- chamou a atenção para este fato pouco estudado na primeira metade do século XX. Não se trata aqui de reproduzir suas teses, apenas de registrar que as ideias predominantes na Península Ibérica, que marcaram a colonização da América do Sul, tinham raízes renascentistas universalizantes, enquanto a Inglaterra, exatamente por volta do século XVII , quando se consolida como Reino sob Elizabeth I e se lança à destruição da Invencível Armada Espanhola, já se deslocava para o utilitarismo sob influência de novos filósofos e teólogos. Este, aliás, será um século inglês, historicamente ligado ao racionalismo do francês René Descartes mas que desembocou em Bento Espinosa e Gottfried Leibniz, até chegar ao chamado empirismo, inaugurado precisamente na Inglaterra por [Thomas Hobbes](#) (1561–1626), e tendo como seguidores [John Locke](#), [George Berkeley](#) e [David Hume](#). Os primeiros acreditavam que todo o conhecimento só pode ser adquirido pela [razão](#); os outros rejeitaram isto, propondo que todo o conhecimento derivava da experiência. Pode parecer algo secundário, mas de profundas consequências para todo o processo de modernização na Europa e com repercussões nas Américas. Os Estados Unidos – e Canadá – seguiram o curso cultural anglo-saxão, do culto à individualidade expressa pela conquista de direitos civis e livre empresa, enquanto a América Latina perseguirá seu curso histórico sob influência francesa, desembocando num caminho de garantias sociais e construção material da cidadania pelo Estado.
- Finalmente, foi muito diferente o sentido da colonização nos Estados Unidos da que prevaleceu na América Latina. Lá, chegaram colonos ingleses expelidos da Inglaterra pelos conflitos religiosos do século XVII e deram início à um processo de ocupação numa área remota e pouco

povoada que reproduzia seu estilo original de vida. Na América Latina, ao contrário, houve, primeiro um brutal processo de conquista do território, ocupado por população em elevado estágio de civilização. Depois, a montagem de um empreendimento mercantil que visava o saque, pela violência colonial, das riquezas minerais da região. No Brasil, onde não foi visível ao primeiro olhar a disponibilidade de metais preciosos o saqueio iniciou-se pelo corte e exportação de uma madeira especial usada na tinturaria europeia: o pau-brasil. Ele deu origem ao nome do país e ao gentílico depreciativo “brasileiro”, que se referia aos traficantes dessa madeira e que se eternizou com o tempo. Em português o gentílico de Brasil deveria ser *brasilês*, como *japonês*, ou *francês*. Imediatamente, porém, a Coroa Portuguesa entreviu a possibilidade de montar uma grande empresa colonial para a produção de açúcar nas férteis terras do nordeste brasileiro, levando, para trabalhar nas lavouras da cana o negro escravizado da África. Tem início, assim, outro empreendimento de exploração brutal, lusitano, paralelo ao espanhol, embora mais complexo e de maiores projeções sociais no futuro.

De qualquer forma retenha-se esta diferença: Os Estados Unidos foi montado um projeto colonial de povoamento; na América Latina, de exploração colonial.

## V – DIFERENÇAS NA A.LATINA<sup>[271]</sup>

Hoje, depois de meio milênio de exploração, a América Latina diversificou-se muito internamente. É comum fazer-se uma divisão em grandes linhas com base no nível de seu desenvolvimento econômico combinado com qualidade de vida, salientando que não são nem as maiores e mais sofisticadas economias do continente aquelas que melhor condições sociais apresentam, começando por Cuba:

O **Grupo 1** engloba países com graves [problemas econômicos](#), mas sem grandes desníveis sociais. Três deles se localizam na [América Central](#): [Cuba](#), a única [nação socialista](#) do [continente](#); [Panamá](#), em cujo [território](#) foi construído um [canal](#) ligando o [Atlântico](#) ao [Pacífico](#), o que acarretou a interferência [norte-americana](#) na [região](#), já que foram os Estados Unidos que construíram esse [canal](#) e obtiveram o domínio da faixa territorial onde ele se situa; e, finalmente, [Costa Rica](#), que difere de seus vizinhos pelo baixo índice de [analfabetismo](#), baixa taxa de [mortalidade infantil](#) e ampla democracia política.<sup>[271]</sup>

Os outros três países do Grupo 1, localizados na [América do Sul](#), [Argentina](#), [Uruguai](#) e [Chile](#), os mais [meridionais](#) do [continente](#), que formam o chamado [Cone Sul](#). Em comparação com o restante da América Latina, esses países apresentam reduzidas [taxas de analfabetismo](#), elevado percentual de [estudantes universitários](#) e satisfatórias condições de [moradia](#), de [atendimento](#)

[médico-hospitalar](#) e de [alimentação](#), guardando até mesmo muitas semelhanças com [países](#) do [sul](#) da [Europa](#).<sup>[273]</sup>

Com exceção do [Chile](#), a maioria da [população](#) dos [países](#) do Cone Sul, acima indicados é constituída por [brancos](#), com forte participação dos [europeus](#), sobretudo de ascendência [espanhola](#) e [italiana](#), devido à migração que ocorreu a partir do [século XVIII](#). As [cidades rurais](#) e [urbanas](#) apresentam relativo equilíbrio socioeconômico entre si. Em média, mais de 80% da população vive nas [cidades](#), o que facilita o atendimento médico, escolar etc.<sup>[273]</sup>

O **Grupo 2** reúne países com acentuadas diferenças sociais e econômicas entre o [meio rural](#) e o [urbano](#): [México](#), [Brasil](#), [Colômbia](#) e [Venezuela](#). Todos têm grande extensão territorial e revelam sensível disparidade entre o meio urbano — [industrializado](#) e desenvolvido, embora com bolsões de [pobreza](#) — e o meio rural, no qual a maior parte das [terras](#) concentra-se nas mãos de poderosos [latifundiários](#) e a população camponesa geralmente é muito pobre, mal alimentada e quase sempre [analfabeta](#).<sup>[274]</sup>

Por apresentarem essa divisão tão nítida, são chamados países de contrastes. A zona rural, devido à influência das [grandes cidades](#), sofre contínuo esvaziamento, que tem como consequência imediata o excesso de população urbana e a formação de [cortiços](#) e [favelas](#).<sup>[274]</sup>

A [Colômbia](#) tem enfrentado um sério problema: o combate à produção e ao [tráfico de drogas](#), especialmente [cocaína](#). Num [país](#) com tamanhos desníveis socioeconômicos, essa atividade, que movimenta [somam milionárias](#), tem dominado e envolvido grandes parcelas da população.<sup>[274]</sup>

No **Grupo 3** enquadram-se [países pobres](#), de estrutura social e econômica arcaica: na [América do Sul](#), [Ecuador](#), [Peru](#), [Bolívia](#) e [Paraguai](#); na [América Central](#), [El Salvador](#), [Guatemala](#), [Honduras](#), [Nicarágua](#), [Jamaica](#), [Haiti](#) e [República Dominicana](#). Os integrantes desse grupo têm como características [renda per capita](#) geralmente muito baixa, graves problemas de [subnutrição](#), altas [taxas de natalidade](#) e de [mortalidade](#), sobretudo [infantil](#), elevados [índices de analfabetismo](#), desigual distribuição de [terras](#) e, conseqüentemente, de [riqueza](#) e de [poder](#).<sup>[274]</sup>

Os países do **Grupo 4** ou são territorialmente minúsculos, apresentando área total muitas vezes equivalente à de um [município brasileiro](#), ou têm [população absoluta](#) pequena, geralmente inferior a um milhão de [habitantes](#), ou ambas as coisas. Nesse grupo podemos incluir [Guiana](#) e [Suriname](#), na [América do Sul](#); [Belize](#), na [América Central](#); e os seguintes países das [Antilhas](#): [Antígua e Barbuda](#), [Bahamas](#), [Barbados](#), [Dominica](#), [Granada](#), [Santa Lúcia](#), [São Cristóvão e Névis](#), [São Vicente e Granadinas](#) e [Trinidad e Tobago](#).<sup>[275]</sup>

Esses países, devido ao seu tamanho, ocupam uma posição especial entre os [países subdesenvolvidos](#) da América Latina, com problemas de natureza diferente daqueles dos países com grande [área](#) e [população](#). A maior parte deles tornou-se independente nos últimos vinte anos, depois de séculos de colonização europeia. Sua [atividade econômica](#) de maior destaque é o turismo,

a monoexportação de produtos [agrícolas](#) ([banana](#), [cana-de-açúcar](#), etc.) ou a [exportação](#) de algum mineral valioso.<sup>[275]</sup>

## Conclusão

Politicamente, a América Latina não se apresenta uniforme em relação às suas características humanas. Durante muito tempo, a [região](#) caracterizou-se pela instabilidade política. Durante a [década de 1980](#), porém, vários [países](#) passaram por um período de transição democrática e, hoje, há [eleições livres](#) em quase toda a América Latina, embora existam focos de tensão em alguns países onde grupos de tendências políticas opostas lutam pelo poder.<sup>[276]</sup>

Todos os [países latino-americanos](#) caracterizam-se pelo [subdesenvolvimento](#), embora alguns ostentem grande avanço [industrial](#) e [tecnológico](#), controlado majoritariamente pelo capital [transnacional](#), como é o caso do [Brasil](#), [México](#) e [Argentina](#). A maioria, no entanto, possui uma [economia agrícola](#) baseada em técnicas primitivas e numa desigual distribuição de [terras](#), que privilegia sempre os grandes proprietários.<sup>[276]</sup>

Mas as diferenças na América Latina não se referem apenas às características do processo de ocupação original, colonização e desenvolvimento. Há diferenças entre grandes blocos da Região, que são também bastante recorrentes, em várias análises. Vejamos :

[Mapa](#) da América Latina com as [Regiões](#)

Considerando os elementos dos quadros [natural](#), [humano](#) e [econômico](#), é possível distinguir na América Latina várias regiões geográficas, cujos limites nem acompanham as [fronteiras](#) dos [países](#). Entretanto para efeitos [didáticos](#), é importante respeitar essas fronteiras ao dividir a América Latina.<sup>[130]</sup>

## México

A [população mexicana](#) é composta principalmente de [mestiços](#) de [índios](#) com [espanhóis](#), constituindo 70% do total.<sup>[134]</sup> Os 30% restantes são, em sua maioria, [índios](#), ([maias](#), [zapotecas](#), [mixtecas](#), [nahuas](#) e outros).<sup>[134]</sup> Os [brancos](#) de origem [europeia](#) são minoria.<sup>[134]</sup>

A [região metropolitana](#) da [Cidade do México](#) é mais populosa da América Latina e a terceira do [mundo](#), com aproximadamente vinte milhões de [habitantes](#) (2010 - U.S. Bureau of the Census).<sup>[137]</sup> Seguem-lhe em tamanho as cidades de [Guadalajara](#) e [Mérida](#), uma com quatro milhões de [habitantes](#) e outra com dois milhões de pessoas.

Mesmo sendo um país subdesenvolvido, o [México](#) possui um [setor industrial](#) bastante diversificado.<sup>[134]</sup> As [indústrias](#) mais importantes são a [petroquímica](#) e

a [siderúrgica](#), beneficiadas pela grande riqueza mineral do [território mexicano](#).<sup>[138]</sup> O país é o primeiro produtor mundial da [prata](#)<sup>[139]</sup> e tem no [petróleo](#) o seu principal de [exportação](#).<sup>[138]</sup> A [agricultura](#) responde por pequena parcela da renda nacional, sendo os principais cultivos [feijão](#) e [milho](#), para consumo interno, e [algodão](#), [cana-de-açúcar](#), [cacau](#), [tomate](#), [críticos](#), etc., para [exportação](#).<sup>[138]</sup>

### **América Central Continental e Insular**



Na [América Central](#), identificamos duas regiões: a [continental](#) e a [insular](#), formada pelas [Antilhas](#).<sup>[141]</sup> A parte continental é um istmo entre a [América do Norte](#) e a [América do Sul](#), apresentando bastante [montanhoso](#) junto ao [Pacífico](#) e transformando-se em elevados [planaltos](#) no lado do [Atlântico](#).<sup>[142]</sup> As Antilhas são constituídas por [ilhas](#) de várias extensões, que vão desde a [península de Iucatã](#) até a [costa](#) da [Venezuela](#), no norte da [América do Sul](#).<sup>[142]</sup>

A parte continental é ocupada por sete [países](#) independentes, enquanto as [Antilhas](#) reúnem 13 [países](#) independentes, muitos deles com reduzida e pequena [população absoluta](#).<sup>[144]</sup> Nas [Antilhas](#) existem também [ilhas](#) que são possessões ([britânicas](#), [francesas](#), [holandesas](#) e [norte-americanas](#)) e há ainda um país em situação especial, [Porto Rico](#) — um estado livre associado aos [Estados Unidos](#), com o qual mantém, na prática, uma relação de dependência econômica.<sup>[144]</sup>



Entre os países do istmo, a Guatemala se destaca por ter sua população composta principalmente por [índios](#) e [mestiços](#). Seus traços coloridos são herança da [civilização maia](#).

Nos países do [istmo](#), o [espanhol](#) é a língua mais utilizada, mas há vários dialetos indígenas falados por minorias. [Belize](#), [Honduras](#) e [Panamá](#) usam também a [língua inglesa](#).<sup>[147]</sup> Na [composição étnica](#), predominam os [mestiços](#) de [índios](#) com [europeus](#) (sobretudo [espanhóis](#)), sendo [El Salvador](#) e [Honduras](#) os países que apresentam as maiores taxas de mestiços em sua população total.<sup>[143]</sup> Na [Costa Rica](#), os [brancos](#) de origem europeia são maioria; na [Guatemala](#), predomina a [população de origem indígena](#).<sup>[143]</sup> Os [negros](#), trazidos da [África](#), são minoria na [região](#), encontrando-se seu maior contingente em [Belize](#),<sup>[143]</sup> tal como é mostrado no [brasão](#) à sinistra do escudo, no centro da [sua bandeira](#).<sup>[148]</sup>

No [arquipélago antilhano](#) é marcante a influência [europeia](#) — [inglesa](#), [francesa](#), [holandesa](#) e [espanhola](#) —, misturada à dos descendentes de [escravos negros](#) trazidos da [África](#).<sup>[143]</sup> O resultado pode ser visto com construções de estilo europeu, muitos [mestiços](#) e [dialetos](#) derivados de [línguas europeias](#) e [africana](#), como o [papiamento](#), mistura de [holandês](#), [inglês](#), [espanhol](#), [português](#) e [dialetos africanos](#), e [criollo](#).<sup>[149]</sup>

Dos antigos [habitantes](#) da [região](#) — os [aruaques](#), nas [Grandes Antilhas](#), e os caraíbas, nas [Pequenas Antilhas](#) —, resta apenas uma minoria [caraíba](#) em [Dominica](#).<sup>[150]</sup>



Por razões históricas, a agricultura voltada para a exportação ainda é a principal atividade econômica em vários países centro-americanos. Na foto, cana-de-açúcar colhida, pronta para processamento.

Até hoje os [países centro-americanos](#) vivem basicamente da [agricultura](#), cultivando diversos produtos [tropicais](#), como [cana-de-açúcar](#), [banana](#), [café](#), [fumo](#) e [algodão](#).<sup>[149]</sup> A [cana-de-açúcar](#), sobretudo nas [Antilhas](#), destina-se à [agroindústria](#), em geral controlada pelo capital transnacional, que cuida do beneficiamento, armazenamento e exportação da produção.<sup>[149]</sup>

[Trinidad e Tobago](#), ao contrário dos demais países das [Antilhas](#), têm sua [economia](#) baseada na produção de [petróleo](#).<sup>[149]</sup>

Boa parte das [Antilhas](#), tem no [turismo](#) sua mais importante fonte de recursos, recebendo milhares de visitantes anualmente.<sup>[149]</sup>

Outra importante fonte de renda para o [Caribe](#) é a criação de "[paraísos fiscais](#)" ou seja, [centros financeiros](#) onde os investidores não pagam impostos sobre as aplicações e operações financeiras e têm, além disso, garantia de sigilo bancário.<sup>[149]</sup> Muitas vezes, paraísos fiscais — como as [Ilhas Cayman](#), por exemplo — servem para aplicar o [dinheiro](#) ganho com atividades ilegais, como desvio de verbas, [tráfico de drogas](#), de armas, etc.<sup>[149]</sup>

A atividade industrial é pequena na [América Central](#).<sup>[151]</sup> Destacam-se apenas algumas [refinarias de petróleo](#), instaladas graças à [localização geográfica](#), que facilita o transporte para os [Estados Unidos](#) e para a [Europa](#), e indústrias que utilizam [matérias-primas](#) agrícolas, como é o caso do [rum](#), bebida produzida a partir da [cana-de-açúcar](#).<sup>[151]</sup>

## **Guianas**



Localização das Guianas (definição não abrangente) na [América do Sul](#).

Duas [Guianas](#) são [países](#) independentes — a [Guiana](#), com capital em [Georgetown](#), e o [Suriname](#), com capital em [Paramaribo](#) — e a terceira delas, a [Guiana Francesa](#), é um [departamento de ultramar francês](#).<sup>[152]</sup> Sua [capital](#) é [Caiena](#).<sup>[152]</sup>

A maior parte da [paisagem](#) das Guianas é dominada pelo [planalto das Guianas](#), que se apresenta como um bloco de terras soerguido como uma grande mesa, cujos pontos mais altos não ultrapassam 3.200 metros.<sup>[152]</sup> É ocupado pela [floresta equatorial](#) e [tropical](#) e por trechos esparsos de [campos](#) e, por localizar numa área tipicamente tropical, apresenta [clima quente](#) e muito úmido.<sup>[152]</sup> Acompanhando o [litoral](#), aparece uma extensa [planície](#), que abriga a maior parte da [população](#) regional.<sup>[152]</sup> As [economias](#) da [Guiana](#) e do [Suriname](#) baseiam-se na extração de [bauxita](#) e outros [minérios](#) de [alumínio](#) e na [agricultura](#).<sup>[153][154]</sup> A [cana-de-açúcar](#), o [arroz](#) e as [frutas tropicais](#) são as principais culturas.<sup>[153][154]</sup>

Apesar de reduzida, a população das três Guianas destaca-se pela sua diversidade [étnica](#) e [linguística](#).<sup>[152]</sup> Há grande número de [indianos](#), [negros](#), [mestiços](#) e uma minoria de [brancos](#) e [chineses](#).<sup>[155]</sup> As [línguas oficiais](#) são as das antigas metrópoles — [inglês](#) ([Guiana](#)),<sup>[155]</sup> [neerlandês](#) ([Suriname](#))<sup>[156]</sup> e [francês](#) ([Guiana Francesa](#)) —, embora também sejam faladas as línguas dos núcleos [imigrantes](#), além de diversos [dialetos indígenas](#) e [mestiços](#).<sup>[152]</sup>

## **América Andina**



### Países andinos

Embora os [Andes](#) atinjam também terras da [Argentina](#), costuma-se denominar de América Andina o conjunto formado por [Venezuela](#), [Colômbia](#), [Equador](#), [Peru](#), [Bolívia](#) e [Chile](#).<sup>[157]</sup> Nessa região, que se estende por toda a vertente oeste da [América do Sul](#), junto às águas do [oceano Pacífico](#), destaca-se a [cordilheira dos Andes](#), uma fantástica elevação [montanhosa](#) pontilhada por [cumes](#) cobertos de [neve](#) e muitos [vulcões](#).<sup>[152]</sup>

Alinhando-se no sentido [norte-sul](#) por mais de 6 mil quilômetros, essa [cordilheira](#) apresenta três quadros [climáticos](#) diferentes: os [Andes equatoriais úmidos](#), recobertos por [florestas](#) e [savanas](#), conhecidas por [páramos](#);<sup>[152]</sup> os [Andes tropicais secos](#), onde aparecem [desertos](#) ou [estepes](#) conhecidas por [punas](#);<sup>[152]</sup> e, bem mais ao [sul](#), os [Andes glaciais, frios](#) e [úmidos](#), propícios ao desenvolvimento de [coníferas](#).<sup>[152]</sup>

Os [países andinos](#) enfrentam dificuldades naturais impostas pela [cordilheira](#).<sup>[152]</sup> Os [transportes](#) são sempre mais difíceis em áreas [montanhosas](#) e a intensidade da [erosão](#) prejudica as práticas [agrícolas](#).<sup>[152]</sup> Mas essas [montanhas](#) a vantagem de permitir a um mesmo país diferentes faixas [climáticas](#) e, portanto, uma [produção](#) agrícola bastante variada.<sup>[152]</sup>

Além dos [Andes](#), em sua porção [oriental](#), e do [planalto das Guianas](#), ao [sul](#), a [paisagem](#) da [Venezuela](#) é marcada pela [planície](#) do [Orinoco](#).<sup>[158]</sup> Esta área, de [clima equatorial](#) e [tropical](#), [quente](#) e [úmida](#), é percorrida pelo [rio](#) de mesmo nome e por alguns de seus [afluentes](#) e cobertas por extensas [savanas](#), conhecidas por [lhanos](#).<sup>[158]</sup>

A proporção de [índios](#) e [mestiços](#) na [América Andina](#) é muito grande.<sup>[158]</sup> Os [países](#) com maior contingente indígena são: [Bolívia](#) (55%),<sup>[159]</sup> [Peru](#) (46%)<sup>[160]</sup> e [Equador](#) (40%),<sup>[161]</sup> enquanto [Colômbia](#), [Chile](#) e [Venezuela](#) são os de maior número de [mestiços](#), que representam, respectivamente, 79%, 68% e 67% de suas populações.<sup>[162][163][164]</sup> O percentual da [população](#) de origem [europeia](#),

sobretudo [espanhola](#), oscila entre 10% no [Equador](#)<sup>[161]</sup> e 30%, no [Chile](#),<sup>[160]</sup> e os [negros](#), cuja presença é praticamente nula nos [países](#) andinos, constituem 10% das populações [equatoriana](#),<sup>[161]</sup> e [venezuelana](#).<sup>[164]</sup>

O [espanhol](#) é o [idioma](#) predominante na América Latina, sendo falado pela quase totalidade da [população](#) do [Chile](#), [Colômbia](#), [Equador](#) e [Venezuela](#).<sup>[165]</sup> O [quíchua](#), a língua do antigo império inca, é utilizado por cerca de 40% dos [peruanos](#) e [bolivianos](#) e por 7% dos [equatorianos](#).<sup>[165]</sup> No [Peru](#) e na [Bolívia](#), além do [espanhol](#) e do [quíchua](#) é falado também o [aimará](#), língua dos índios andinos desses [países](#).<sup>[166][167]</sup>

A maior ou menor integração das [populações indígenas](#) com os colonizadores esteve relacionadas aos diferentes estágios de desenvolvimento dessas populações nativas.<sup>[168]</sup> Desta forma, no [Equador](#), [Peru](#) e [Bolívia](#), onde se localizava o [império inca](#), de complexa estrutura [social](#), [política](#) e [econômica](#), a [miscigenação](#) processou de forma mais lenta.<sup>[168]</sup>

As grandes riquezas nacionais dos [países andinos](#) provém das [exportações](#) de [minérios](#).<sup>[168]</sup>

Apesar das grandes riquezas do [subsolo](#), todos os [países](#) andinos revelam uma [economia subdesenvolvida](#), com deficiente rede de [transportes](#), insuficiência energética, falta de [capital](#) e problemas sociais diversos. A [industrialização](#) é ainda incipiente. Os centros fabris de maior importância são [Caracas](#), na [Venezuela](#). [Bogotá](#), [Medellín](#) e [Cali](#), na [Colômbia](#); [Guayaquil](#) e [Quito](#), no [Equador](#); [Lima](#), no [Peru](#); e [Santiago](#) e [Concepción](#), no Chile.

Os países da [América Andina](#) fundaram em 1969 o [Pacto Andino](#).<sup>[169]</sup> A organização visava estabelecer um mercado comum entre os países-membros, além de coordenar programas de [industrialização](#).<sup>[169]</sup> O futuro do Pacto Andino é incerto.<sup>[168]</sup> O [Chile](#) retirou da organização retirou-se da organização em 1977,<sup>[169]</sup> tal como ocorreu com a [Venezuela](#) em 2006.<sup>[169]</sup> Seus atuais membros são [Bolívia](#), [Colômbia](#), [Equador](#) e [Peru](#).<sup>[169]</sup>

A [agricultura](#) é uma [atividade econômica](#) importante nos [países andinos](#), embora pouco desenvolvida. Contribuem para o atraso agrícola o sistema de grandes propriedades herdado dos [colonizadores espanhóis](#),<sup>[165]</sup> a proporção das [terras](#) cultivadas e o fato de a produção estar largamente voltada para a [exportação](#) de produtos [tropicais](#).<sup>[165]</sup> Essa última característica colabora para o [subdesenvolvimento](#) da América Latina e dependência em relação aos [países desenvolvidos](#), pois as exportações de produtos [agrícolas](#) dependem da demanda e da oscilação dos preços no [mercado internacional](#), que é controlado por esses países.<sup>[165]</sup>

Na [agricultura comercial](#) para [exportação](#), tem destaque a produção de [café](#), na [Colômbia](#);<sup>[170]</sup> [banana](#) e [cacau](#), no [Equador](#);<sup>[171]</sup> [fibras](#) ([sisal](#) e [juta](#)), na [Colômbia](#)<sup>[170]</sup> e [Equador](#);<sup>[171]</sup> e [cana-de-açúcar](#), no [Peru](#).<sup>[172]</sup> A [pecuária](#) é pouco desenvolvida nos [Andes](#), em razão do relevo muito acidentado. Os rebanhos de [alpaca](#) e [lhama](#) são que melhor adaptam às condições locais.

A [pesca marítima](#) é uma atividade importante no [Peru](#)<sup>[165]</sup> e, com menor destaque, no [Equador](#).<sup>[165]</sup> As espécies de [pescado](#) mais importantes são o [atum](#), o [bonito](#), [salmão](#) e a [anchoveta](#).<sup>[165]</sup>

A [pesca](#) abundante nessa [região](#) do [Pacífico](#) é favorecida pela [corrente de Humboldt](#).<sup>[165]</sup> Carregando [plâncton](#), que serve de alimento aos [cardumes](#), essa [corrente marítima](#) atrai o [peixes](#) para as costas dos [países](#) dessa [região](#).<sup>[165]</sup> Além disso, o encontro da [corrente de Humboldt](#) (fria) com a [massa de ar](#) quente conhecida como [El niño](#) cria condições de [temperatura](#) favoráveis para a [desova](#) de [peixes](#).<sup>[165]</sup>

## América Platina



[Mapa](#) da [América Platina](#).

Essa é a única [região](#), na América Latina, dominada inteiramente por [climas subtropicais](#) e [temperados](#).<sup>[165]</sup> Localiza-se na porção centro-sul da [América do Sul](#), limitada pelos [Andes](#) e pelo [oceano Atlântico](#).<sup>[165]</sup> Compreende a [Argentina](#), o [Uruguai](#) e o [Paraguai](#), recebendo o nome de [América Platina](#), por ser banhada, em grande extensão, pelos [rios](#) que formam a [bacia Platina](#) ([Paraná](#), [Paraguai](#), [Uruguai](#) e [afluentes](#)).<sup>[165][168]</sup>

Os [rios](#) da [bacia Platina](#) deságuam em uma [enseada](#) chamada [Rio da Prata](#).<sup>[165]</sup> A [bacia](#) tem esse nome porque, em [1526](#), quando o [navegador Sebastião Caboto](#) visitava a [região](#), notou que os [índios nativos](#) usavam muitos [adornos](#) de [prata](#).<sup>[173]</sup> Como prata em [espanhol](#) é *plata*, a região foi denominada [platina](#).<sup>[173]</sup>

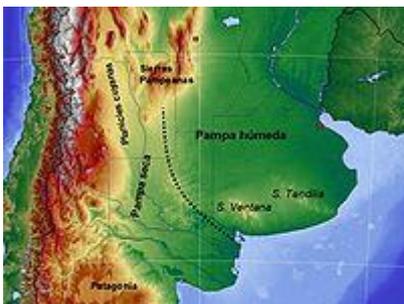
Os [espanhóis](#) abriram muitas [mina](#) de [prata](#) em suas colônias da [bacia Platina](#).<sup>[168]</sup> A produção era enviada à [Europa](#) pelo [porto de Buenos Aires](#), atual [capital](#) da [Argentina](#).<sup>[168]</sup> O nome desse país tem a mesma origem, derivado de *argentum* ("prata" em [latim](#)).<sup>[173]</sup>

As grandes [planícies](#) constituem o elemento dominante na [paisagem](#), na qual é possível distinguir três [regiões](#):<sup>[174]</sup> o [Chaco](#), com [clima](#) e [florestas tropicais](#);<sup>[168]</sup> o [Pantanal](#), trecho de [planície](#) parcialmente alagado pelo [rio Paraguai](#), coberto por manchas de [floresta tropical](#), [campos sujos](#), [campos limpos](#) e um

emaranhado vegetal;<sup>[168]</sup> e o **Pampa**, com [clima temperado úmido](#) em alguns trechos e seco em outros, recoberto com [vegetação](#) rasteira.<sup>[168]</sup>

No [sudeste](#) da [Argentina](#) localiza-se a [Patagônia](#), que se estende até o extremo [sul](#) do [continente](#). Limitada a [leste](#) pelo [Atlântico](#) e a [oeste](#) pela [cordilheira dos Andes](#), divide-se em duas partes: a primeira é caracterizada por um [planalto](#) no qual afloram [rochas](#), formando [serras](#);<sup>[174]</sup> a segunda, é uma estreita faixa montanhosa, conhecida como [Andes Patagônicos](#). Enquanto no [planalto](#) a [vegetação](#) é estépica, indicando [clima frio](#) e [seco](#), nos [Andes](#) há uma estreita faixa de [floresta fria](#).<sup>[174]</sup>

As [populações](#) da [Argentina](#) e do [Uruguai](#) têm características muito semelhantes: a quase totalidade é constituída por descendentes de [europeus](#), sobretudo [espanhóis](#) e [italianos](#).<sup>[175]</sup> Já o [Paraguai](#) apresenta características opostas; cerca de 95% da [população](#) é constituída de [mestiços](#) de [brancos](#) de origem [espanhola](#) com [indígenas](#) ([guaranis](#)).<sup>[176]</sup> O [espanhol](#) é a língua falada na [Argentina](#) e no [Uruguai](#), enquanto no [Paraguai](#) fala-se também o [guarani](#).<sup>[177]</sup>



Região dos pampas.

As [economias argentina](#) e [uruquaia](#) baseiam-se na [agricultura](#) e na [pecuária](#), desenvolvidas sobretudo na [região](#) dos [Pampas](#).<sup>[178]</sup> A [Argentina](#) possui o sexto maior rebanho [bovino](#) do [mundo](#), sendo, da mesma forma que o [Uruguai](#), grande exportadora de [couro](#) de [carne](#) (*in natura* e industrializada).<sup>[179]</sup> A [criação](#) de [ovinos](#) também é desenvolvida nesses [países](#), que são grandes exportadores de [lã](#).<sup>[179]</sup> Embora o efetivo dos rebanhos seja maior na [Argentina](#), a [pecuária](#) tem peso econômico maior no [Uruguai](#), onde a [carne](#) e a [lã](#) correspondem a três quartos das [exportações](#).<sup>[179]</sup>

A [agricultura](#) é mais desenvolvida na [Argentina](#), que é grande exportadora de [cereais](#) — sobretudo [trigo](#) e [arroz](#) —, além de [tabaco](#), [algodão](#) e [frutas](#), como [maçãs](#), [pêras](#), [ameixas](#), [pêssegos](#) e [uvas](#), exportadas para os [países](#) do [hemisfério norte](#) no período de entressafra ([inverno](#)) e para outros [países sul-americanos](#), inclusive o [Brasil](#).<sup>[180]</sup>

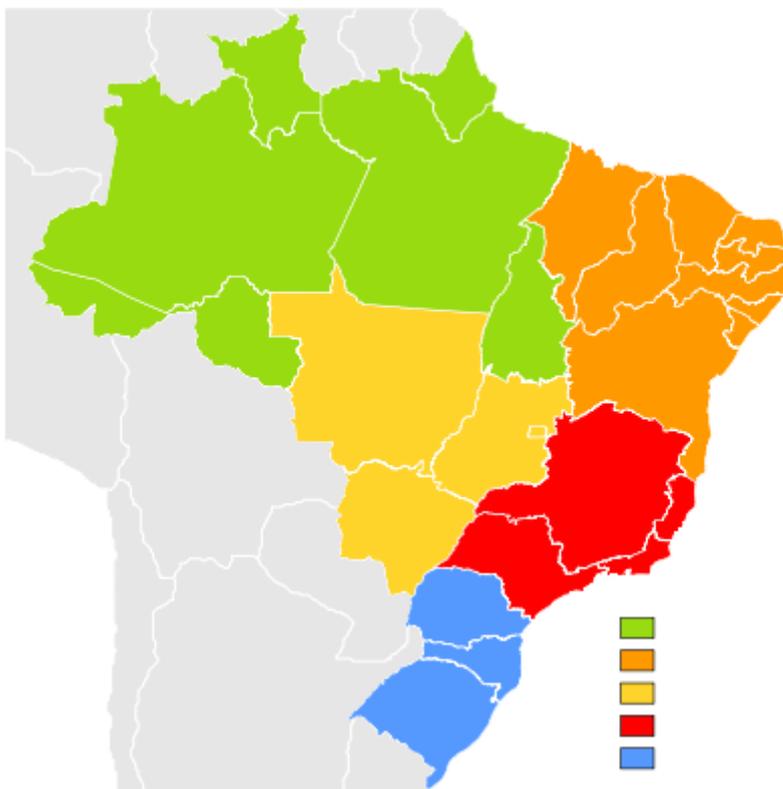
Dos países platinos, a [Argentina](#) é o mais [industrializado](#), destacando-se as [agroindústrias](#), como [frigoríficos](#), [laticínios](#), lanifícios, [indústrias](#) de moagem de [cereais](#), etc.<sup>[180]</sup> No [Uruguai](#), a atividade industrial também se acha íntimamente ligada à [produção agropecuária](#).<sup>[178]</sup>

Quanto ao [extrativismo mineral](#), somente a [Argentina](#) se sobressai, com sua [produção](#) de [petróleo](#), que a torna quase auto-suficiente.<sup>[180]</sup>

A [economia paraguaia](#) é pouco desenvolvida e se baseia na [agricultura de subsistência](#) ([milho](#), [mandioca](#), [vegetais](#) e [cana-de-açúcar](#)), na [pecuária](#) extensiva e na [silvicultura](#).<sup>[181]</sup> O [comércio exterior](#) do [país](#) está voltado principalmente para a [exportação](#) de [madeiras](#), mas também são comercializadas [soja](#), [algodão](#), [óleos vegetais](#) e [fumo](#).<sup>[181]</sup> O [país](#) tem procurado intensificar suas relações comerciais com vizinhos platinos e com o [Brasil](#).<sup>[179]</sup>

A [cidade](#) de maior destaque da [região](#) é [Buenos Aires](#), uma das maiores da América Latina,<sup>[168]</sup> mas também merecem menção [Montevideo](#), [Rosário](#), [Assunção](#), [Córdoba](#) e [La Plata](#).<sup>[179]</sup>

## Brasil



O [Brasil](#) é estudado em particular não pelo fato de suas características físicas (relevo, [hidrografia](#), [clima](#), [vegetação](#)) constituírem uma [região geográfica](#), mas por sua grandeza [territorial](#) e [populacional](#) (8.511.965 [quilômetros quadrados](#) e cerca de 190 milhões de [habitantes](#)).<sup>[182]</sup> Suas terras ocupam quase a metade da [América do Sul](#) e sua [população](#) corresponde aproximadamente a metade do total [sul-americano](#).<sup>[182]</sup>

O [povoamento](#) é desigual, enquanto existem áreas praticamente vazias, na [Amazônia](#) e no [Centro-Oeste](#), há outras densamente ocupadas, sobretudo nos trechos da [região Sudeste](#) mais próximos ao [litoral](#).<sup>[183]</sup> País de economia emergente, dotado de notáveis recursos agrícolas, [pecuários](#), [energéticos](#) e [minerais](#), o [Brasil](#) tem grandes contrastes: em alguns trechos comuns a

[miséria](#), o [subemprego](#) e as práticas agrícolas primitivas; em outros, grandes aglomerados industriais atestam o alto grau de desenvolvimento tecnológico.<sup>[183]</sup>

Cerca de um terço dos rendimentos [brasileiros](#) provém da [atividade industrial](#), merecendo destaque a fabricação de [equipamentos elétricos](#) e de [comunicações](#), o [processamento de alimentos](#) e a fabricação de [veículos](#).<sup>[183]</sup>

Pouco mais de 10% da [população nacional](#) dedica-se às [atividades agrícolas](#).<sup>[183]</sup> O país destaca-se mundialmente na [exportação](#) de [café](#), [laranja](#), [cana-de-açúcar](#), [milho](#), [soja](#), [mandioca](#), [arroz](#), [algodão](#) e [cacau](#).<sup>[183]</sup>

A grandeza do [espaço territorial](#) confere ao [Brasil](#) expressiva potencialidade na [mineração](#), com destaque para a produção de [ferro](#), [manganês](#), [bauxita](#), [chumbo](#), [ouro](#), [tungstênio](#), [cobre](#) e [estanho](#).<sup>[183]</sup> O [petróleo](#) e o [carvão mineral](#) também são encontrados, mas em quantidades insuficientes para atender às necessidades internas.<sup>[183]</sup>

## VI - Luta pela independência



As [colônias](#) do [Império Espanhol](#) na [América](#).

As [colônias](#) da América Latina permaneceram sob domínio europeu por mais de 300 anos.<sup>[48]</sup> De [1791](#) a [1824](#), a maioria das colônias lutou em guerras que as libertaram do jugo europeu.<sup>[49]</sup> Cada país teve seus próprios heróis revolucionários, mas dois homens destacaram-se como líderes da [independência](#) latino-americana.<sup>[39]</sup>

Um é o [general venezuelano Simón Bolívar](#) ([1783-1830](#)), cujas vitórias deram a liberdade à [Bolívia](#) à [Colômbia](#), ao [Equador](#), ao [Peru](#) e à [Venezuela](#).<sup>[50]</sup>

Bolívar, nos dias de hoje, inspira um amplo movimento de afirmação dos interesses latinoamericanos, com epicentro na Venezuela, sob a liderança do Presidente Hugo Chaves. Por toda a América Latina seus seguidores formam Círculos Bolivarianos para difundir sua mensagem política.

O outro é [José de San Martín](#) (1778-1850), [general argentino](#) que liderou um [exército](#), partindo da [Argentina](#), e ajudou na independência do [Chile](#).<sup>[51]</sup> Colaborou, também, para a libertação do Peru.<sup>[51]</sup>

*A maioria das colônias tinha quatro motivos básicos para lutar pela independência.*<sup>[39]</sup>

*Primeiro: um grande número de [mestiços](#), que haviam feito fortuna e possuíam propriedades, achava que devia tomar parte ativa no [governo](#) de seus [países](#). Encarados, geralmente, com desprezo pelos [espanhóis](#), não tinham qualquer [prestígio social](#). Assim sendo, os mestiços que tinham influência sobre os [nativos](#) lideraram rebeliões que derrubaram os senhores [europeus](#).*<sup>[39]</sup>

*Segundo: os [crioulos](#) (pessoas de [descendência espanhola](#) nascidas nas [Américas](#)) não aceitavam que os postos da [administração pública](#) fossem ocupados exclusivamente por funcionários espanhóis. Os crioulos, como os mestiços, queriam ter representantes no [governo](#).*<sup>[39]</sup>

*Terceiro: [Espanha](#) e [Portugal](#) proibiam o [comércio](#) entre suas colônias latino-americanas, forçando-as a negociar apenas com as metrópoles.<sup>[52]</sup> Era o que se chamava PACTO COLONIAL. O [governo](#) espanhol e o português suspenderam muitas dessas restrições por volta do [século XIX](#), mas o sentimento de injustiça econômica levou as colônias a entrarem em ação.*<sup>[39]</sup>

*Quarto: cresceu nas colônias um sentimento de [nacionalismo patriótico](#), e o povo de diferentes [camadas sociais](#) uniu-se para exigir o direito de se governar.*<sup>[39]</sup>

*Uma revolta contra a [França](#) eclodiu no [Haiti](#), em 1791.<sup>[53]</sup> Em 1804, o [Haiti](#) obteve sua [independência](#) e tornou-se a primeira [república negra](#).<sup>[54]</sup> Um [ex-escravo negro](#), [Toussaint Louverture](#) (1743-1803), foi o principal líder dos haitianos na luta pela liberdade.<sup>[49]</sup>*



A [Batalha de Ayacucho](#), de [Martín Tovar y Tovar](#). Em 9 dezembro de 1824, marcou o fim das guerras de independência na [América do Sul](#).

Incidentes ocorridos na [Europa](#) provocaram as lutas pela [independência nas colônias latino-americanas](#).<sup>[55]</sup> [Espanha](#) e [Portugal](#) começavam a declinar como potências mundiais.<sup>[55]</sup> Em [1808](#), [Napoleão Bonaparte](#), imperador da França, destronou [Fernando VII](#), da [Espanha](#), e substituiu-o por seu irmão, [José Bonaparte](#).<sup>[56]</sup> Isto provocou violentas reações em toda a [América espanhola](#).<sup>[55]</sup> Em [1810](#), por exemplo, o [povo mexicano](#) revoltou-se contra os governantes espanhóis do regime de [José Bonaparte](#).<sup>[57]</sup> A revolta mexicana foi liderada por dois padres: [Miguel Hidalgo y Costilla](#) (1753-1811) e [José Maria Morelos y Pavón](#) (1765-1815).<sup>[57]</sup> Também em [1810](#), os grandes proprietários de terras do [Chile](#) declararam sua [independência](#) da [Espanha](#).<sup>[58]</sup> Contudo, foram vencidos pelas forças espanholas.<sup>[55]</sup> O [Chile](#) obteve finalmente sua [independência](#) em [1818](#), com as forças lideradas pelo [herói chileno Bernardo O'Higgins](#) (1778-1842) e por [San Martín](#).<sup>[59]</sup>

[Francisco de Miranda](#) (1750-1816), revoltoso [venezuelano](#), tentou, sem sucesso, libertar seu país em [1806](#) e outra vez em [1811](#).<sup>[60]</sup> [Simón Bolívar](#), que fora seguidor de Miranda, empreendeu uma nova campanha em [1813](#).<sup>[50]</sup> Seus exércitos lutaram contra as forças espanholas por cerca de dez anos e obtiveram uma grande vitória final em [Ayacucho](#), no [Peru](#), em [1824](#).<sup>[50]</sup> Esta vitória tomou [independentes todas as colônias espanholas da América do Sul](#).<sup>[50]</sup>

O [Brasil](#) tornou-se [independente de Portugal](#) sem guerras.<sup>[61]</sup> Em [1808](#), o [rei Dom João VI de Portugal](#) (1767-1826) refugiou-se no Brasil quando [Napoleão](#) invadiu seu país.<sup>[62]</sup> Retornou a [Lisboa](#) 14 anos mais tarde, após a derrota de Napoleão.<sup>[55]</sup> João deixou seu filho [Pedro](#) (1798-1834) governando o Brasil como regente.<sup>[55]</sup> Mas os [brasileiros](#), como os povos das colônias espanholas, não queriam ser governados por europeus.<sup>[55]</sup> Queriam libertar-se de [Portugal](#).<sup>[55]</sup> No dia [7 de setembro](#) de [1822](#), [Dom Pedro](#) declarou o [Brasil Império](#) independente e subiu ao trono como Pedro I.<sup>[61]</sup>

Os [centro-americanos](#) repudiaram a autoridade espanhola em [1821](#). Os rebeldes pouca resistência encontraram, porque as forças espanholas na América Central eram pequenas e o governador espanhol tomou o partido dos rebeldes.<sup>[55]</sup>

## VII - A América Latina independente

O processo político que derivou da Independência dos países latinoamericanos seguiu modelos muito variados. De uma maneira geral, houve uma grande fragmentação da América Hispânica em diversas repúblicas comandadas por fortes lideranças personalistas autoritárias. Na América Portuguesa, que se reduzia ao imenso Brasil, a Independência foi realizada pelo filho do Rei de Portugal, D. Pedro I, sob os auspícios da Inglaterra, tendo um caráter menos tenso do que os vizinhos hispânicos, mais conciliador. O Brasil pagou, em dinheiro, pelo reconhecimento de sua independência. E adotou um regime monárquico que consagrou a sobrevivência da matriz colonial da grande propriedade, do trabalho escravo e da plantation até 1930. Um golpe republicano acabou com a monarquia em 1889 mas tampouco mudou radicalmente a estrutura sócio-econômica do país.

No [Brasil](#), após derrubar o [governo português](#) em [1822](#), o povo instituiu uma [monarquia constitucional](#) sob [Pedro I](#).<sup>[63][64]</sup> Mas a popularidade de Dom Pedro decaiu em virtude de um governo desastroso.<sup>[64]</sup> Em [1831](#), abdicou do trono em favor de seu [filho](#), [Pedro II](#) ([1825-1891](#)).<sup>[65]</sup> Por mais de 50 anos, sob o reinado de Pedro II, os [brasileiros](#) gozaram, em grande parte, de um governo representativo.<sup>[66]</sup> Adquiriram experiência política, ajudando a governar o [país](#).

Na [Argentina](#), houve uma sucessão de [governos](#) fracos até [1829](#).<sup>[55]</sup> Neste ano, [Juan Manuel de Rosas](#) ([1793-1877](#)), um abastado fazendeiro que tinha seu próprio [exército](#), tomou o poder e tornou-se [ditador](#). O povo revoltou-se e o derrubou, em [1852](#). Desde então, os [homens de posses](#) vêm controlando grande parte da [vida](#) do [país](#). [Eleições](#) desonestas e revoltas militares vêm, seguidamente, colocando ditadores na [presidência](#). Contudo, a Argentina possui poderosas forças democráticas em alguns de seus [partidos políticos](#), e na [imprensa](#).<sup>[55]</sup>

No [Chile](#), os donos de terras mantiveram o controle político por mais de 100 anos após a [independência](#).<sup>[64]</sup> A constituição de [1833](#) estabeleceu [eleições livres](#).<sup>[71]</sup> Foi, porém, aprovada uma lei que exigia que os [eleitores](#) tivessem propriedades e [soubessem ler e escrever](#).<sup>[64]</sup> Como resultado, grande parte do povo não pôde votar até que fosse abolida esta exigência de propriedade, em [1874](#).<sup>[64]</sup> Em [1920](#), os [partidos políticos](#) cujos [membros](#) incluíam [agricultores](#) e operários uniram-se.<sup>[64]</sup> Ganharam as [eleições](#) naquele ano e mantiveram-se politicamente fortes.<sup>[64]</sup> Durante quase todo o [século XX](#) o [Chile](#) elegeu governos civis.<sup>[72][64]</sup> Em [1970](#), o [Chile](#) tomou-se a primeira nação do [hemisfério ocidental](#) a eleger, livremente, um [presidente marxista](#).<sup>[73]</sup> Em [1973](#), pela primeira vez em mais de 45 anos, líderes militares subiram ao poder no [Chile](#).<sup>[73][64]</sup>

Na [México](#), os primórdios da [história da república](#) toram marcados por violentas lutas pelo poder entre os líderes militares.<sup>[64]</sup> Uma revolução que durou dez

anos, de [1910](#) a [1920](#), levou a muitas reformas, inclusive a um programa de redistribuição da terra.<sup>[74]</sup> Desde [1934](#), governos estáveis vêm promovendo o progresso do [país](#), melhorando as condições sociais e econômicas.<sup>[64]</sup>

Nos últimos anos o Partido da Revolução, o PRI vem sofrendo inevitáveis desgastes na sua imagem, abrindo caminho à direita e à esquerda para novos Partidos. Nas últimas eleições, deste ano, deu-se um fragoroso embate entre o candidato do PRI e um dissidente desta agremiação que vem conseguindo arrematar a esquerda em torno de si. Depois de muitas contestações, a Justiça, porém, reconheceu o candidato do PRI.

Governos ditatoriais têm sido freqüentes nas repúblicas da [América Central](#), com exceção de [Costa Rica](#), que, há muito tempo, vem tendo um governo estável e constitucional.<sup>[64]</sup>

Nas [Antilhas](#), [Cuba](#) tem um [governo comunista](#),<sup>[75]</sup> e, no [Haiti](#), a política é violenta e pontilhada de lutas.<sup>[64]</sup> Na [República Dominicana](#), o [general Rafael Trujillo Molina](#) governou, como [ditador](#), de [1930](#) até [1961](#), quando foi assassinado.<sup>[76]</sup> Nos lugares onde o povo não pode eleger seus representantes através de eleições livres, as mudanças de governo geralmente ocorrem pela força.<sup>[64]</sup> Em muitos [países](#) latino-americanos, as [forças armadas](#) determinam, freqüentemente, a quem caberá governar seus países.<sup>[64]</sup> Isto tem ocorrido em muitas nações, inclusive na [Bolívia](#), no [Equador](#), em [Honduras](#), no [Paraguai](#), no [Peru](#), na [Argentina](#) e na [Venezuela](#).<sup>[64]</sup>

**Cuba é um caso à parte na América Latina. A Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, depois do combate armado levado a efeito por Fidel Castro contra o ditador Fulgencio Batista, um títere americano no comando do país, merece uma reflexão à parte, pela influência que teve em todo o Continente.**

Governada pelo [ditador Fulgêncio Batista](#), Cuba era um dos países mais [pobres](#) de toda a América Latina. Sua [economia](#) esteve fortemente vinculada a [norte-americana](#) até [1959](#), quando a [Revolução Cubana](#), liderada por [Fidel Castro](#), depôs o governo de Batista. Foi realizada a [reforma agrária](#) e bens e empresas — norte-americanos em sua maioria — foram nacionalizados.<sup>[272]</sup>

Os [Estados Unidos](#) cortaram [relações diplomáticas](#) com o novo regime cubano, que se alinhou com a extinta [União Soviética](#), adotando o [socialismo](#) como [sistema de governo](#). Em represália, os Estados Unidos impuseram um embargo econômico à [ilha](#), impedindo [cidadãos](#) ou [empresas](#) norte-americanas de negociar com Cuba e pressionaram para que os demais países ocidentais fizessem o mesmo.<sup>[272]</sup>

A partir de então, isolada, Cuba estabeleceu relações comerciais exclusivamente com os [países socialistas](#). Os termos eram muito vantajosos: recebia uma ajuda anual de 10 bilhões de dólares, vendia [açúcar](#) a preços superiores aos do [mercado internacional](#) e importava bens a preços menores. Tudo isso permitiu que Cuba conseguisse avanços muito significativos em seu quadro social, sobretudo nos setores de [saúde](#) e [educação](#).<sup>[273]</sup>

Porém, com o colapso dos regimes socialistas, que culminou com a extinção da [União Soviética](#) em [1991](#), as vantagens de que Cuba desfrutava junto a esses [países](#) foram cortadas. A situação cubana tornou-se crítica, refletindo-se

nas condições de vida de sua [população](#). Enfrentando graves problemas, como racionamento de [alimentos](#) e [energia](#), e cada vez maior o número de cubanos que deixam Cuba, especialmente para morar nos [Estados Unidos](#), a poucos [quilômetros](#) da costa da [ilha](#).<sup>[273]</sup>

## VII -Conferências panamericanas e integração da América Latina

[Simón Bolívar](#) compreendeu a importância de se reunirem representantes das [Américas](#).<sup>[90]</sup> Em [1826](#), convocou uma [conferência](#) que visava reunir todas as novas repúblicas latino-americanas sob um só [governo](#).<sup>[90]</sup> Mas as nações não concordaram.<sup>[90]</sup> Por mais de 60 anos, certas desconfianças nacionalistas impediram que as repúblicas tomassem qualquer medida para uma [cooperação internacional](#).<sup>[82]</sup>

Finalmente, em [1890](#), os [Estados Unidos](#) e as repúblicas latino-americanas formaram a União Internacional das Repúblicas Americanas.<sup>[91]</sup> Esta organização criou o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, que, em [1910](#), teve seu nome mudado para União Pan-Americana.<sup>[92]</sup> O propósito da União Pan-Americana era estreitar as relações econômicas, culturais e políticas entre os países participantes.<sup>[82]</sup> No início do [século XX](#), foram realizadas várias reuniões.<sup>[82]</sup> Em [1933](#), em [Montevidéu](#), no [Uruguai](#), os países-membros comprometeram-se a não interferir nos assuntos internos uns dos outros.<sup>[93]</sup> Em [1936](#), em [Buenos Aires](#), na [Argentina](#), comprometeram-se a manter a paz no [hemisfério ocidental](#).<sup>[82]</sup>

Durante a [Segunda Guerra Mundial](#), as repúblicas latino-americanas fixaram uma posição comum contra a [Alemanha](#), a [Itália](#) e o [Japão](#).<sup>[82]</sup> Em [1947](#), o [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca](#), ou Tratado do Rio de Janeiro, declarava que os [Estados Unidos](#), e 19 países latino-americanos resolveriam seus problemas pacificamente e que a agressão armada contra um deles seria considerada como agressão contra todos eles.<sup>[94]</sup> Apenas a [Nicarágua](#) foi excluída, porque a maioria das outras nações não reconhecia o seu [governo](#).<sup>[82]</sup>



Países-membros da OEA.

A [Organização dos Estados Americanos](#) (OEA) foi criada na nona Conferência Pan-Americana, realizada em [Bogotá](#), na [Colômbia](#), em [1948](#).<sup>[91]</sup> Inicialmente era constituída por 20 repúblicas latino-americanas e os [Estados Unidos](#).<sup>[91]</sup> Em [1962](#), [Cuba](#), por ter um governo comunista, foi expulsa.<sup>[95]</sup> Neste mesmo ano, os países da OEA, apoiaram o bloqueio dos Estados Unidos para impedir o desembarque de mísseis russos em Cuba.<sup>[82][96][97]</sup> Em [1964](#), a OEA serviu de mediador na polêmica entre Estados Unidos e [Panamá](#) sobre as condições na [Zona do Canal do Panamá](#).<sup>[98]</sup> A OEA procura encontrar soluções pacíficas para todos os problemas surgidos entre seus membros, além de defender os princípios de [justiça social](#), [cooperação econômica](#) e [igualdade](#) entre os homens, independente de [raça](#), [nacionalidade](#) ou [credo](#).<sup>[96]</sup> Em [1970](#), a União Pan-Americana passou a chamar-se Secretariado Geral da OEA.<sup>[96]</sup>

## VIII – AMERICA LATINA E O MUNDO NO SECULO XX

Na [Primeira Guerra Mundial](#), [Brasil](#), [Costa Rica](#), [Cuba](#), [Guatemala](#), [Haiti](#), [Honduras](#), [Nicarágua](#) e [Panamá](#), declararam [guerra](#) à [Alemanha](#).<sup>[106]</sup> Apenas o [Brasil](#), porém, enviou um contingente de [tropas](#) para a [frente de batalha](#).<sup>[107]</sup> Três outros países cortaram relações diplomáticas com a [Alemanha](#), mas a [Argentina](#) e outras oito nações permaneceram neutras.<sup>[108]</sup> Após a guerra, a maioria dos países latino-americanos ingressou na [Liga das Nações](#).<sup>[109][96]</sup>

Na [Segunda Guerra Mundial](#), os latino-americanos recrutaram soldados para dar apoio aos [Estados Unidos](#) depois que o [Japão](#) atacou o [Havai](#), em dezembro de [1941](#).<sup>[110][111]</sup> Todos declararam guerra às [forças do Eixo](#), embora somente [Brasil](#) e [México](#) tenham fornecido [tropas](#) aos [Aliados](#).<sup>[112]</sup> Este foi um período particularmente difícil para os japoneses no Brasil que ficaram, tal como nos Estados Unidos, sob suspeita e confinados. A pior situação ocorreu no Estado do Amazonas, merecendo, recentemente, um pedido oficial de desculpas das autoridades regionais. Um filme recente, conta um pouco da história desta período:

**30 de agosto de 2012**

**30 de agosto de 2012**

### **Uma guerra japonesa no Brasil**

**Filme [Corações Sujos](#), em cartaz nos cinemas nacionais, conta a história dos conflitos no interior da comunidade japonesa no Brasil após o fim da Segunda Guerra Mundial**

**Divulgação**

Para eles, a guerra não tinha terminado. A rendição era algo impensável e o exército imperial japonês, indestrutível. Mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, para os japoneses das comunidades de imigrantes do interior paulista, a derrota de seu país era inaceitável. Sem falar português e impedidos pelo governo brasileiro de receber jornais e



informações em sua língua, os japoneses que viviam no Brasil presenciaram, entre 1945 e 1947, um outro tipo de guerra. Entre eles mesmos.

Eles se sentiam vivendo em solo inimigo. Controlados pela polícia, os imigrantes japoneses não podiam se reunir em grupos, ensinar sua língua, hastear sua bandeira. Por isso, muitos deles não acreditaram quando rádios brasileiras anunciaram a rendição do imperador Hirohito aos americanos. Soava como contrapropaganda inimiga. E os que acreditassem nessas manipulações eram considerados traidores da pátria. Tinham os corações sujos.

O filme *Corações sujos*, do diretor Vicente Amorim, que estreia no dia 24 de agosto em circuito nacional, retrata essa impressionante guerra dentro da colônia japonesa no Brasil depois do término da Segunda Guerra. Uma comunidade que já contava com 200 mil pessoas na época. A história se baseia em fatos reais contados pelo jornalista Fernando Morais no livro homônimo (Companhia das Letras, 2000).

O filme, falado em grande parte em japonês, traz nomes importantes do cinema nipônico no elenco, como Eiji Okuda, Tsuyoshi Ihara (protagonista de *Cartas de Iwo Jima*, de Clint Eastwood), e Shun Sugata. Em primeiro plano aparece a história ficcional de um casal, o fotógrafo Takahashi e a professora Miyuki, que ensina japonês aos filhos dos imigrantes. Inspirada nos casos retratados no livro de Morais, a trajetória do casal é um exemplo de como essa violenta guerra afetou as pessoas comuns da comunidade nipo-brasileira.

Vicente Amorim conta que, durante a realização do filme, ouviu de muitos descendentes de japoneses que “apenas um *gaijin* (um estrangeiro) poderia contar esta história”. Foi assim também quando Fernando Morais tentou desenterrar esse segredo, cuidadosamente guardado durante meio século pela comunidade que, hoje, conta com mais de 1 milhão de pessoas. Um misterioso segredo que “deixou um rastro de sangue e levou mais de 30 mil imigrantes para a cadeia”, segundo Morais.

**Corações Sujos** (Brasil, 2012). Direção: Vicente Amorim. Produção: Mixer, Downtown Filmes e Globo Filmes. Em Cartaz

Veja aqui todas as notícias publicadas neste site!

[Assine](#) | [Quem somos](#) | [Publicidade](#) | [Contato](#) | [Cadastre-se](#)  
©2007-2011 Duetto Editorial. Todos os direitos reservados.

Os países latino-americanos tomaram-se [membros](#) das [Nações Unidas](#).<sup>[113]</sup> Formam um dos grupos mais fortes na [Assembléia Geral das Nações Unidas](#).<sup>[96]</sup>

### **IX-Relações com os Estados Unidos**

Os [Estados Unidos](#) tomaram sua primeira posição importante nos assuntos relacionados com o [hemisfério ocidental](#) quando formularam a [Doutrina Monroe](#), em [1823](#).<sup>[99]</sup> A Doutrina Monroe colocava as nações latino-americanas sob a proteção dos Estados Unidos.<sup>[96]</sup> Durante muitos anos, a doutrina causou ressentimentos na América Latina.<sup>[96]</sup>

É comum na América Latina ouvir-se que os americanos com a Doutrina Monroe queriam a “América toda para os americanos do Norte”, num visível ressentimento com o gigante do Norte, que por várias vezes interveio em países do sul na defesa de seus exclusivos interesses.

### **Política da Boa Vizinhança**

Este ressentimento diminuiu um pouco na Conferência Pan-Americana de [1933](#).<sup>[100]</sup> Todas as nações assinaram um pacto comprometendo-se a respeitar a [Política da Boa Vizinhança](#) apresentada por [Franklin Delano Roosevelt](#).<sup>[100]</sup> Era um tratado de não-interferência que também previa um programa de [intercâmbio](#) de [professores](#), [estudantes](#), líderes [culturais](#), [conferencistas](#) e [tecnocratas](#).<sup>[96]</sup> Os Estados Unidos enviaram vários profissionais das áreas tecnológicas à América Latina para ajudá-la a desenvolver seus sistemas de [agricultura](#), [indústria](#) e [educação](#), e a melhorar os [serviços de saúde](#).<sup>[96]</sup>

### **Aliança para o Progresso**



O [presidente](#) John F. Kennedy visitou a [Venezuela](#) em [16 de Dezembro](#) de 1961. Esta foi a 1ª visita de um presidente americano àquele país. Nesta ocasião os presidentes Kennedy e [Rómulo Betancourt](#) firmaram o acordo da Aliança para o Progresso.

A [3 de março](#) de [1961](#), o [presidente John F. Kennedy](#), dos [Estados Unidos](#), lançou a idéia de um programa de cooperação multilateral destinado a acelerar o [desenvolvimento econômico](#), [cultural](#) e [social](#) da América Latina.<sup>[101]</sup> No dia [17 de agosto](#) do mesmo ano, as nações latino-americanas aprovaram a iniciativa do presidente Kennedy e deram-lhe o nome de [Aliança para o Progresso](#). A Aliança foi aprovada em reunião realizada em [Punta del Este](#), no [Uruguai](#). O programa inicial da Aliança para o Progresso, previsto para dez anos ([1961-1971](#)) contava com um empréstimo de 20 bilhões de [dólares](#) dos Estados Unidos aos países da América Latina.<sup>[102]</sup> Este empréstimo deveria ser utilizado principalmente em cinco áreas:<sup>[96][101]</sup>

- incentivo aos programas de [reforma agrária](#);<sup>[101]</sup>
- [construção](#) de [habitações populares](#) mas de boa qualidade;<sup>[101]</sup>
- redução da [mortalidade infantil](#);<sup>[101]</sup>
- distribuição equitativa da [renda nacional](#);<sup>[101]</sup>
- erradicação do [analfabetismo](#).<sup>[101]</sup>

Por volta de [1970](#), muitos [países](#) latino-americanos já haviam iniciado seus programas de reformas [econômicas](#) e [sociais](#), mas pouco havia sido feito para melhorar os [níveis de vida](#).<sup>[96]</sup>

## Organização dos Estados Americanos



Na busca de soluções conjuntas para os problemas dos [países](#) latino-americanos, foi criada a [Organização dos Estados Americanos](#) (OEA), que tem um papel semelhante ao que a [Organização das Nações Unidas](#) (ONU) exerce em âmbito mundial.<sup>[205]</sup>

Criada em [Bogotá](#) ([Colômbia](#)) em [30 de abril](#) de [1948](#), a OEA reúne a quase totalidade dos [Estados americanos](#) (a exceção é [Honduras](#), excluído em [2009](#)) e tem como princípios básicos:<sup>[206][207]</sup>

- condenar a [guerra](#) por [agressão](#);<sup>[205]</sup>
- considerar agressão contra toda a [América](#) a [agressão](#) praticada contra um dos países-membros;<sup>[205]</sup>
- discutir, sempre diplomaticamente, as [controvérsias](#) de caráter internacional que envolvam países da [América](#);<sup>[205]</sup>
- estimular laços de [cooperação econômica](#) entre os países-membros.<sup>[206][205]</sup>

Todos esses [princípios](#) e [resoluções](#), entretanto, tem ficado principalmente no plano das intenções, pois poucos resultados concretos têm sido obtidos. Isto se explica, em parte, pelo fato de o diálogo entre os [países](#) não ser travado em bases de [igualdade](#), uma vez que as nações mais poderosas dispõem de meios eficazes para fazer prevalecer seus [interesses](#). Em algumas ocasiões, constata-se a não-observação pura e simples de algumas disposições previstas nesses acordos.<sup>[206]</sup>

Além disso, os [Estados Unidos](#) têm interferido, direta e indiretamente, em [países](#) latino-americanos — como no caso da invasão da ilha de [Granada](#), em [1983](#),<sup>[208]</sup> ou do [Panamá](#), em [1989](#)<sup>[209]</sup> — sem que tenha havido qualquer posicionamento mais firme por parte dos demais países integrantes da [OEA](#).<sup>[206]</sup>

## X – AMERICA LATINA BLOCOS ECONOMICOS

### Mercosul



#### Estados do Mercosul

Englobando [Brasil](#), [Argentina](#), [Paraguai](#), [Uruguai](#), [Chile](#), [Bolívia](#), [Peru](#), [Equador](#), [Colômbia](#) e [Venezuela](#), o [Mercosul](#) entrou em vigor em [1º de janeiro de 1995](#).<sup>[210]</sup> Esse [bloco econômico](#) é a versão sul-americana do [NAFTA](#) e da [União Europeia](#), porém bem menos amplo.<sup>[183]</sup>

Sua proposta básica é estabelecer uma [zona de livre comércio](#) entre seus membros, reduzindo gradativamente as [tarifas de importação](#) até eliminá-las.<sup>[211]</sup> Num segundo passo, será estabelecida uma união [alfandegária](#), em que se define uma [tarifa](#) comum para importação de produtos de países americanos — a TEC, [Tarifa Externa Comum](#). Os principais problemas para o seu pleno funcionamento são as significativas diferenças entre seus membros, nos aspectos [econômico](#), [populacional](#) e [social](#).<sup>[183]</sup>

Contudo, apesar dessas disparidades, o [Mercosul](#) representa para seus dez países-membros boas oportunidades de expansão de negócios, de acesso a mercadorias mais baratas e de fortalecimento ante outros países e [blocos econômicos](#). Para os gigantes do bloco — [Brasil](#) e [Argentina](#), os países mais

[industrializados](#) e de [agricultura](#) mais diversificada —, há possibilidade, por exemplo, de penetrar em novos mercados, pois, dadas as suas diferenças [geográficas](#), suas economias se complementam em vários setores. Para a população, há o acesso a [mercadorias](#) de melhor qualidade a preços menores.<sup>[183]</sup>

O [Paraguai](#) e o [Uruguai](#), por sua vez, representando [economias](#) menores, também têm possibilidades de crescimento no [Mercosul](#). No Paraguai, a energia gerada a preços baixos pela [hidrelétrica de Itaipu](#), associada a uma política de isenção de impostos, pode atrair capitais e impulsionar o crescimento de seu modesto [parque industrial](#). O [Uruguai](#), cuja [população](#) apresenta [grau de escolaridade mais elevado](#), tenciona desenvolver especialmente os setores de [telecomunicações](#), [financeiro](#) e [turístico](#), atividades que tradicionalmente empregam grande [mão-de-obra](#).<sup>[183]</sup>

As boas expectativas, o grande interesse despertado e as reais possibilidades de concretização e crescimento das metas estabelecidas têm levado o [Mercosul](#) a tornar-se uma alternativa positiva de negócios e [crescimento](#) para seus membros. Outros [países](#) já se mostram interessados em ingressar no [Mercosul](#), como [Chile](#) e a [Bolívia](#), do bloco andino, por exemplo.<sup>[183]</sup>

Em muitos países, a atividade agrícola ainda se desenvolve segundo os moldes do [período colonial](#): grandes propriedades, pertencentes a poucas famílias, cuja produção se destina quase integralmente ao [mercado externo](#). Devido principalmente à concentração das terras mais férteis nas mãos de poucos proprietários e ao grande número de agricultores sem terras para cultivar,<sup>[241][242]</sup> surgiram nessas áreas muitos conflitos fundiários,<sup>[242]</sup> o que originou projetos de [reforma agrária](#) que visam à distribuição mais igualitária da terra,<sup>[242]</sup> em países como [México](#),<sup>[243]</sup> [Bolívia](#),<sup>[244]</sup> [Chile](#),<sup>[245]</sup> [Peru](#)<sup>[246]</sup> e [Cuba](#).<sup>[247]</sup>



Grãos de [café-arábica](#) torrados.

Em todos os países da América Latina é possível identificar basicamente dois tipos de [agricultura](#): a de [subsistência](#),<sup>[248]</sup> praticada com o uso de técnicas primitivas, e a de caráter comercial, em geral monoculturas realizadas em grandes extensões de terra e, com freqüência, dependentes de investimentos estrangeiros. Como exemplos característicos desse sistema, podemos citar o [café](#),<sup>[249]</sup> responsável por uma parte substancial das rendas de exportação da [Colômbia](#),<sup>[250]</sup> [Costa Rica](#),<sup>[251]</sup> [Guatemala](#)<sup>[252]</sup> e [El Salvador](#),<sup>[253]</sup> e a [banana](#), com

igual importância para o [Panamá](#)<sup>[254]</sup> e [Honduras](#),<sup>[255]</sup> além de outros produtos de menor expressão.<sup>[242]</sup>

A [pecuária](#), atividade de grande destaque na América Latina,<sup>[248]</sup> é praticada em todos os países, ainda que de formas diferentes. A pecuária extensiva é realizada em grandes propriedades e sem o emprego de técnicas especiais; já na intensiva, utilizam-se técnicas de seleção do plantio, isto é, animais de boa raça, e cultivam-se [pastagens](#).<sup>[242]</sup>

## XI - Informação geográfica, demográfica e indicadores econômicos

| País  | Capital  | Maior cidade                        | Língua  | População hab | Território km <sup>2</sup> | PIB (2006) <sup>[2]</sup><br><sup>[71]</sup><br>Bilhões USD correntes | PIB (2006) per capita <sup>[2]</sup><br><sup>[71]</sup><br>USD (PPP) |
|---|--|-------------------------------------|---|---------------|----------------------------|---|--|
|  <a href="#">Argentina</a>         | <a href="#">Buenos Aires</a>   | <a href="#">Buenos Aires</a>        | <a href="#">Espanhol</a>  | 40 403 943    | 2 766 889                  | 212 595   | 12 080   |
|  <a href="#">Belize</a>           | <a href="#">Belmopan</a>   | <a href="#">Belmopan</a>            | <a href="#">Inglês</a>  | 314 275       | 22 966                     | 2 307   | 7 800  |
|  <a href="#">Bolívia</a>         | <a href="#">La Paz</a><br>(administrativa) e<br><a href="#">Sucre</a><br>(constitucional e judicial) | <a href="#">La Paz</a>              | <a href="#">Espanhol</a> ,<br><a href="#">Quíchua</a> e<br><a href="#">Aimará</a> | 9 627 269     | 1 098 581                  | 11 221  | 2 931  |
|  <a href="#">Brasil</a>          | <a href="#">Brasília</a>   | <a href="#">São Paulo</a>           | <a href="#">Português</a>   | 194 790 630   | 8 514 876                  | 1 998 706   | 10 073   |
|  <a href="#">Chile</a>           | <a href="#">Santiago do Chile</a>  | <a href="#">Santiago do Chile</a>   | <a href="#">Espanhol</a>  | 16 800 000    | 756 950                    | 145 845   | 12 811   |
|  <a href="#">Colômbia</a>        | <a href="#">Bogotá</a>   | <a href="#">Bogotá</a>              | <a href="#">Espanhol</a>  | 44 379 598    | 1 141 748                  | 135 883   | 8 260  |
|  <a href="#">Costa Rica</a>      | <a href="#">San José</a>   | <a href="#">San José</a>            | <a href="#">Espanhol</a>  | 4 327 000     | 51 100                     | 21 466  | 11 862   |
|  <a href="#">Cuba</a>            | <a href="#">Havana</a>   | <a href="#">Havana</a>              | <a href="#">Espanhol</a>  | 11 382 820    | 110 861                    | 40 000  | 4 100  |
|  <a href="#">El Salvador</a>     | <a href="#">San Salvador</a>   | <a href="#">San Salvador</a>        | <a href="#">Espanhol</a>  | 6 881 000     | 21 041                     | 18 654  | 5 600  |
|  <a href="#">Ecuador</a>         | <a href="#">Quito</a>  | <a href="#">Guayaquil</a>           | <a href="#">Espanhol</a>  | 13 363 593    | 272 045                    | 41 402  | 4 835  |
|  <a href="#">Guiana Francesa</a> | <a href="#">Caiena</a>   | <a href="#">Caiena</a>              | <a href="#">Francês</a>   | 190 842       | 86 504                     | N/D   | N/D  |
|  <a href="#">Guatemala</a>       | <a href="#">Cidade da Guatemala</a>  | <a href="#">Cidade da Guatemala</a> | <a href="#">Espanhol</a>  | 14 655 189    | 108 890                    | 30 299  | 4 335  |

| País   | Capital                          | Maior cidade                     | Língua  | População hab | Território km <sup>2</sup> | PIB (2006) <sup>[2]</sup><br><sup>[71]</sup><br>Bilhões USD correntes | PIB (2006) per capita <sup>[2]</sup><br><sup>[71]</sup><br>USD (PPP) |
|--|----------------------------------|----------------------------------|---|---------------|----------------------------|---|--|
|  <a href="#">Haiti</a>                  | <a href="#">Porto Príncipe</a>   | <a href="#">Porto Príncipe</a>   | <a href="#">Francês</a><br><a href="#">e Crioulo haitiano</a> | 7 500 000     | 27 750                     | 4 473   | 1 840  |
|  <a href="#">Honduras</a>               | <a href="#">Tegucigalpa</a>      | <a href="#">Tegucigalpa</a>      | <a href="#">Espanhol</a>                                      | 7 205 000     | 112 492                    | 9 072   | 3 300  |
|  <a href="#">México</a>                 | <a href="#">Cidade do México</a> | <a href="#">Cidade do México</a> | <a href="#">Espanhol</a>                                      | 106 202 903   | 1 958 201                  | 840 012   | 11 369   |
|  <a href="#">Nicarágua</a>              | <a href="#">Manágua</a>          | <a href="#">Manágua</a>          | <a href="#">Espanhol</a>                                      | 5 487 000     | 130 000                    | 5 301   | 3 100  |
|  <a href="#">Panamá</a>                | <a href="#">Cidade do Panamá</a> | <a href="#">Cidade do Panamá</a> | <a href="#">Espanhol</a>                                      | 3 232 000     | 75 517                     | 17 103  | 8 593  |
|  <a href="#">Paraguai</a>             | <a href="#">Assunção</a>         | <a href="#">Assunção</a>         | <a href="#">Espanhol e Guarani</a>                            | 5 734 139     | 406 752                    | 9 527   | 5 339  |
|  <a href="#">Peru</a>                 | <a href="#">Lima</a>             | <a href="#">Lima</a>             | <a href="#">Espanhol, Quíchuá</a>                             | 28 675 628    | 1 285 215                  | 107 000   | 7 856  |
|  <a href="#">República Dominicana</a> | <a href="#">Santo Domingo</a>    | <a href="#">Santo Domingo</a>    | <a href="#">Espanhol</a>                                      | 8 900 000     | 48 734                     | 31 600  | 9 377  |
|  <a href="#">Uruguai</a>              | <a href="#">Montevideo</a>       | <a href="#">Montevideo</a>       | <a href="#">Espanhol</a>                                      | 3 415 920     | 176 215                    | 19 127  | 11 969   |
|  <a href="#">Venezuela</a>            | <a href="#">Caracas</a>          | <a href="#">Caracas</a>          | <a href="#">Espanhol</a>                                      | 27 730 469    | 916 445                    | 181 608   | 7 480  |

### Indicadores de pobreza, qualidade de vida, consumo e meio ambiente

Índice Favorável

Índice Desfavorável

| País  | Desigualdade de renda <sup>[278]</sup><br><u>Coef. Gini</u><br>(2000-2011) | Desenv. Humano <sup>[279]</sup><br><u>IDH</u><br>(2011) | Desempenho Ambiental <sup>[280]</sup><br><u>EPI</u><br>(2012) | Educação <sup>[281]</sup><br><u>Índice</u><br>(2011) | Qualidade de vida <sup>[282]</sup><br><u>índice</u><br>(2005) | Esperança de vida <sup>[283]</sup><br><u>Anos</u><br>(2011) | Índice de extrema pobreza <sup>[284]</sup><br><u>% população com menos de 1,25 dólares diários (2000-2009)</u> |
|---|--|---|---|--|---|---|--|
|  <a href="#">Argentina</a>     | 0,458  | 0.797<br>(MA)   | 56,48   | 0.806  | 6.469   | 75.9  | 0,9  |
|  <a href="#">Bolívia</a>       | 0,573  | 0.663<br>(M)  | 54,57   | 0.749  | 5.492   | 66.6  | 14,0   |
|  <a href="#">Brasil</a>        | 0,539  | 0.718<br>(A)  | 60,90   | 0.663  | 6.470   | 73.5  | 3,8  |
|  <a href="#">Chile</a>       | 0,521  | <b>0.805</b><br>(MA)                                    | 55,34   | 0.797  | <b>6.789</b>  | 79.1  | 0,8  |
|  <a href="#">Colômbia</a>    | 0,585  | 0.710<br>(A)  | 62,33   | 0.667  | 6.176   | 73.7  | 16,0   |
|  <a href="#">Costa Rica</a>  | 0,503  | 0.744<br>(A)  | <b>69,03</b>  | 0.659  | 6.624   | <b>79.3</b>   | 0,7  |
|  <a href="#">Cuba</a>        | s/d  | 0.776<br>(A)  | 56,48   | <b>0.876</b>   | s/d   | 79.1  | s/d  |
|  <a href="#">Ecuador</a>     | 0,490  | 0.720<br>(A)  | 60,55   | 0.686  | 6.272   | 75.6  | 5,1  |
|  <a href="#">El Salvador</a> | 0,469  | 0.674<br>(M)  | 52,08   | 0.637  | 6.164   | 72.2  | 5,1  |
|  <a href="#">Guatemala</a>   | 0,537  | 0.574<br>(M)  | 51,88   | 0.438  | 5.321   | 71.2  | 16,9   |
|  <a href="#">Haiti</a>       | <b>0,595</b>   | <b>0.454</b><br>(B)                                     | <b>41,15</b>  | <b>0.406</b>   | <b>4.090</b>  | <b>62.1</b>   | <b>54,9</b>  |
|  <a href="#">Honduras</a>    | 0,577  | 0.625<br>(M)  | 52,54   | 0.574  | 5.250   | 73.1  | 23,3   |
|  <a href="#">México</a>      | 0,517  | 0.770(A)  | 49,11   | 0.726  | 6.766   | 77.0  | 3,4  |
|  <a href="#">Nicarágua</a>   | 0,523  | 0.589<br>(M)  | 59,23   | 0.525  | 5.663   | 74.0  | 15,8   |
|  <a href="#">Panamá</a>      | 0,523  | 0.768   | 57,94   | 0.743  | 6.361   | 76.1  | 9,5  |

| País   | Desigualdade de renda <sup>[278]</sup><br><u>Coef. Gini</u><br>(2000-2011) | Desenv. Humano <sup>[279]</sup><br><u>IDH</u><br>(2011) | Desempenho Ambiental <sup>[280]</sup><br><u>EPI</u><br>(2012) | Educação <sup>[281]</sup><br><u>Índice</u><br>(2011) | Qualidade de vida <sup>[282]</sup><br><u>índice</u><br>(2005) | Esperança de vida <sup>[283]</sup><br><u>Anos</u><br>(2011) | Índice de extrema pobreza <sup>[284]</sup><br><u>% população com menos de 1,25 dólares diários (2000-2009)</u> |
|--|--|---|---|--|---|---|--|
|  <a href="#">Panamá</a>               |  | (A)   |   |  |   |   |  |
|  <a href="#">Paraguai</a>             | 0,520  | 0.665<br>(M)  | 52,40   | 0.643  | 5.756   | 72.5  | 5,1  |
|  <a href="#">Peru</a>                 | 0,480  | 0.725<br>(A)  | 50,29   | 0.704  | 6.216   | 74.0  | 5,9  |
|  <a href="#">República Dominicana</a> | 0,484  | 0.689<br>(M)  | 52,44   | 0.616  | 5.630   | 73.4  | 4,3  |
|  <a href="#">Uruguai</a>            | <b>0,424</b>   | 0.783<br>(A)  | 57,06   | 0.763  | 6.368   | 77.0  | <b>0,0</b>   |
|  <a href="#">Venezuela</a>          | 0,435  | 0.735<br>(A)  | 55,62   | 0.692  | 6.089   | 74.4  | 3,5  |



### LEITURAS INDICAÇÕES

- [Artigo: "A invenção da América Latina" \(Héctor H. Bruit, historiador\) \(em português\)](#)
- [Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha \(Brasil\) \(em português\)](#)
- [A Economia da América Latina \(em português\)](#)
- [Casa da América Latina \(em português\)](#)
- [Latin American Network Information Center \(em português\)](#)
- Internacionais
- CEPAL/ONU – Comissão Econ. Para America Latina
- FLACSO – Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociais
- Nacionais
- BRASIL - Memorial da America Latina - <http://www.memorial.org.br/>



## 28 leituras para enxergar a América

Da Argentina aos EUA, as redações do EL PAÍS América e Brasil sugerem uma seleção de obras que enriqueceram 2015 na região

BRASIL.ELPAIS.COM|POR EDICIONES EL PAÍS

CurtirComentarCompartilhar

[Timothy Mulholland](#) e [outras 7 pessoas](#) curtiram isso.